Oliveira Vianna

Núcleo de Antropologia da Política
Quinta da Boa Vista s/nº – São Cristóvão
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20940-040
Tel.: (21) 2568 9642 Fax: (21) 2254 6695
E-mail: nuap@alternex.com.br

Publicação realizada com recursos do
PRONEX/CNPq
Ministério da Ciência e Tecnologia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Programa de Apoio a Núcleos de Excelência

A coleção Antropologia da Política é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes e apresenta as seguintes publicações:

1 - A HONRA DA POLÍTICA – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
2 - CHUVA DE PAPÉIS – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irlys Barreira*
3 - CRIMES POR ENCOMENDA – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
4 - EM NOME DAS "BASES" – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
5 - FAZENDO A LUTA – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
6 - CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
7 - ALGUMA ANTROPOLOGIA, de *Marcio Goldman*
8 - ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, de *Karina Kuschnir*
9 - A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
10 - MULHERES QUE MATAM – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
11 - EM NOME DE QUEM? – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*
12 - O DITO E O FEITO – Ensaios de antropologia dos rituais, de *Mariza Peirano*
13 - NO BICO DA CEGONHA – Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil, de *Domingos Abreu*
14 - DIREITO LEGAL E INSULTO MORAL – Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, de *Luís R. Cardoso de Oliveira*
15 - OS FILHOS DO ESTADO – Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, de *Leonardo Damasceno de Sá*
16 - OLIVEIRA VIANNA – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra, de *Luiz de Castro Faria*

LUIZ DE CASTRO FARIA

Oliveira Vianna

De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói.

O autor, os livros, a obra

REFLUME DOMARÁ
Rio de Janeiro
2002

© Copyright 2002, Luiz de Castro Faria
Direitos cedidos para esta edição à
Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
www.relumedumara.com.br
Travessa Juraci, 37 – Penha Circular
21020-220 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2564 6869 Fax: (21) 2590 0135
E-mail: relume@relumedumara.com.br

Copidesque
A. Pessoa

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas-Boas

Apoio

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Faria, Luiz de Castro, 1913-
F235o Oliveira Vianna : de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói : o autor, os livros, a obra / Luiz de Castro Faria – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002
. – (Coleção Antropologia da política ; 16)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7316-297-X

1. Vianna, Oliveira, 1883-1951. 2. Historiadores – Brasil – Biografia. 3. Sociólogos – Brasil – Biografia. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política. II. Título. III. Série.

CDD 928.699
02-1532 CDU 92(OLIVEIRA VIANNA)

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada
desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui
violação da Lei nº 5.988.

Para os meus ex-alunos.

Em cinqüenta anos de magistério foram muitos,
talvez milhares, mas nenhum cometeu a tolice de
proclamar-se meu discípulo. Cada qual, sabiamente,
escolheu o seu próprio caminho, e alguns atingiram culminâncias.

Orgulho-me disso.

Apresentação

Este livro versa sobre os escritos e o itinerário social e intelectual de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951). Poucos autores brasileiros dispuseram de acolhida crítica mais consagradora, ainda em vida; raros foram alvos de tantos anátemas virulentos, desde os anos setenta, quanto ele. Há escritores que suscitam debates apaixonados, que levantam poeira tão densa que obscurece o significado das mensagens que emitiu, das práticas que busca fundar a pertinência. Fomos levados a escrevê-lo pela estranheza que causava, para não mencionar a indignação, a aposição de epítetos, constituindo uma espécie de biombo a impedir o conhecimento derivado de uma leitura atenta. É verdade que a lista dos livros publicados por Oliveira Vianna exige que o crítico não fique emaranhado nas pistas opostas que o rol dos títulos já editados e por editar, apresentado em cada novo volume dado a público, estabelece como único. Tentar conhecer a obra de Oliveira Vianna, a seqüência dos textos publicados ou que permaneceram inéditos ou simplesmente esboçados, é empresa exigente, difícil. Esse obstáculo liminar obrigou-nos a interrogar o significado particular da categoria *obra*.

A nossa reflexão inicia, servindo-se do artigo seminal de Michel Foucault, em que questiona que a palavra *obra* de um *autor* possa ter por referente algo bem delimitado, dispondo de uma unidade imediata, certa e homogênea. Onde haveria certezas fundadas em objetos evidentes – um mesmo sujeito elaborou os escritos, é responsável pelo conjunto dos textos e por cada um deles – surgem escolhas de natureza epistemológica, pois muitas são as alternativas para que se opte por um perfil preciso do que é designado por *obra* de um *autor*. Nada impõe que um indivíduo adote sempre o mesmo ponto de vista, a mesma perspectiva, que não haja mudança ou evolução de suas formas de pensar.

Diante de visões conflitantes assinadas pela mesma pessoa, a simples cronologia dos textos, redigidos por um só indivíduo, imporia a ordem de relevância dos livros? Diz melhor quem diz por último? A periodização da obra, a análise das versões atribuídas pelo escritor ao seu projeto, da recepção de suas publicações pela crítica e pelos pares, depende do abandono da concepção ingênua do que seja *obra* ou *pensamento* de um *autor*. O caso de Oliveira Vianna apenas aguça a necessidade de se abandonar a premissa de um sujeito criador que elabore seu pensamento liberto de qualquer restrição imposta pela existência de mecanismos sociais e culturais.

Após discutir a pertinência dos usos da noção de obra para analisar as publicações de Oliveira Vianna, estudamos o encadeamento e a seqüência dos livros publicados, dos livros anunciados como em preparação, dos textos que permanecem inéditos. Este exame permite aprofundar a discussão sobre as permanências e as mudanças nas posturas

de Oliveira Vianna, em suas análises e referências bibliográficas, assim como os vínculos de tais comportamentos com as prebendas com que vai sendo agraciado. O estudo da recepção dos livros, pela crítica e pelos pares, permite considerar as modalidades de sua entronização no panteão dos autores ilustres, assim como os anátemas de que foi alvo, quando exorcizamos através de Oliveira Vianna a amnésia de formas de pensar comuns à quase totalidade dos autores publicados entre 1870 e 1930.

Finalmente é o próprio itinerário social e intelectual do escritor fluminense que é investigado, desde que o editor Monteiro Lobato lançou seu "livro de estréia" – *Populações meridionais do Brasil* – até sua consagração por seus pares e a difusão pelo senso comum acadêmico e popular de questões obrigatórias, modelos explicativos, que se impõem como novos princípios de ampla gama de discursos eruditos ou vulgares.

O estudo da obra e do percurso social de Oliveira Vianna permite examinar como se modifica e se elabora aquilo a que chamamos de *pensamento social brasileiro*; processos onde se forja através de ácidos debates uma certa "comunidade de pensamento", onde se pode discordar de quase tudo, exceto das questões que se imporiam a qualquer pretendente ao estatuto de escritor. Para utilizar uma expressão cunhada por Pierre Bourdieu, é quando se cria o "consenso no dissenso". Cremos que assim podemos refletir também sobre a gênese das tradições nacionais de pensar o mundo social.

Não nos moveu a pretensão de dizer a verdade última sobre Oliveira Vianna. Ficaremos satisfeitos se este livro suscitar tantos debates animados, tantas reflexões instigantes, quanto os nossos cursos e seminários sobre "história do pensamento social no Brasil", onde foram apresentados pela primeira vez os esquemas explicativos aqui propostos. Nunca nos esquivamos de travar a polêmica aberta; só temos horror à superficialidade. Gostaríamos que esse "discurso em mangas de camisa", parafraseando Tobias Barreto, fosse lido como um roteiro de investigação sobre as categorias e as técnicas de pensar que nos foram legadas pelos pensadores que nos precederam. Não seria esta a nossa contribuição mais frutífera para a coleção "Antropologia da política" que acolhe este volume?

A presente edição é fruto da pesquisa "Trajetórias sociais de intelectuais e o pensamento social brasileiro", financiada pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), em que participaram Afrânio Garcia e Gustavo Sorá.

Sou grato ainda a: Heloísa Maria Bertol Domingues (Curadora do Arquivo Luiz de Castro Faria – MAST); Moacir Palmeira e José Sérgio Leite Lopes (Coordenadores do NuAP e incentivadores incansáveis do projeto – financiador da edição); Antônio Carlos de Souza Lima e Alfredo Wagner Berno de Almeida (apoio material e moral à edição); Casa Oliveira Vianna (cessão da foto da capa); CRBC/EHESS (Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales); Museu de Antropologia, Córdoba e PPGAS/MN – UFRJ.

Luiz de Castro Faria
Outubro de 2002

SUMÁRIO

PREFÁCIO
por Afrânio Garcia e Gustavo Sorá 11

CAPÍTULO I
A OBRA – Uma tentativa de reconstrução 19

O que se deve tomar como obra do autor? 23
A obra não é uma unidade imediata 25
A obra não é uma unidade certa 28
A obra não é uma unidade homogênea 29
Versões da obra 34

CAPÍTULO II
OS LIVROS – Relação em ordem cronológica e comentários 39

Populações meridionais do Brasil – ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna 39
Pequenos estudos de psicologia social 61
O idealismo na evolução política do Império e da República 63
Evolução do povo brasileiro (O povo brasileiro e sua evolução) 65
"Plano de estudos brasileiros" 68
O ocaso do Império 70
O idealismo da Constituição 72
Problemas de política objetiva 75
Raça e assimilação 80
Problemas de direito corporativo 81
Problemas de direito sindical 83
Instituições políticas brasileiras 86
Direito do trabalho e democracia social 90

Problemas de organização e problemas de direção 92
Populações meridionais do Brasil-vol. II (O campeador rio-grandense) . . 94
História social da economia pré-capitalista no Brasil 95
Os bandar-log e O guia Lopes: dois prefácios perversos 96

OUTRAS PUBLICAÇÕES 101

"O tipo brasileiro. Seus elementos formadores" 101
"O crédito sobre o café" 106
"Formation ethnique du Brésil colonial" 107
"As novas diretrizes da política social" 109
"A política social da revolução" 109
"O homem brasileiro e o mundo de amanhã" 112
"Programa de teoria e prática do processo criminal" 114

CAPÍTULO III
O AUTOR – Um fundador de discursividades 119

O lugar nos panteões de um autor entre hipérboles 121
A biografia como explicação da obra e os discursos fundadores 129

CONCLUSÃO 137

ESCRITOS SOBRE OLIVEIRA VIANNA
Relação parcial de fontes realmente compulsadas 139

BIBLIOGRAFIA
Sumária de autores e textos de valor instrumental para esta análise 143

QUADROS DO CAPÍTULO I

Quadro 1 – A trajetória de Oliveira Vianna 25
Quadro 2 – Os livros. Rol e cronografia dos lançamentos 26
Quadro 3 – Outras publicações – Nominata e cronografia 28
Quadro 4 – Os vários tempos: de lançamento, de atualização e de reatualização 30
Quadro 5 – Os tempos da produção: uma cesura do autor 31
Quadro 6 – As antinomias fundadoras do discurso 33
Quadro 7 – A cadeia dos determinismos: uma prisão sem saída 33

PREFÁCIO

As reinações intelectuais de um ET

Afrânio Garcia e Gustavo Sorá

Ninguém, no Brasil, conhece a obra de Oliveira Vianna, entendendo que essa obra teria que ser constituída como objeto de análise, mediante um estudo muito demorado e cuidadoso entre o que ele deixou inédito, o que foi publicado como póstumo, seus recortes, anotações... Enfim, determinar, caracterizar, delimitar a obra de Oliveira Vianna é uma tarefa difícil, demorada; e eu a não fiz nem vou fazer, mas conheço os livros de Oliveira Vianna. Então fique, desde já, esclarecido isso.

(Trecho de palestra sobre Oliveira Vianna, proferida por Castro Faria em Niterói, Palácio do Ingá, 14/4/89)

Este não é um livro apenas sobre Oliveira Vianna. É também um questionamento exemplar sobre as noções de *pensamento* de um único indivíduo – dito autor ou escritor – ou de uma coletividade política e intelectual – quando se nomeia algo tão complexo quanto o *pensamento social brasileiro*. Através de um estudo de caso preciso e singular, com enorme rigor metodológico, é a tecelagem das redes sociais e cognitivas características do que é vivido como "tradição nacional" que se impõe como um objeto central das ciências sociais contemporâneas.

Os debates sobre os significados da obra de Oliveira Vianna tem sido de tal monta que tornam-se reveladores de como as *interpretações do Brasil* nos anos 30 forjam novos sentidos para as percepções da coletividade nacional; mais do que esquemas cognitivos para pensar a nação é o próprio sentimento nacional que se constrói dessa maneira, assim como se novas cerimônias, bandeiras ou

novos hinos, fossem impostos como símbolos do todo. Não escapa a um leitor atento da atualidade que as tentativas de rescrever a "história do Brasil", ou de prescrever as receitas para um futuro radiante do país, criam novos mitos de origem, no sentido antropológico da expressão.[1] Por isso mesmo antes que as representações tornem-se banais há debates ásperos sobre o valor que pode ser atribuído a cada texto proposto por um escritor. Algumas vezes os embates chegam a eclipsar os textos originais, e faz-se uma idéia de um autor e de uma obra mais pelo que dizem resenhadores, críticos ou vulgarizadores do que pela simples leitura dos originais. Sem dúvida alguma, uma das razões fundamentais pelas quais Castro Faria escreveu esse livro foi justamente por constatar como a obra de Oliveira Vianna tinha-se tornado emblemática da nacionalidade, para bem ou para o mal, mas as imagens dominantes que se referiam ao seu nome estavam muito longe de poder se manter quando confrontadas ao que se pode ler quando se tem em mãos as primeiras edições autenticadas pelo autor. Em tom rigoroso, tão característico seu, esclarece: "Fui levado a trabalhar com Oliveira Vianna, com a intenção de contestar tópicos impensados, automatismos negativos do chamado *pensamento social brasileiro*. (...) É preciso ter coragem de jogar fora o que está errado. Qualquer ciência só progrediu no momento em que surgiu alguém que tivesse coragem de dizer não". Podemos reter também desse estudo exemplar o quanto os sentidos de uma obra são criações coletivas. O texto de Castro Faria não é motivado pela fascinação *biobibliográfica* pelo autor de *Populações Meridionais do Brasil*: simplesmente os escritos de Oliveira Vianna abarcam um conjunto de problemas fundamentais da história cultural brasileira que os tornam bons para pensar como no Brasil se tecem as relações entre cultura e poder.

O interesse de Luiz de Castro Faria por questões hoje em dia classificáveis sob o rótulo *pensamento social brasileiro* sempre esteve ligado à prática da antropologia tal como a aprendeu no Museu Nacional desde 1935, quando passou a colaborar estreitamente com Heloisa Alberto Torres, a entender não só o que haviam feito Dona Heloísa e Roquette Pinto, mas também quem eram esses protagonistas entre as elites reinventoras da *autêntica cultura brasileira*. O acesso à literatura internacional sempre fez parte do quotidiano do seu exercício do ofício de antropólogo: Castro Faria freqüentemente rememora a prática semanal de ir examinar na biblioteca do Museu Nacional os periódicos científicos do mundo inteiro que chegavam por força do intercâmbio interinstitucional. Sabe-se que a biblioteca do Museu Nacional é herdeira de bibliotecas trazidas pela corte portuguesa e foi permanentemente atualizada pela inscrição desse centro de pesquisa em "história natural" como ponto em uma rede de

instituições de prestígio internacional. Em sua cultura profissional, a leitura dos "clássicos" brasileiros se soma à leitura dos autores de ponta no debate antropológico do momento. Esse livro mostra bem como o acesso ao âmago das questões e dos instrumentos de investigação propostos por Pierre Bourdieu e por Michel Foucault desde o final dos anos 60 permite a Castro Faria desenvolver uma reflexão absolutamente original sobre a "vida e obra" de Oliveira Vianna e sua contribuição para a redefinir os contornos da "brasilidade". Luiz de Castro Faria leu Oliveira Vianna durante a sua formação como antropólogo; bem antes de serem publicados os livros de Michel Foucault e Pierre Bourdieu que renovam a sociologia do conhecimento. Este livro mostra como se apropriou das ferramentas intelectuais propostas por seus colegas franceses para repensar os sentidos dos textos do pensador fluminense e sua relação com esta entidade de razão chamada de *pensamento social brasileiro*.

Consultando os arquivos de Castro Faria, a primeira referência à obra de Oliveira Vianna pode ser detectada em 1951. No periódico *Letras Fluminenses* nº6 de março/julho de 1951, número especial em homenagem a este autor recentemente falecido, Castro Faria é mencionado junto a Djacir Menezes, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Alberto Lamego Filho, Marcos Almir Madeira, Costa Pinto "e outros escritores igualmente festejados" que iriam compor um livro de "ensaios inéditos" sobre "os vários aspectos da obra do mestre" ("Três livros sobre Oliveira Vianna", op. cit., p. 4). Nota-se pelas observações à margem daquela publicação que muitas foram as vezes que Castro Faria as consultou e refletiu sobre o significado da transmissão dos discípulos da "mensagem do mestre". Cada vez mais se distanciou da condição de discípulo e tornou-se crítico tanto dos sacerdotes do culto aos grandes vultos da literatura quanto dos seus pares que tem a condição de detratores de alguém por única estratégia de autoconsagração. Talvez passassem por sua cabeça dúvidas como estas: como entender o fato que seu nome e seus projetos fossem assimilados a esse conjunto particular de intelectuais? Em 1951, já fazia parte do quadro de professores da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal Fluminense, aonde havia ingressado três anos antes: como se situar entre colegas que se percebiam como "fluminenses"? Quem passava a ser ele nesse espaço acadêmico com suas genealogias, panteões, destinos previsíveis?

Desde o início dos anos cinqüenta, em cadernos da Papelaria União, Castro Faria acumulou centenas de documentos e fichas que propiciassem um *estudo* da obra de Oliveira Vianna. Vê-se aí esboços de cursos, transcrições de trechos dos escritos de Oliveira Vianna classificados por diferentes entradas (categorias/tempos/classificadores etc.). Muitas anotações datam dos anos 50, outras dos

anos 60. Porém só no início dos anos 70 encontram-se as notas preparatórias de uma conferência: "A importância de *Populações Meridionais do Brasil* para o inicio de uma leitura de Oliveira Vianna"; tal palestra foi efetivamente pronunciada durante o Ciclo de Estudos Fluminenses, promovido pela UFF e pelo MEC, em 19 de novembro de 1973. Por essa época, Castro Faria integrava o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, de cuja fundação em 1968 participou juntamente com seus idealizadores Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis. O ambiente intelectual dos pesquisadores e docentes do mestrado do Museu estimulou Castro Faria a submeter o conhecimento que tinha adquirido sobre os escritos de Oliveira Vianna a novas interrogações e instrumentos de análise. Desde então se constata a progressiva elaboração do modelo de compreensão expresso no texto deste livro. Em 1978 o *Boletim* do Museu Nacional nº29, publicou "Populações Meridionais do Brasil: ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna", texto que retomava palestra feita no âmbito dos seminários do PPGAS.

É sobretudo durante a vigência do projeto de pesquisa "Trajetória social de intelectuais e o pensamento social no Brasil", iniciado em 1986-87 e financiado pela FINEP, que este estudo começa a ganhar nova forma. Neste âmbito examinou-se a relação entre as trajetórias sociais e intelectuais de escritores relevantes do "pensamento social brasileiro", como Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nina Rodrigues e muitos outros participantes do debate intelectual entre os anos 1870 e 1930. Note-se que Castro Faria aprofundava neste projeto de pesquisa análises e perspectivas que já tinha abordado entre os anos 1977 e 1980 nos seminários de doutorado do PPGAS.[2] As ementas do período comprovam seu uso de Michel Foucault para questionar a própria noção de autor de um texto e também da categoria mesma de "obra"; da mesma forma usava artigos e livros de Pierre Bourdieu para uma leitura detida de cada texto de autores chaves do panteão nacional através de uma perspectiva relacional imposta pelo conceito de "campo intelectual", em que o titular e os estudantes do seminário se obrigavam a inquirir sobre as relações entre os autores, os editores, os críticos, as instâncias de consagração e o público leitor. O método adotado para o conjunto dos autores e das obras era o mesmo daquele aplicado a Oliveira Vianna, que não podia ser percebido senão como um dentre vários competidores pelo monopólio da imposição de uma determinada representação de Brasil. Mas é claro que entre os quinze seminários do semestre sentia-se que a sessão dedicada a Oliveira Vianna tinha sempre um lugar de destaque ou sabor de experiência-chave.

A paixão de Castro Faria pela necessidade de rediscutir a recepção da

obra de Oliveira Vianna não se prendia ao fato de terem compartilhado a residência do outro lado da baía de Guanabara, em Niterói; sua ira sagrada surgia a cada publicação em que interpretações equivocadas reduziam a percepção dos escritos ou à celebração laudatória ou a condenação do autor como "ruralista", "autoritário", "racista". É como se tais etiquetas permitissem que os críticos aconselhassem a economia da leitura e que o público se restringisse à consideração de alguns trechos confirmatórios destes encômios ou destes estigmas. Castro sempre foi um opositor das leituras fáceis e apressadas, e Oliveira Vianna e Alberto Torres foram alvos freqüentes de tais práticas. Basta lembrar que muitos associam Alberto Torres aos anos 30 sem mesmo notar que seu último livro data de 1915, ano de sua morte. Castro Faria lembrava em seus seminários que para certos autores nem se tratava de releitura nem de reavaliação: apenas fazer uso de um olhar atento para ler todas as marcas que existem em cada publicação, em cada livro ou artigo. Note-se que não se trata de ler nas entrelinhas, mas de ler as linhas e a partir das informações objetivas que assim se obtém relacionar tais dados com o conjunto de informações que podem ser obtidas por todas as outras formas de registros objetivados, como arquivos ou estatísticas. Tal era o itinerário para uma compreensão densa da mensagem que um autor fixara, das mediações por que passa todo texto para ganhar a forma de coisa pública, das avaliações que recebe de seus pares e competidores, da composição e aptidões do público leitor. Qualquer aluno de Castro Faria no período que vai da criação do curso de doutorado do PPGAS/MN, em 1977, até hoje, que tenha procurado acompanhar sua veemência sem temor de transitar em veredas inovadoras, sabe quanto é falsa a velha oposição entre análises externalistas e internalistas. Convidamos o leitor a verificar esta proposição na análise proposta sobre os escritos de Oliveira Vianna e também sobre seu itinerário intelectual e social.[3]

O estudo dos textos em Castro Faria se expande para uma interpretação dos mínimos detalhes nas marcas materiais dos objetos impressos. No caso concreto de Oliveira Vianna, Castro Faria deu relevo ao fato do autor sempre ser publicado pelos editores dominantes dos diferentes momentos da instauração de um mercado editorial no Brasil: Monteiro Lobato, a Companhia Editora Nacional, José Olympio no último período de vida do autor, a Record já nos anos 70, etc. Como demonstra Castro Faria ao longo deste livro, os livros de Oliveira Vianna constam entre os que fundaram o lançamentos de coleções, como a celebrada "Brasiliana", cujos formatos, imagens e formas de unificação simbólica são decisivos para compreender como esquemas básicos da percepção do país se foram cristalizando lentamente entre os anos 1930-70.[4]

Essa construção do mercado editorial foi acompanhada pela implantação das universidades e sobretudo pela articulação do sistema de ensino em bases propriamente nacionais. Assim, os mecanismos de difusão de recentes categorias de pensar a coletividade e de sentir as marcas do pertencimento ao coletivo nacional propiciam a diversificação de escritores que participam deste debate intelectual e novas hierarquias e genealogias se instauram. Observe-se o que diz Monteiro Lobato, escritor e editor inovador, ao apresentar uma biografia de Gilberto Freyre lançada em 1944:

> Euclides foi o nosso primeiro desasnador. Depois emergiu Oliveira Vianna, e foi novo espanto. Não era curto-circuitante, mas em vez de citar Melo Moraes, citava Lapouge e Gobineau, um conde! A golpes de Lapouge e Le Play, Oliveira Vianna impôs-se qual bendengó caído dos céus na sociologia – e sei disso porque tomei parte da aventura. E o Brasil entrou a desconfiar de que de fato a ciência sociológica existia, já que homens de tanta respeitabilidade juravam em cima dela. E por fim aparece Gilberto Freyre.[5]

Neste livro, sem mesmo precisar fazer referência constante a seu colega francês, Castro Faria opera ao longo do texto com o uso do conceito de campo intelectual como verdadeiro sujeito da imposição de novas visões e divisões do mundo social. Os dados biográficos do escritor Oliveira Vianna são examinados no fim do livro e não no início. A demonstração de Castro Faria se apoia na construção simultânea da obra escrita, da posição no conjunto dos pares e dos avaliadores da produção intelectual e das próprias concepções e projetos que um escritor vai elaborando ao longo do seu itinerário. O "projeto criador" não precede a cada escrito, mas é fruto tanto do esforço de cada autor quanto das modalidades de avaliação de cada um dos seus sucessivos trabalhos. Por isso mesmo é na medida em que Castro Faria desmonta as variadas formas de apreciação e valorização das publicações de Oliveira Vianna que cria a possibilidade de melhor analisar os marcos pertinentes da trajetória social e intelectual deste autor. As "verdades" sobre o autor não precedem nem fundamentam a discussão dos significados dos textos; mas quanto mais se compreende a teia de significados inscrita em cada livro mais se tem condições de compreender a teia de relações sociais e de debates intelectuais em que se inscreve o escritor. Neste livro, é a leitura acurada da obra que permite examinar a biografia social e intelectual do *pensador fluminense*.

Após a morte de Oliveira Vianna, muitos discípulos autoproclamados apareceram enfatizando a nobreza do natural de Saquarema e a simplicidade

do mestre da casa da Alameda São Boaventura 41, em Niterói. Muitos foram aqueles também que imputaram a Oliveira Vianna o "racismo" correspondente às noções do branqueamento da raça, que são comuns a praticamente todos os autores, durante o período de 1870 a 1930, com pouquíssimas exceções, como a de Alberto Torres.[6] Ao voltar reflexivamente sobre os seus próprios passos intelectuais e sobre as próprias categorias que ordenam seu pensamento e emoções, Castro Faria demonstra a fecundidade de uma antropologia cujos horizontes nunca se restringem às fronteiras nacionais ou locais. Sua proposta não só permite a reconsideração das obras de Oliveira Vianna como também contribui para a afirmação de um programa de pesquisas tanto sobre este autor (como lembra a epígrafe) como para a reflexão sobre as modalidades de construção das tradições nacionais, que, como lembrava Marcel Mauss, estão na origem da forma moderna dos grupos sociais.

Por tudo isso, cabe sorrir ao lembrar que Castro Faria tenha sido considerado em certos momentos como ETnólogo em sentido restrito, já que os seus cursos desde o início do PPGAS/Museu Nacional não recebiam o prestigioso rótulo de AS (Antropologia Social), privilégio daqueles que se consagravam à "Teoria Antropológica", mas ficavam circunscritos à curiosa sigla dos ETs. Nunca renegou a alcunha de ET, mas pode ser que esta fosse uma razão suplementar a alimentar sua ira sagrada contra a prática tão comum e tão esterilizante de fabricação de ETiquetas...

Notas

[1] *Cf.* Lévi-Strauss, Claude, 1958, *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, cap. XI.; Da Matta, Roberto, *Ensaios de Antropologia Estrutural*, Petrópolis, Vozes, 1973, capítulo 1.

[2] Antonio Carlos de Souza Lima prepara uma edição do conjunto dos seminários organizados por Luiz de Castro Faria no PPGAS/MN. Os interessados em história da antropología no Brasil poderão assim ver as listas de autores brasileiros submetidos à análise e a objetivação dos autores e instrumentos de referência para o exame de cada escritor.

[3] A preparação da presente edição foi feita por Gustavo Sorá, com a colaboração de Afrânio Garcia, a partir de textos de conferências ministradas por Luiz de Castro Faria desde 1991, além da reformulação da publicação do *Boletim do Museu Nacional* de 1978 e de entrevistas e gravações sobre esquemas e anotações previamente realizadas. O título e o plano do livro foram feitos por Luiz de Castro Faria; em conjunto com Gustavo Sorá foram revistos todos os quadros, subdivisões e notas; de qualquer forma a versão final foi discutida e aprovada por Castro Faria.

[4] Para uma análise da relação entre as coleções de "clássicos" da brasilidade e a implementação do mercado editorial no país ver Heloísa Pontes, 1988, "Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das 'Coleções Brasilianas' nas décadas de 1930-40 e 50", em *Boletim Informativo e Bibliográfio de Ciências Sociais* n° 26: 56-89 e Gustavo Sorá, 1998, "Brasilianas. A Casa José

Olympio e a instituição do livro nacional" (tese de doutorado), PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

[5] Monteiro Lobato, J.B., 1957, "Prefácio ao 'Gilberto Freyre' de Diogo de Melo Menezes", *Prefácios e entrevistas*, São Paulo, Brasiliense.

[6] Leia-se o livro de Lilia Schwarcz *O espectáculo das raças*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, para constatar como o "branqueamento" da população brasileira constituiu uma forma de ideología dominante, a permear os mais diferentes discursos dos sociólogos e antropólogos do período 1870-1930, e a fundamentar as políticas de apoio à imigração de europeus para a redenção da raça.

CAPÍTULO I

A OBRA
Uma tentativa de reconstrução

A obra não pode ser considerada nem como uma unidade imediata nem como uma unidade certa, nem como uma unidade homogênea.

M. Foucault, *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo Epistemológico.*

O objetivo deste capítulo é bem simples. Trata-se de uma primeira tentativa de procurar resposta clara e convincente para uma pergunta de caráter liminar: quando se fala ou escreve a respeito da *obra* de Oliveira Vianna, que sentido e que extensão se dá a este termo? Na verdade não se trata de sentido e de extensão simplesmente, mas de significado e de denotação. Que estatuto se pretende conferir a esta expressão corriqueira – obra de um autor?

No discurso de senso comum a obra é identificada quase sempre com o conjunto das publicações do autor, mas o mesmo termo é usado também para designar cada unidade desse conjunto.[1] A expressão "obras do autor", por exemplo, equivale a um rol, geralmente de livros, mas além de livros pode incluir outras publicações.

A prevalência quase absoluta desse senso comum é hoje inaceitável, e a sua derrocada impõe-se como condição preliminar a qualquer esforço de crítica da produção intelectual de qualquer autor. Nem é preciso lembrar que data de anos a investida de M. Foucault no sentido de tomar esses nomes do senso comum – obra, livro – e convertê-los em objetos de análise.

A *Resposta ao Círculo Epistemológico* (1971) é um texto realmente seminal. Nele M. Foucault é levado a se expor sem rodeios, a falar para esclarecer, pois as questões são formuladas por leitores esclarecidos, que têm intimidade

com os seus escritos. O que é perguntado não está explicitamente neles, mas surge deles. M. Foucault não fala apenas das coisas que fez, ou pretendeu fazer, até aquele momento, mas também do que deixou de fazer, até aquele momento, para garantir a originalidade do seu projeto. Em M. Foucault, como todos sabem, a desconstrução – do já dito, já sabido, já assentado – tem um peso proporcional ao da construção.

Uma prolongada intimidade com a produção intelectual de Oliveira Vianna e com os escritos a respeito dela levaram-nos à conclusão de que seria indispensável voltar um passo atrás, para tentar reconstituir a obra desse autor, operando com as proposições de M. Foucault. Os críticos de Oliveira Vianna na realidade identificam obra com livro, ou livros, e a partir da leitura de um de seus livros pretendem falar da sua obra, como se esta fosse uma totalidade, a respeito da qual não hesitam em proferir generalizações.

Medeiros (1978: 155) talvez seja o único que afirma ter lido toda a sua obra: "(...) após lermos praticamente toda a sua obra...". Mas esta afirmação pode ser facilmente contestada. Depois das suas leituras, ele julga-se em condições de escrever sobre *o pensamento* de Oliveira Vianna como um todo indiviso, passível de apreensão fácil. "A obra de Oliveira Vianna – diz – parece-nos daquelas que não comportam uma periodização"; "Não obstante a impossibilidade de uma periodização da obra de Oliveira Vianna" (*op. cit.*, 155, 158). Apesar de tão seguro dessa indivisibilidade, Medeiros opera uma fragmentação em oito "temas fundamentais": a) Antiliberalismo e autoritarismo; b) Estado nacional, Estado moderno, Estado democrático, Estado autoritário e Estado corporativo; c) A questão social: incorporação do trabalhador ao Estado; d) Racismo e elites; e) Ruralismo e urbanismo; f) Programa econômico; g) Interpretação das revoluções brasileiras; h) Fontes teóricas e doutrinárias do pensamento sociológico de Oliveira Vianna. A bibliografia "ao final" do livro de Medeiros está longe de significar "toda a obra" de Oliveira Vianna, e os excertos dos seus livros só serviram para compor uma espécie de florilégio da *Ideologia autoritária no Brasil* de 1930 a 1945. O autor do florilégio montou um esquema que funciona como operador – a leitura é feita para que cada tópico tenha o seu conteúdo próprio. É preciso catar para compor.

Oliveira Vianna tornou-se, sem dúvida, um clássico. Críticos da época dos lançamentos e das primeiras reedições (Belo 1923; Duque-Estrada 1924; Monteiro Lobato 1926; Pereira 1929; Grieco 1933, 1935; Campos 1933; Lima 1933, 1934; Rodrigues 1933; Taunay 1940; Sodré 1942; Macieira 1943; Ramos 1947; Holanda 1950, entre outros), colocaram os seus livros em posição privilegiada perante o público de leitores interessados – e seduzidos – pelos

chamados *estudos da realidade nacional*, ou *interpretações do Brasil*.

O livro de F. Contreiras Rodrigues merece atenção especial. Chama-se *Novos rumos políticos e sociais* e foi editado em 1933 pela Livraria do Globo de Porto Alegre. O próprio plano do livro é original. Está dividido em três partes, e a primeira, sob a epígrafe "Onde estamos em sociologia e política", desdobra-se em dois capítulos: I - Três políticos: Rui Barbosa, Silveira Martins, Assis Brasil; II - Três sociólogos: Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo, Tristão de Athayde. Na segunda parte, "Para onde vamos em sociologia", o capítulo III é dedicado aos "Fundamentos sociais" e o IV, aos "Fundamentos sociológicos". A terceira parte, "Para onde vamos em política", desdobra-se nos capítulos V - "Aplicações desses fundamentos à economia social", VI - "Aplicação desses fundamentos à política"; VII - "Aplicação desses fundamentos à economia"; VIII - "Síntese social ou esboço constitucional". A análise que faz da obra de Oliveira Vianna até então publicada e vulgarizada é correta e imparcial. Identifica os temas centrais: "A) Sua idéia mais geral – o meio físico; B) Suas idéias especiais – 1. O latifúndio; 2. Atenuações do particularismo; 3. Os fatores étnicos; 4. Os fatos morais". Manteve-se, portanto, ao nível dos textos analisados.

Depois do livro de F. Contreiras Rodrigues, com as suas trilogias de políticos e sociólogos, vamos encontrar no livro de Nelson Werneck Sodré, *Orientações do pensamento brasileiro* (l942), um quarteto do qual participa Oliveira Vianna, mas desta feita com novos comparsas, que são Gilberto Freyre, Azevedo Amaral e Fernando de Azevedo. No livro de Luiz Washington Vita, *Antologia do pensamento social e político no Brasil* (l968), surge uma nova constelação de autores, que seriam os intérpretes consagrados do "sentido da nacionalidade": Tavares Bastos, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso. Nessa antologia encontram-se excertos de *O idealismo da Constituição* (2ª ed., São Paulo, 1939), de *O ocaso do Império* (3ª ed., Rio de Janeiro, 1959) e de *Instituições políticas brasileiras* (2ª ed., Rio de Janeiro, 1955). Na antologia de Djacir Menezes, *O Brasil no pensamento brasileiro* (1ª ed., Rio de Janeiro, 1957; 2ª ed., mais vulgarizada, 1972), há uma referência (Introdução: 13) a Tavares Bastos, Alberto Torres e Oliveira Vianna como "os três mais brasileiramente preocupados com os nossos problemas". Encontra-se aí apenas um excerto de *Populações meridionais* sobre solidariedade social.

Constitui-se assim um panteão de autores consagrados como desnubladores da *realidade nacional* brasileira, panteão esse constantemente revisitado. É o caso de João Camilo de Oliveira Torres, que em seu livro *Interpretação da realidade brasileira* (1973. A primeira edição é de 1969) propõe na seção

II um "retorno às fontes" e aprecia as contribuições de Oliveira Vianna, Paulo Prado e Gilberto Freyre, segundo o seu esquema interpretativo. Aprecia antes as contribuições de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Alberto Torres.

A presença de Oliveira Vianna é tão marcante nesse panteão, a sua obra está de tal modo entrelaçada à obra de todos os grandes *pensadores sociais* brasileiros, que muitos autores vivos se sentiram preteridos, ou menosprezados. E produzem então trabalhos de exorcismo, como é o caso do livro de José Honório Rodrigues (1988). Esse livro é, em grande parte, uma cobrança de rigor metodológico. De uma metodologia da história, que o autor confundiu sempre com técnicas e métodos historiográficos ortodoxos. Oliveira Vianna certamente não foi historiador, e de qualquer modo vale lembrar a advertência de P. Bourdieu: "A metodologia é como a ortografia, que, se dizia, é a ciência dos burros." Esse esforço de exorcizar, de banir do espaço mentalmente representado como domínio particular dos historiadores profissionais, revela um dos aspectos mais desprezíveis das lutas classificatórias, das lutas de concorrência pela definição da cultura nacional legitima (*cf.* Bourdieu 1988; 1989).

Não resta a menor dúvida de que Oliveira Vianna é um clássico e, como tal, um autor reconhecido – o seu nome é familiar aos letrados e pelo menos os títulos de dois dos seus livros, *Populações meridionais do Brasil* e *Evolução do povo brasileiro*, são lembrados com facilidade.

O seu discurso foi identificado com atitudes racistas e elitistas e por fim recebeu o estigma de *autoritário*. A propósito da atribuição dessa etiqueta é importante lembrar a advertência de Marilena Chauí, enunciada nos seus "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira":

> Para um intérprete que freqüente os textos dos historiadores e dos cientistas sociais, o autoritarismo brasileiro torna-se compreensível na medida em que são esclarecidas tanto a gênese histórica de sua eficácia quanto a natureza de suas manifestações conjunturais mais flagrantes. No entanto, em um ou outro registro, o enigma do autoritarismo brasileiro permanece, isto é, fica a pergunta: como se entrelaçam debilidade teórica e eficácia prática? (Chauí e Franco, 1978)

Diz Marilena Chauí: "Este aspecto da questão pode suscitar no intérprete um *impulso à desqualificação* imediata do discurso autoritário" (*op. cit.*, 32; o grifo é nosso). Esse impulso à desqualificação imediata do discurso "autoritário" teria movido Sérgio Buarque de Holanda a considerar o integralismo como "um produto das elucubrações de *intelectuais neurastênicos*, e Dante Moreira Leite a descartar Oliveira Vianna". Vamos direto ao texto deste autor para mostrar

como se dá esse descarte:

> O que nele parece teoria é imaginação gratuita, grosseira deformação de fatos e teorias alheias. De forma que quanto menos a ciência justificava suas afirmações, mais Oliveira Vianna afirmava o seu acordo fundamental com as ciências sociais da época. Por isso se o seu conflito íntimo pode merecer nosso respeito ou nossa piedade – dizem os críticos que Oliveira Vianna era mulato escuro, o que leva a supor que sua teoria do arianismo e da aristocracia era uma forma de identificar-se com o grupo dominante – isso não impede que o crítico esteja obrigado a mostrar até que ponto falseou nossa história e nossos problemas (Leite 1976: 221).

O seu "comentário final" é ainda mais grosseiro:

> apesar de críticas – e felizmente já havia, no Brasil, quem percebesse os absurdos de suas afirmações, a ausência de documentos – esses livros tiveram várias edições e foram citados a sério como se representassem algo mais que imaginação doentia de um homem que deve ter sido profundamente infeliz. Mas apesar de tudo, sua obra demonstra para o sociólogo e o psicólogo a crueldade do domínio de um grupo, por outro: o grupo dominado acaba por se ver com os olhos do grupo dominante, a desprezar e a odiar, em si mesmo, os sinais do que os outros consideram sua inferioridade. E talvez poucos brasileiros tenham escrito palavras tão cruéis e injustas a respeito do negro: este é simiesco, troglodita, decadente moral, inferior. Para ele, para os mestiços também inferiores, Oliveira Vianna recomendava um governo forte, capaz, provavelmente, de impor novamente a mortalidade da senzala (*op. cit.*, 231).

Esses excertos são de uma tese de doutorado em psicologia da USP (1954), em edição "revista, refundida e ampliada". Oliveira Vianna resiste, ainda hoje, a agressões dessa ordem, estúpidas e infundadas.

As considerações feitas até aqui têm como objetivo demonstrar que depois do muito que já se escreveu sobre Oliveira Vianna permanece ainda sem resposta esta questão elementar.

O que se deve tomar como obra do autor?

As críticas são parciais, distorcidas e fragmentárias. As bibliografias são incompletas, com ausência – ou erro – na indicação das edições de cada livro, e jamais se questionou distinção entre *obra* e *livro*. Foi isto que nos levou a

realizar este exercício analítico, que se tiver algum mérito será o de proporcionar aos críticos vindouros um roteiro mais seguro para as suas leituras. As proposições de M. Foucault orientam a análise que se segue; os quadros servem como chamadas à ordem para antepor um pensamento relacional cada vez que a leitura o solicite. Em síntese, neste capítulo se descobrem evidências documentadas, se esboçam hipóteses e ferramentas de interpretação que serão complementadas nos capítulos seguintes.

A obra não é uma unidade imediata

Identificá-la com a relação de "obras do autor", que geralmente figuram nas contracapas dos livros, ou com as bibliografias que acompanham os trabalhos de crítica, é permanecer submisso ao senso comum. A obra não é um simples rol de títulos de publicações, mesmo porque são bem evidentes as discrepâncias entre esses róis. Convém tomar o texto de M. Foucault e transcrever algumas postulações:

> é preciso pôr em suspenso as unidades que se impõem da forma mais imediata – as do livro e da obra. (...) A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe um certo número de escolhas teóricas, que não é fácil justificar, nem mesmo formular: basta adicionar aos textos publicados pelo autor os que ele projetava enviar para impressão e que permaneceram inacabados apenas em virtude da morte? É preciso, também, integrar tudo que é rascunho, desejo inicial, correções e rasuras das obras? É preciso adicionar os esquemas abandonados? E que estatuto dar às cartas, às notas, às conversações relacionadas, aos propósitos transcritos pelos auditores, enfim, a essa imensa multidão de traços verbais que um indivíduo deixa em torno de si no momento de sua morte...? (Foucault 1971: 18-20)

No caso particular de Oliveira Vianna essas questões assumem uma importância inusitada. Elas impõem, desde logo, uma opção firme e fundamentada. Um primeiro passo consiste certamente em tentar distinguir, no rol das publicações desse autor, aquelas que considerou acabadas, e em muitos casos revistas, das que planejou, anunciou como "em preparação", deixou em esboço e, depois da morte, foram lançadas como póstumas ou ainda permanecem inéditas. Sobre Oliveira Vianna dir-se-á com acerto que "mais danos fazem amigos néscios que inimigos descobertos" (provérbio português). O panegirismo de discípulos autoproclamados, a apologia floreada, tem causado mais danos à sua imagem que as críticas mais acerbas.

A produção intelectual está *naturalmente* inserida na trajetória do autor – é parte dela, submete-se às suas inflexões e, ao mesmo tempo que a sustenta, é sustentada por ela. Reconstituir a trajetória é, pois, a primeira tarefa a ser cumprida. Ela nos traz marcas que esclarecem e são esclarecidas mais tarde por dados de outra ordem.

Quadro 1 – A trajetória de Oliveira Vianna

1951	Aposentadoria por Lei Especial do governo Eurico Gaspar Dutra. Falecimento aos 68 anos
	Colaboração em jornais – *A Manhã* (freqüente a partir de 1943)
1942	Ministro do Tribunal de Contas da União
1940	Posse na Academia Brasileira de Letras
1939	Membro da Comissão Revisora das Leis da União
	Colaboração em jornais – *Diário de Notícias*
1933	Membro da Câmara Federal de Reajustamento Econômico
1933	Membro da comissão encarregada do anteprojeto de Constituição
1932	Consultor jurídico do Ministério do Trabalho
1931	Membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro
1926	Primeiro cargo público: diretor do Instituto de Fomento Agrícola do Rio de Janeiro
1924	Posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
1920	*Livro de estréia*. Ed. Monteiro Lobato, São Paulo
1916	Professor da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas (a Teixeirinha), Niterói, RJ
	Colaboração esporádica em jornais
	Professor de humanidades – cadeira de História, Colégio Abílio, Rio de Janeiro
1905	Forma-se bacharel pela Faculdade Livre de Direito aos 22 anos
1900	Exames parcelados no Colégio Pedro II
1897	Colégio Prof. Carlos Alberto, Niterói – 14 anos
1895	Escola subvencionada pelo governo Prof. Felipe Alves de Azevedo, Saquarema, RJ
1893	Escola Pública Prof. Joaquim (Quincas) de Souza, Saquarema – 10 anos
1883	Nascimento, 20 de junho. Distrito de Rio Seco, Saquarema

Uma das conseqüências da consagração de um autor é o seu isolamento, a sua singularização. O autor consagrado é geralmente desprendido do contexto no qual produziu, passa a fazer parte de um panteão de outros autores consagrados que produziram antes ou depois; cria-se assim uma galeria de *grandes vultos*, sem vínculos com o tempo e o lugar. Ao recompor a trajetória, pretendemos, ao contrário, situar Oliveira Vianna e contextualizar a sua produção. No Quadro 1 a trajetória de Oliveira Vianna pode ser acompanhada – os dados são aparentemente simples e indicam origem, formação, posições ocupadas, todos cronologicamente ordenados, como numa escala estratigráfica. Em si é pouco, mas serve de base para situá-lo ao mesmo tempo como ator e autor, como referencial básico. E *servir* tem, no caso, o sentido bem preciso de prestar serviço, de auxiliar, de favorecer, de ter serventia. É para ser usado, portanto, quando se tornar necessário reconstituir, em cada momento, a trama das relações no campo intelectual e no campo do poder.

Quadro 2 – Os livros. Rol e cronografia dos lançamentos

Títulos	Ano	Editora	Reedições
Introdução à história social da economia pré-capitalista	1958	José Olympio, RJ	
Populações meridionais do Brasil, 2º vol. (O campeador rio-grandense)	1952	José Olympio, RJ	
Problemas de organização e problemas de direção	1952	José Olympio, RJ	1974, 2ª ed., Record – Fundação Oliveira Vianna, governo do estado do Rio de Janeiro
Direito do trabalho e democracia social	1951*	José Olympio, RJ	
Instituições políticas brasileiras	1949	José Olympio, RJ	1955, 2ª ed.; 1974, 3ª ed.
Problemas de direito sindical	1943	Max Limonad – Coleção Direito do Trabalho	
Problemas de direito corporativo	1938	José Olympio, RJ	
Raça e assimilação	1932	Cia. Editora Nacional, SP – Col. Brasiliana, vol. 4	1934, 2ª ed. aumentada

Títulos	Ano	Editora	Reedições
Problemas de política objetiva	1930	Cia. Editora Nacional, SP	1947, 2ª ed. aumentada; Col. Brasiliana, vol. 256
O idealismo da Constituição	1927	Edições Terra de Sol, RJ	1939, 2ª ed. aumentada; Cia. Editora Nacional, SP – Col. Brasiliana, vol. 141
O ocaso do Império	1926	Melhoramentos, SP	1933, 2ª ed.
O povo brazileiro e sua evolução	1922	Typographia da Estatística, Ministério de Agricultura, Indústria e Commercio, DF	1933: *Evolução do povo brasileiro*, Cia. Editora Nacional, SP, Col. Brasiliana, vol. 10; 1938, 3ª ed.
O idealismo na evolução política do Império e da República	1922	*O Estado de São Paulo*, Col. Biblioteca de *Oesp* nº 1	
Pequenos estudos de psicologia social	1921	Monteiro Lobato & Cia., SP	1922, 2ª ed.; 1942, 3ª ed.
Populações meridionais do Brasil	1920	Edições da *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato & Cia., São Paulo	1922, 2ª ed.; 1933, 3ª ed., Cia. Editora Nacional, SP; 1938, 4ª ed.; 1952, 5ª ed., José Olympio, RJ; 1973, 6ª ed., Paz e Terra, RJ

Como o anterior, o Quadro 2 *serve*, isto é, presta auxílio quando se pretende delimitar os contornos aproximados da *obra*. Foi assinalado o ano da morte do autor (*) para destacar o problema da inclusão ou exclusão dos títulos *depois da morte*, quando se impõe o registro de "obra póstuma" nos livros publicados. Este quadro tem o significado óbvio de rol de livros, mas com a indicação exata das datas de lançamento, ou seja, das primeiras edições. Para construí-lo foi preciso procurar essas primeiras edições, examiná-las e anotar as suas marcas. Na parte II, cada livro aí incluído é descrito em termos da sua individualidade, mas sobretudo das suas relações com outros livros. Lembrando M. Foucault,

> os limites de um livro não são claros nem rigorosamente traçados: nenhum livro pode existir por si mesmo; está sempre numa relação de apoio e de

> dependência em relação aos outros; é um ponto numa rede; comporta um sistema de indicações que remetem – explicitamente ou não – a outros livros, ou a outros textos, ou a outras frases. (...) É inútil dar-se o livro como objeto que se tem sob a mão: é inútil encarquilhá-lo nesse pequeno paralelepípedo que o encerra; sua unidade é variável e relativa: ela não se constrói, não se indica e, por conseguinte, ela não pode ser descrita senão a partir de um campo de discurso (Foucault, 1971: 19).

Parece claro, agora, que a *obra* não é uma unidade imediata.

A obra não é uma unidade certa

A difícil questão da inclusão/exclusão de traços de uma obra se aprofunda ao considerarmos edições diferentes dos livros, "outras publicações" (Quadro 3). Elas trazem marcas distintivas muito fortes. É o caso, por exemplo, de "A política social da revolução", conferência promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo; de "O crédito sobre o café", tese de congresso, trabalho circunstancial; do "Programa de teoria e prática do processo penal", quase nunca referido.

Quadro 3 – Outras publicações – Nominata e cronografia

Título	Publicação	Ano
"O homem brasileiro e o mundo do amanhã"	*Letras Brasileiras* 5	1943
"Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica"	*Revista de imigração e colonização*	1940
"A política social da revolução"	*Estudos e conferências* 1 – DIP	1940
"As novas diretrizes da política social"	Folheto 31 pp. – Conferência na Escola de Serviço Social	1939
"Formation ethnique du Brésil"	Comunicação – Separata do Congresso Internacional de História Colonial	1932
"O crédito sobre o café"	Tese – Congresso do Café, SP	1927
"Programa de teoria e prática do processo penal"	Folheto, Tipografia do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro	1924
"O povo brasileiro e sua evolução"	Separata – Recenseamento de 1920 – Tipografia Estatística	1922
"O tipo brasileiro – seus elementos formadores"	*Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*	1922

Podemos, por exemplo, escolher dois títulos, "O tipo brasileiro – seus elementos formadores" e "O povo brasileiro e sua evolução", que exigem comentário especial. Estes dois títulos suscitam dúvidas sobre a propriedade de seu registro, além das demais, na *obra completa* do autor. Na relação de "obras do autor" na contracapa de *Direito do trabalho e democracia social*, editada pela Livraria José Olympio em 1951, mas com prefácio do próprio Oliveira Vianna datado de "Niterói, 20 de julho de 1948", não figuram esses dois títulos. Na *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil,* "obra póstuma", também não figuram essas duas publicações. A primeira, "O tipo brasileiro – seus elementos formadores", permanece praticamente ignorada dos leitores de hoje, inclusa no grosso volume 1, de 1.688 páginas, do *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil,* comemorativo do centenário da Independência, livro raro e de consulta difícil. Parece que o autor decidiu ignorá-lo e induziu os seus leitores a fazerem o mesmo. Quanto ao segundo – "O povo brasileiro e sua evolução" – não só a alteração do título para *Evolução do povo brasileiro*, como os comentários desfavoráveis que fez o autor a respeito da "edição oficial", não deixam dúvida de que se trata de versão *rejeitada*, embora aproveitada quase totalmente.

É preciso que se leve em conta o fato de que esses são dois *trabalhos de encomenda,* como seriam *O idealismo da Constituição* (versão de 1924, para o volume *A margem da história*) e *O ocaso do Império.* Os trabalhos de encomenda têm o mesmo caráter dos trabalhos livremente planejados e desenvolvidos pelo próprio autor? Até que ponto a imposição de temas e limites à extensão do texto comprometem a incorporação desses trabalhos aos demais? Certamente a dúvida persiste – a obra não é certamente uma unidade certa.

A obra não é uma unidade homogênea

O próprio Oliveira Vianna expõe a tridimensionalidade de sua *obra*:

> desde *Populações meridionais do Brasil*, passando por *Pequenos estudos*, *O idealismo da Constituição*, *Raça e assimilação* e *Problemas de política objetiva* – tenho investigado todos estes grupos de fatores da nossa formação e da nossa evolução histórica e social: o meio geográfico (clima e solo), os fatores biológicos e heredológicos (linhagem e raça) e os fatores sociais (cultura), embora com outra tecnologia (*Instituições políticas brasileiras*, 1949, 1º vol., 70-71).

Como evidenciam as datas de edição do principal segmento de suas publicações (*Populações meridionais do Brasil*, *Pequenos estudos de psicologia*

social, "O tipo brasileiro – seus elementos formadores", "O povo brasileiro e sua evolução", *O idealismo na evolução política*, *Evolução do povo brasileiro*, *O idealismo da Constituição*, *O ocaso do Império*), é preciso que se tenha sempre em mente o fato de que Oliveira Vianna é um autor da década de 1920. É no espaço dessa década que se enquadram as duas primeiras dimensões da sua *obra* – as dos determinismos biológico e geográfico, na realidade profundamente entrelaçados.

A partir da década de 1930 a sua trajetória revela uma inflexão, uma vez que se coloca a serviço de um aparelho de Estado, e assume a função – e a responsabilidade – de normalizar as relações trabalhistas. A sua *obra* assume outro caráter. A essa terceira dimensão correspondem: *Problemas de política objetiva*, *Problemas de direito corporativo*, "As novas diretrizes da política social", "A política social da revolução" e *Problemas de direito sindical*.

Quadro 4 – Os vários tempos: de lançamento, de atualização e de reatualização

Livro	Ano
Problemas de organização e problemas de direção	1952
Direito do trabalho e democracia social	1951
	1950
Instituições políticas brasileiras	1949
	1948
	1947
	1946
	1945
	1944
Problemas de direito sindical	1943
	1942
	1941
	1940
	1939
Problemas de direito corporativo	1938
	1937
	1936
	1935
	1934
	1933
Raça e assimilação	1932
	1931

Problemas de política objetiva	1930
	1929
	1928
O idealismo da Constituição	1927
O ocaso do Império	1926
	1925
	1924
Evolução do povo brasileiro	1923
O idealismo na evolução política	1922
Pequenos estudos de psicologia social	1921
Populações meridionais do Brasil	1920

O Quadro 4 procura marcar a distinção dos vários tempos, condição básica para *situar* – e contextualizar – a produção intelectual de Oliveira Vianna. É ele mesmo que estabelece explicitamente a cesura, assinalando o período de 1932 a 1940 como de "abandono" ou "interrupção" do seu projeto inicial.

Quadro 5 – Os tempos da produção: uma cesura do autor

	1951 *Direito do trabalho e democracia social*	
	1950	
	1949 *Instituições políticas brasileiras*	
	1950	
	1948	
	1947	
	1946	
	1945	
	1944	
	1943 *Problemas de direito sindical*	
	1942 **Ministro do Tribunal de Contas da União**	
	1941	
1940	*A política social da revolução*	**Posse na Academia Brasileira de Letras**
1939	*As novas diretrizes da política social*	**Integra a Comissão Revisora das Leis da União**
1938	*Problemas de direito corporativo*	
1947		
1936		
1935		
1934		

1933		**Membro da comissão do anteprojeto da Constituição**
1932	*Raça e assimilação*	**Consultor jurídico do Ministério do Trabalho**
1931		
1930	*Problemas de política objetiva*	
1929		
1928		
1927	*O idealismo da Constituição*	
1926	*O ocaso do Império*	
1925		
1924	**Posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**	
1923	*Evolução do povo brasileiro*	
1922	*O idealismo na evolução do Império e da República*	
	"O povo brasileiro e sua evolução"	
	"O tipo brasileiro – seus elementos formadores"	
1921	*Pequenos estudos de psicologia social*	
1920	*Populações meridionais do Brasil*	

O Quadro 5 procura estabelecer as relações entre a produção intelectual e o acesso às posições no campo do poder. Esses dois quadros devem ser lidos comparativamente, pois mostram com nitidez que a atualização das "obras" da década de 1920 se dá exatamente no período do abandono temporário das suas problemáticas, mas de ocupação de altas posições na burocracia do Estado (1932-1940).

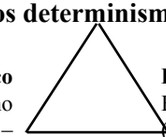
Em 1942 Oliveira Vianna recebe a prebenda: é nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União. No período de 1932 a 1940 o campo intelectual se mostra permeado por vivo faccionismo político-ideológico. A produção intelectual traz marcas muito fortes, da origem e dos destinatários. Surgem nesse período *bibliotecas* e *coleções* de doutrinação, como a Biblioteca da Ação Católica; a edição da Biblioteca Anchieta, cujos livros trazem as licenças canônicas (*Nihil Obstat* e *Imprimatur*); a Editora ABC, com as mesmas características. A Biblioteca Brasileira de Cultura, dirigida por Tristão de Athayde, passa a ser editada pela Civilização Brasileira, e seis dos seus títulos são da autoria de Tristão, outros mais de monsenhor Pedro Anísio, do padre Leonel Franca, de Jorge de Lima, de Everaldo Backeuser, de Tasso da Silveira, todos eles expoentes do chamado "pensamento católico". A Coleção Eduardo Prado, do Centro Dom Vital, com livros de Jackson de Figueiredo, Perilo Gomes, Plácido de Melo, Alcebíades Delamare, todos igualmente católicos militantes. A Coleção Azul, sob a direção de Augusto Frederico Schmidt, também editor, e com distribuição da Civilização Brasileira, lança em 1933 *Introdução à realidade brasileira* (livro nº 3 da coleção), de autoria de Afonso Arinos de Melo Franco. A Coleção Problemas Políticos Contemporâneos, da Livraria José Olympio, cujo nº 10 é o livro de Azevedo Amaral *A aventura política do Brasil* (1935), publica também, de Plínio Salgado, *O sofrimento universal*, *A quarta humanidade*, *Despertemos a nação*, *Psicologia da revolução*, *Cartas aos camisas verdes*, de Miguel Reale, *O Estado moderno*, já em segunda edição em 1935, *Formação política burguesa*, *O capitalismo internacional*, *O ABC do integralismo*. Depois de 1937 a Livraria José Olympio tornar-se-ia editora do Estado Novo e seus corifeus.

O Quadro 6, apesar da sua extrema simplificação, fornece um referencial para a leitura da *obra* de Oliveira Vianna, exibindo a recorrência de antinomias constitutivas da sua reflexão. Ele não se liberta delas em nenhum momento. Elas são o mote e a glosa na sua escrita.

Quadro 6 – As antinomias fundadoras do discurso

(–)	(+)
Povo, massa, plebe	Elites esclarecidas, elites dirigentes
Individualismo – insolidarismo	Grupalismo – solidarismo
Isolamento – dispersão – insulamento	Agregação – fusão – unificação
Idealismo	Pragmatismo
Cópia – transplante – exógeno	Realidade nacional – Experiência, saber prático
Competência parlamentar e política	Competência técnica e profissional
Estado liberal democrático	Estado moderno – Estado Novo
Descentralização	Centralização
Desorganização	Organização – ação pedagógica – preparação da elite para os quadros de direção

Quadro 7 – A cadeia dos determinismos: uma prisão sem saída



Determinismo geográfico
Telurismo
("meio antropogeográfico – clima e solo")

Determinismo histórico-social
Evolucionismo – positivismo
("leis", teleologias)

↑↑↑

Determinismo biológico
Herança, inatismo, ativismo ("fatores biológicos e heredológicos – linhagem e raça")

O Quadro 7 é uma imagem simplificada da subordinação do pensamento de Oliveira Vianna às três manifestações dos determinismos que permearam o discurso bacharelesco, com pretensões à cientificidade, nas últimas décadas do século XIX. Evolucionistas, ritterianos e ratzelnianos proliferaram na Europa e na América. E a propósito é preciso lembrar que, no curso de formação, Oliveira Vianna foi aluno de Sílvio Romero, como destacou Cruz Costa, e que depois de formado ensinou Teoria e Prática do Processo Penal. O seu programa (l924) não deixa dúvida quanto a sua filiação à *escola positiva*, da qual eram corifeus Lombroso, Ferri e Garofalo, a trilogia sacralizada pelos bacharéis entusiastas da "nova escola" penal. A sua obra não é, certamente, uma unidade homogênea.

*

Chegamos, ao nosso ver, a efetuar algumas demonstrações, mas não avançamos mais, não oferecemos nenhuma conclusão, como se poderia esperar. Detêm-nos, por enquanto, dificuldades que não pudemos transpor. Retomemos o texto de M. Foucault, para refletir mais demoradamente sobre a sua advertência:

> a única unidade que se poderia reconhecer na *obra* de um autor seria uma certa função de expressão. Supõe-se que aí deve haver um nível (tão profundo que é necessário supô-lo) em que a obra se revela em todos os seus fragmentos, mesmo minúsculos e os mais acessórios, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou das determinações históricas nas quais estava envolvido. Mas vê-se logo que essa unidade da *opus*, longe de ser dada imediatamente, é constituída por uma operação; que esta operação é interpretativa (no sentido de que ela decifra, no texto, a expressão ou a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo), que, finalmente, a operação que determina a *opus* na sua unidade e, por conseguinte, a obra mesmo como resultado dessa operação (...) não é a mesma para autores diferentes.

Com certeza demos início a essa operação, mas não chegamos a concluí-la.

Versões da obra

Na minuta de carta ao ministro Oswaldo Aranha (1944) divulgada no periódico *Letras Fluminenses*, de Niterói, edição de março-abril de 1951, ano do falecimento de Oliveira Vianna, encontra-se este precioso depoimento:

> Não se admire, meu caro Chanceler, de ter eu tantos livros no estaleiro, elaborados, mas inéditos. É isto conseqüência de meu método um tanto extravagante de trabalho: planejando o livro escrevo-o logo, num escorço grosseiro, sem lavor literário, falquejando-o, por assim dizer; feito isto guardo-o; e só depois de vários anos é que o retomo para os trabalhos definitivos de refusão, atualização e polimento. É assim que tenho na gaveta o 2º volume das *Populações*, consagrado exclusivamente ao estudo das populações pastorais do extremo sul, os bravos conterrâneos de V. Excia.
>
> Escrito desde 1924, esperando todo esse tempo o lavor definitivo, as retificações que naturalmente terei que fazer no texto original, em face das pesquisas recentes dos modernos investigadores rio-grandenses (Aurélio Porto, Borges Fortes, etc.) e também das minhas impressões diretas do meio gaúcho quando tiver de lá ir, no momento próprio, observá-lo.

Relaciona então "4 volumes já compostos, embora em escorço grosseiro e despolido":

1. **Raça e etnia** – "versando os problemas brasileiros das correntes imigratórias, da assimilação étnica e dos quesitos racionais";
2. **Seleções telúricas** – "tratando os problemas relativos à aclimação das etnias européias nos trópicos e, em conseqüência, o problema da determinação científica dos diversos centros de distribuição dessas correntes imigratórias, segundo o critério da sua melhor adaptação";
3. **Mobilidade social** – "sobre os problemas das migrações internas, focos de irradiação colonizadora, deslocamento de nossa população para o *hinterland*, formação das 'cidades vivas', marcha para o oeste";
4. **Sociologia das elites** – "síntese final dos volumes anteriores, versando os problemas da formação dos nossos quadros dirigentes do nosso povo, da capilarização dos valores existentes na massa e dos processos da sua seleção".

A época da produção é mencionada: "Estes quatro volumes eu os havia composto no período que vai de 1924 a 1932, depois de ter concluído os primeiros das *Populações meridionais* (l9l8) e a *Evolução do povo brasileiro* (l922)". Ao longo dessa minuta de carta encontram-se outras indicações de *inéditos:*

> "História da questão social no Brasil" (l500-l940)
> "Fundamentos da política brasileira" (l930-1945)
> Estes dois últimos livros foram para a gaveta; não os quis ultimar agora, (...)
> Voltei-me, então, para os velhos estudos, para os quatro volumes relativos ao problema das etnias imigradoras, que eu havia abandonado desde 1932.

Ao invocar as fortes impressões deixadas pelo chanceler ao falar nas reuniões da Comissão Revisora do Itamarati, Oliveira Vianna afirma: "nunca se apagou do meu espírito a lembrança daquelas tardes agitadas, cujo sentido histórico ainda espero fixar na minha futura 'Introdução à história da revolução de 30', cujo material já estou começando a coligir e que será o canto do cisne da minha carreira de escritor". Nessa primeira versão à "obra publicada" deveriam somar-se mais sete livros inéditos, "já compostos", "em escorço grosseiro".

Vejamos como essa obra é apresentada pelo autor numa segunda versão. No primeiro volume de *Instituições políticas brasileiras*, lançado em 1949, já transcorridos cinco anos da minuta da carta ao chanceler Oswaldo Aranha, Oliveira Vianna apresenta uma outra versão de sua *obra*:

> Nos meus livros anteriores – desde *Populações meridionais do Brasil* a *Problemas de direito sindical*, passando por *Pequenos estudos*, *O idealismo da Constituição*, *Raça e assimilação* e *Problemas da política objetiva* – tenho investigado todos estes grupos de fatores da nossa formação e da nossa evolução histórica e social: o meio antropogeográfico (clima e solo), os fatores biológicos e heredológicos (linhagem e raça) e os fatores sociais (cultura), embora com outra tecnologia. Retomo agora – depois de quase dez anos de forçada interrupção – estes meus estudos sobre a nossa formação social. Deixarei para uma série sobre a "História da formação racial do Brasil" (I - Raça e seleções étnicas; II - Raça e seleções telúricas; III - Mobilidade social; IV - Antropossociologia das elites) o estudo especializado da "Raça e do clima como fator da nossa cultura e da nossa civilização". Deixarei ainda para outra série sobre a "História social da economia" (I - História social da economia capitalista; II - História social da economia pré-capitalista) o estudo dos fatores sociais e econômicos da nossa evolução. Por agora irei investigar neste volume, e de forma monográfica e especializada, unicamente o papel da cultura na formação da nossa sociedade política e na evolução e funcionamento do Estado no Brasil (*op. cit.*, 1ª ed., 70-71).

Depois da morte do escritor, se "descobrem" no número especial de *Letras Fluminenses* "as nove obras que Oliveira Vianna deixou inéditas" em sua biblioteca:

> Deixou Oliveira Vianna nada menos de nove obras inéditas, a serem editadas pela José Olympio. Os originais datilografados, mandava-os encadernar o escritor e, assim, os entregava à editora. Com exceção de dois que se vêm acima [*uma foto de canto de mesa, com volumes encadernados, entre suportes, ilustra a nota de redação do periódico, nº 6, de março-julho de 1951*] deixou-nos o autor "em forma". São eles, a partir da esquerda:
>
> 1. Direito do trabalho e democracia social
> 2. História social da economia capitalista no Brasil
> 3. Introdução à história social da economia pré-capitalista
> 4. Populações meridionais, 2º volume
> 5. Antropossociologia das elites, dois volumes
> 6. Ensaios
> 7. Seleções étnicas
> 8. Seleções telúricas
> 9. Problemas de organização e problemas de direção
>
> Desta lista o primeiro foi lançado um mês depois da morte do sociólogo e o sexto consta de dois volumes, aparecendo aqui somente o primeiro.

Ainda "em preparação", é possível compilar numerosos trabalhos inéditos mencionados nas publicações de Oliveira Vianna. Por exemplo:

1. "Populações meridionais do Brasil, vol. II. (Os pastores rio-grandenses)", em *Pequenos estudos da psicologia social*, 1ª ed., 1921. Em variantes posteriores se menciona como subtítulo (O campeador rio-grandense), em *O ocaso do Império*, 1ª ed., 1926; em *Evolução do povo brasileiro*, 2ª ed., 1933; em *O ocaso do Império*, 2ª ed., 1933; em *Raça e assimilação*, 2ª ed., 1934; em *Problemas da política objetiva*, 1ª ed., 1930. *Educação das classes dirigentes*, em *Pequenos estudos de psicologia social*, 1ª ed., 1921.

2. "História da República", em *Pequenos estudos de psicologia social*, 1ª ed., 1921.

3. "Rudimentos da ciência penitenciária", em *Pequenos estudos de psicologia social*, 1ª ed., 1921; em *O ocaso do Império*, 1ª ed., 1926.

4. "Problemas de antropologia social (bases para uma antropossociologia brasileira)", em *O ocaso do Império*, 1ª ed., 1926.

5. "O problema da seleção intelectual", em *Problemas de política objetiva*, 1930; em *Populações meridionais do Brasil*, 1º vol., 3ª ed., 1933; em *Evolução do povo brasileiro*, 2ª ed., 1933; em *O ocaso do Império*, 2ª ed., 1933; em *Raça e assimilação*, 2ª ed., 1934.

6. "Antropologia social (psicologia e sociologia da raça)", em *Populações meridionais do Brasil*, 3ª ed., 1933; em *Evolução do povo brasileiro*, 2ª ed.,

1933; em *O ocaso do Império*, 2ª ed., 1933; em *Raça e assimilação*, 2ª ed., 1934; em *Problemas de política objetiva*, 1930.

7. "O ariano no Brasil (biologia e mesologia da raça)", em *Populações meridionais do Brasil*, 3ª ed., 1933; em *Evolução do povo brasileiro*, 2ª ed., 1933; em *O ocaso do Império*, 2ª ed., 1933; em *Raça e assimilação*, 2ª ed., 1934; em *Problemas de política objetiva*, 1930; em "Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica", *Revista de Imigração e Colonização*, 1940.[2]

A menção das "obras em preparação", como complemento da relação das "obras do autor" que antecedem as páginas de rosto, foi uma prática editorial comum até tempos recentes e não pode existir nenhuma dúvida de que tais listas de "obras em preparação" são da iniciativa do autor. No caso de Oliveira Vianna torna-se indispensável a análise dessa relação, porque através dela é que se revela o seu projeto criador (*cf.* Bourdieu 1967). A relação que se obtém é bastante esclarecedora, pois denota diferentes momentos de sua trajetória. Além do anúncio das publicações por vir, afirma também que o livro que se tem em mão é parte de um projeto maior, em fase de execução. Confirma que o livro editado não é único, nem ocasional, mas parte de um conjunto. Dá ainda uma medida do grau de consagração do autor e da amplitude do seu projeto criador.

Notas

[1] Evidentemente os editores usam a palavra *obra* como equivalente de *livro*, produzindo o senso comum que não estabelece distinção entre livro e obra.

[2] Este artigo era apresentado com o seguinte esclarecimento: "fragmento de capítulo de um livro ainda inédito, *O ariano no Brasil*", cuja redação teria sido interrompida em 1932.

CAPÍTULO II

OS LIVROS
Relação em ordem cronológica e comentários

Populações meridionais do Brasil – ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna

No presente capítulo, consideramos dispensável uma apreciação de todas as avaliações da obra de Oliveira Vianna feitas pelos autores que se distinguiram pelas suas contribuições no campo da história do pensamento social no Brasil. Tomamos como referência apenas as que têm a vantagem de apresentar uma avaliação das avaliações. Na realidade, para o fim limitado que temos em vista e em face da diferença fundamental de perspectiva, o ensaio de Wanderley Guilherme dos Santos (1967) sobre "A imaginação político-social brasileira" é suficiente. Nele encontramos o dado de que no momento necessitamos: selecionados doze trabalhos "mais significativos", publicados entre 1943 e 1961, cujos autores são Fernando de Azevedo, Djacir Menezes, Costa Pinto/Edson Carneiro, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, Wanderley Guilherme verificou que entre os autores-fonte de obras destinadas a ordenar historicamente o pensamento político-social no Brasil há consenso quanto a Oliveira Vianna, que é citado em seis trabalhos de quatro autores: Fernando de Azevedo (1943 e 1956), Guerreiro Ramos (1955a), Djacir Menezes (1950 e 1956) e Florestan Fernandes (1957).

Com base nessa verificação, Wanderley Guilherme cria dois grupos – o dos "Nomes consagrados" e o dos "Nomes disputados". Oliveira Vianna figura no primeiro grupo, com a totalidade das indicações (4), juntamente com Pontes de Miranda e Gilberto Freyre; os demais componentes, 21 ao todo nesse grupo, são mencionados apenas por dois ou três dos autores-fonte. Na constituição desses dois grupos não foram considerados os autores *modernos*, "que começaram a produzir na década de 40", de sorte que se torna necessário considerar que o critério determinante de inclusão/exclusão num dos grupos foi ter começado

a produzir antes da década de 1940 e, em diferentes momentos entre 1943 e 1957, ter sido citado por um só ou por mais de um dos autores-fonte. Insistimos nesse ponto, sem querer de modo algum fazer aqui a crítica do trabalho de Wanderley Guilherme, apenas para chamar atenção para o fato de que nenhum dos grupos – nomes consagrados, nomes disputados – é rigorosamente *histórico* ou *atual*. Em ambos encontram-se vivos, e ainda em plena atividade intelectual, e mortos desde o fim do século XIX, mas não, como esclarece o autor do ensaio, "os que começaram a produzir na década de 40". Wanderley Guilherme tenta, na verdade, clarificar os critérios seguidos pelos seus autores-fonte; em outra oportunidade tentaremos fazer o mesmo com relação aos seus próprios critérios avaliativos. Por ora queremos apenas apoiar-nos em seu trabalho para considerar como demonstrada a afirmativa, antes apenas aceita pelo senso comum, de que Oliveira Vianna é um "nome consagrado" como dos mais representativos do "pensamento político-social no Brasil".

A categoria *pensamento político-social* e a categoria *nomes consagrados* – esta inclui Tito Lívio de Castro, Caio Prado Jr., Pontes de Miranda, Euclides da Cunha, Tristão de Athayde, entre outros – tornam evidente, no entanto, a impossibilidade de se encontrar, nos seus significados aparentes e imediatos, os elementos identificadores seja de *um* pensamento político-social qualquer, seja da obra de cada autor incluído, em termos de sua totalidade, e, menos ainda, as razões de afastamento-aproximação entre os autores.

Aqui não tentamos dizer como Oliveira Vianna pensou todos os assuntos submetidos a sua reflexão e, portanto, não se trata de uma avaliação da obra desse autor, isto é, da "sua contribuição", em sentido global. Assim procedemos porque consideramos que é obra pioneira e, por isso mesmo, desigual, complexa, que precisa ser vista por partes e cada parte não apenas em termos da sua coerência interna, do modo de articulação do conhecimento do autor com o conhecimento de outros autores, mas também de sua temporalidade própria.

A parte da obra de Oliveira Vianna escolhida como ponto de partida para a leitura que empreendemos de alguns clássicos brasileiros é a constituída por *Populações meridionais do Brasil*, primeiro volume. As razões dessa escolha serão apresentadas em seguida. Na realidade, trata-se menos de uma escolha que de imposição do método adotado para essas leituras. O primeiro volume de *Populações meridionais* tem as suas "Palavras de Prefácio" datadas de novembro de 1918 e a edição original é de 1920 (Monteiro Lobato & Cia., São Paulo). Representa portanto, no conjunto da obra, um momento importante na seqüência do pensamento do autor, o mais próximo da sua preparação, o mais ligado aos antecessores, seguramente o mais decisivo, pois marca o início da

interação autor-leitor.

Alguns aspectos da preparação de Oliveira Vianna para os trabalhos intelectuais que o tornariam um "nome consagrado" devem ser, desde aqui, esclarecidos. Tomemos como ponto de partida o seguinte texto de Cruz Costa (1956):

> Na mocidade de Oliveira Vianna eram ainda correntes, no Brasil, as influências do comtismo, as do spencerismo evolucionista, assim como as idéias monistas e materialistas de Haeckel e de Büchner. Na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, ele teria por mestre Silvio Romero e seria este que abriria novas perspectivas à sua inteligência. Mais tarde, Oliveira Vianna tomaria conhecimento das obras de Le Play e Demolins, que irão estabelecer os fundamentos do seu raciocínio na pesquisa social e nas diferenciações que vai fundamentar quando estudar a vida e a evolução do grande domínio rural. (428)

Desse texto retenhamos, por ora, apenas a informação relativa ao contato com Silvio Romero, em relação aluno-professor numa faculdade que se chamava, então, de Ciências Jurídicas e Sociais, nome perfeitamente adequado ao seu programa e transparente quanto à sua intencionalidade. Torna-se necessário, no entanto, ir muito além da informação e do nome. O que se precisa conhecer, nessa primeira instância, é: o que ensinava Silvio Romero. Essa tarefa não é difícil, pois poucos autores dessa época, em nosso meio, são tão explícitos quanto às fontes do seu saber e raríssimos deixaram escrito aquilo que ensinavam. Silvio Romero era professor de filosofia do direito e autor, como todos sabem, de um *Ensaio de filosofia do direito* (2ª ed. inteiramente refundida, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte, 1908 – 320 pp.). Diz o prefácio à segunda edição: "Sendo o autor professor de Filosofia do Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, era natural que procurasse pôr o seu livro de acordo com o programa de sua carreira. É o que fez." Sou obrigado a estender um pouco mais a citação – nesse prefácio de duas páginas e meia, Silvio Romero relaciona nada menos de 63 nomes de autores e dá indicação exata a respeito da relação tema-fonte. Assim, diz ele:

> Mais recentemente, os grandes discípulos de Le Play – Ed. Demolins, P. de Rousiers, H. de Tourville, L. Pinard, A. de Prévillle – nos processos de observação aplicados com peculiar capricho às classes sociais e ao estudo das nações. Savigny, S. Maine e R. Ihering na concepção do Direito, ajudados, posteriormente, por Fustel de Coulanges, Holtzendorff e Dareste. H. T. Buckle, nas linhas gerais da concepção da História como ciência.

E continua:

> H. de Tourvillle, já citado, para a formação dos grandes povos particularistas e a compreensão do feudalismo (...) Boutmy – acerca dos ingleses e americanos (...) Freeman, no que diz respeito à história geográfica da Europa e à constituição da Inglaterra (...). Acode ao autor o nome de T. Ribot, para a psicologia em geral e o de Le Bon, para a psicologia das massas, da educação e do socialismo moderno, os de Ammon e Lapouge sobre a etnografia ariana (...) Esses têm sido, sucessivamente, no correr dos últimos quarenta anos, cada um a seu turno, os principais mestres, auxiliares ou propulsores do pensamento do autor.

Refere-se aos 63 nomes indicados, dos relacionados uns poucos, para o fim em vista. Mas ainda acrescenta Silvio Romero: "escusado é falar do crescidíssimo número de leituras que deixaram, por certo, vestígios em seu espírito, de escritores de ordem secundária. Companheiros, por assim dizer, e não guias e chefes."

Ainda uma vez somos obrigados a citar, pois se trata de reunir dados:

> Há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico. É a antropogeografia, cujos fundamentos lançou-os o grande Ratzel. É a antropossociologia, recente e formosa ciência, em cujas construções trabalharam Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes, fecundos e originais. É a psicofisiologia coletiva dos Le Bons, dos Sigheles e principalmente dos Tardes. É essa admirável ciência social, fundada pelo gênio de Le Play, remodelada por Henri de Tourville, auxiliado por um escol de investigadores brilhantes, Demolins, Poinsard, Descamps, Rousiers, Préville, cujas análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedades humanas, de um tão perfeito rigor, dão aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana.

Trata-se agora, como muitos talvez já tenham percebido, de trecho das "Palavras de Prefácio" do primeiro volume de *Populações meridionais* (1ª, II). Os autores selecionados da nominata de Silvio Romero figuram todos na bibliografia de Oliveira Vianna, embora não incluídos nessa indicação do prefácio. É preciso agora que fique bem claro o que temos em vista até aqui. Em primeiro lugar, parece evidenciado que *Populações meridionais*, obra concluída em 1918 (primeiro volume), quando o autor tinha 35 anos de idade, pode ser referida a um certo domínio de conhecimentos, academicamente organizados, um corpo

de saber profissional. Isto é inegavelmente importante, do ponto de vista das especificidades de uma cosmovisão. Como decorrência, parece do mesmo modo evidenciado que Oliveira Vianna não foi um autodidata, imagem vulgarizada e de fácil aceitação, usada, não só em relação a ele, como uma justificativa, ou pelo menos como uma explicação, para falhas e deficiências. A popularização dessa imagem teve provavelmente como fonte o texto que transcrevemos:

> Ora, o Sr. Gilberto Freyre fez estudos especializados sobre Sociologia e Antropologia na América do Norte, ao passo que o Sr. Oliveira Vianna, admirável autodidata, teve que aprender tudo isso na sua vivenda da Alameda São Boaventura, em Niterói.

Agrippino Grieco, crítico não só erudito mas também dotado de notável intuição, amigo de Oliveira Vianna e admirador dos seus trabalhos, é o autor do texto transcrito. Faz parte de um artigo sobre *Casa grande e senzala*, que acabara de ser publicado. No mesmo volume – *Gente nova do Brasil* (Rio de Janeiro, 1935) – está incluído um artigo sobre *O ocaso do Império*, com data de 1926, que é a da segunda edição, na seção dos "Veteranos". Passemos agora a um outro gênero de afirmativas, primeiro do próprio Grieco, em seguida de Tristão de Athayde:

> (...) suscitou ele entre nós a boa leitura sociológica e lança nas *Populações Meridionais do Brasil* uma obra-prima. Vê-se que o escritor fluminense continua procedendo a um inquérito direto ao nosso meio. Amigo das realidades concretas (...) observa os brasileiros *in situ* e indaga de causas e efeitos em nosso próprio ambiente. "Nem outra cousa se podia esperar do país que vacilou sempre entre o coronel e o bacharel..." (*op. cit.*, 414-416).

> O autor de *O Idealismo na Constituição* é também um formidável pesquisador de crônicas e de arquivos. O Sr. Oliveira Vianna é um sociólogo de nossos dias e de nossa terra. É um realista. Um homem, como o Sr. Oliveira Vianna, não tem retórica. Que ousa chamar a ideologia das urnas de "votolatria". Que ousa denunciar a Arca Santa de 1891, como um documento flagrante da nossa fantasia perigosa, do nosso mimetismo inconsistente, da nossa superficialidade de retóricos palavrosos e formuleiros. (Tristão de Athayde, *Estudos*, Segunda Série; 2ª ed., São Paulo, 1934, 111, 194).

Cremos que diante desses dados podemos tentar uma explicação mais profunda, que os transcenda. Oliveira Vianna, observador, que faz inquéritos,

que pesquisa em arquivos, que é realista, que "não tem retórica", não poderia ser "um bacharel"; ao contrário, era o antibacharel. Ou, sem outra alternativa, "o autodidata". Essa identificação do estereótipo do "bacharel" com a formação profissional em ciências jurídicas e sociais, tal como o ensino estava organizado na época dos seus estudos superiores, principalmente no Recife, em Fortaleza, em Salvador, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com as suas cadeiras de Direito Romano, Filosofia do Direito e Teoria do Estado, geralmente ocupadas por eruditos, tornou-se altamente inconveniente. Ela é responsável pela ocultação de um conjunto significativo de elementos, que geralmente não são incluídos nas histórias de formações profissionais mais recentes, com as quais, no entanto, manteve sem dúvida relações estreitas. Considere-se, por exemplo, a história, a ciência política, a sociologia e a antropologia. Não é aqui o lugar para discutir o assunto, mas não são poucos os componentes daquela listagem de "nomes consagrados" com esse tipo de formação. Na realidade, maioria absoluta. Apreciada a relação dos "nomes disputados", esse número cresce muito. Em suma, na nominata dos 42 escritores "que produziram a história do pensamento político-social no Brasil", de imediato só identificamos três médicos e três engenheiros. Os demais tiveram uma formação acadêmica de "bacharel". Formação profissional, como a do médico e a do engenheiro, mas com a particularidade de ter sido o continente, por muito tempo, da história, da sociologia, da política. E isso não aconteceu apenas aqui, mas em toda a parte. Queremos pôr em relevo, precisamente, o fato de que, ao contrário de um "autodidatismo", o que encontramos nesses autores é uma cosmovisão elaborada com anterioridade ao seu pensar, com os seus objetos já constituídos, com os seus domínios de saber já definidos. Essa é uma cosmovisão que tem as suas especificidades e o mesmo acontece com a cosmovisão do médico e a cosmovisão do engenheiro. E os discursos que servem para exprimir essas cosmovisões têm necessariamente as suas especificidades, pois são construídos em torno de componentes diversos, privilegiados uns mais que os outros, nas respectivas formações.

É tempo agora de esclarecer um ponto da maior importância. Na leitura de Oliveira Vianna, como de outros autores que tenham elaborado as suas cosmovisões com base nos mesmos pressupostos, temos sempre presente a noção de paradigma, tal como é proposta por George W. Stocking Jr. no seu livro *Race, Culture and Evolution*. Stocking parte da obra de Thomas Kuhn – *Structure of Scientific Revolutions* – e na sua reflexão sobre ela sugere um uso mais amplo dessa noção, que para ele não tem o valor de um modelo rigoroso para todas as mudanças científicas, mas antes um valor heurístico, que auxilia a compreensão

de movimentos particulares na história geral das idéias. Assim, admite que o pensamento evolucionista, apesar da sua complexidade, possa ser encarado como um paradigma. Admite que a teoria da evolução social tenha funcionado como "*a kind of social scientific world view*", que ampliou a relevância de certas questões, em detrimento de outras. Este é um ponto essencial e que deve ser fixado. O evolucionismo do século XIX – temos em vista o evolucionismo social – estava baseado numa série de pressupostos firmemente estabelecidos, aceitos universalmente. Não será ocioso lembrar que nessa teoria havia, entre pensar e ordenar, uma relação de imanência. A experiência é uma só – o pensado é simultaneamente ordenado numa série dada. Nesta, a polaridade é expressa em termos de simples-complexo, célula-organismo, categorias que são passíveis, no entanto, de várias traduções, mas a mais generalizada é inferior-superior. No evolucionismo biológico permaneceu a noção de séries, empiricamente constituídas, com as suas filogenias. No evolucionismo social, em qualquer das suas formas, a prática da ciência não teve como constituir séries análogas, de sorte que a ordenação dos dados no seu interior foi feita quase sempre em termos de oposições como: organizado/desorganizado, alto/baixo, puro/impuro, solidariedade/insolidariedade, mas sobretudo em termos de inferior/superior. A teoria da evolução social, do século XIX, constitui-se em paradigma, não temos dúvida. Como paradigma, ela determina o que pensar, como pensar e como ordenar as coisas pensadas. Ela preestabelece o que deve ser incluído e, portanto, o que deve ser excluído; não só preenche o pensamento, mas também o esvazia. O pensar de acordo com esse paradigma importa em falar das mesmas coisas e silenciar sobre as mesmas coisas que foram faladas e silenciadas por outros que pensaram de acordo com ele. O discurso que é construído para exprimir esse conhecimento, que se torna o seu continente, adquire, por sua vez, formas paradigmáticas. É freqüentemente estruturado a partir de presenças e ausências dos componentes do paradigma.

Voltemos agora a Oliveira Vianna e ao primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil*. A primeira edição, de 1920, como sabem, foi lançada por Monteiro Lobato. Numa avaliação da obra literária desse autor e da sua repercussão nacional, Agrippino Grieco, crítico de extrema sensibilidade e que participava intensamente da vida intelectual do seu tempo, diz que: "Já analistas de mérito como o Sr. Oliveira Vianna mostravam em estudos perspicazes, a significação desse talento" (*op. cit.*, 357). Entre os dois existia, portanto, mais que uma relação autor-editor.[1] Trabalhamos sobre a quarta edição principalmente por dois motivos: foi a última das edições da Brasiliana, coleção organizada com intenções nacionalistas e na qual toda a obra de Oliveira Vianna, a maior

parte já então publicada, teve acolhida generosa; estava, portanto, integrada num conjunto de outras dirigidas a um público determinado, que procurava os livros da coleção independentemente do nome do autor. A segunda edição de *Populações meridionais* já estava lançada em São Paulo em 1922, dois anos depois da primeira. A terceira, o volume VI-A da Brasiliana, surgiu em 1933 e, finalmente, a quarta, na mesma coleção, em 1938. Mas não se trata, como poderia parecer, de uma simples reprodução da terceira edição, diferindo de maneira importante das anteriores – traz uma "Nota à quarta edição" e um "Addendum" que devem ser levados em conta.

No momento, mais uma vez interessados em esclarecer alguns pontos que nos parecem relevantes com respeito à escolha do texto sobre o qual vamos trabalhar, consideremos esta "Nota à quarta edição". Afirma o autor de maneira enfática: "Este livro sai nesta quarta edição tal como na primeira. Não lhe modifiquei nada: não costumo alterar ou retificar o conteúdo de livros que publico." De nenhum modo essa afirmativa pode ser tomada literalmente. Na realidade, o corpo de texto não foi modificado, mas foram feitos 29 acréscimos às notas de pé de página da primeira edição, além de 69 notas novas, e nada menos de trinta outros diferentes autores são citados nessa quarta edição. Muitos deles – ou suas obras – obviamente não poderiam estar citados na primeira, inclusive o próprio Oliveira Vianna, porque só seriam publicados depois de 1920.

Como *Populações meridionais* não teve até hoje uma edição crítica, essa "Nota à quarta edição" continuará a iludir o leitor desprevenido. Não se trata evidentemente de fazer aqui aquele tipo de trabalho, que Oliveira Vianna considerava nem sempre leal e bem-intencionado, "de caçadores de miudezas, de espiolhadores de nugas" (Addendum, 4, l. 9). As alterações da quarta edição são fundamentais para a análise crítica do pensamento do autor, no seu fluir, pois revelam leituras novas, confrontos diferentes, não só com outras idéias, mas com os fatos, os eventos históricos posteriores a sua teorização.

Apenas um exemplo – o capítulo XVIII é dedicado à "Psicologia das Revoluções Meridionais" (IV sec., 381-401) e o autor nele se ocupa em demonstrar a incapacidade das "populações centro-meridionais" se apaixonarem, de "maneira duradoura", por uma questão política qualquer, "porque o nosso povo, especialmente o que habita a vasta região das matas, teme o governo; sente por ele um receio vago, difuso, íntimo, que é fácil surpreender nessa funda crença, que o domina – da impossibilidade de qualquer reação eficaz contra o arbítrio dos que governam". Neste ponto é incluída a nota 432: "Este *complexo* da nossa psicologia política está um pouco desintegrado e, talvez, em fase de dissociação depois dos últimos acontecimentos revolucionários (revolução de 1930 e 1932)". Essa nota na terceira edição só menciona a revolução de 1930.

Ora, não é só este um dado de somemos importância para a avaliação do pensamento do autor, que na obra inteira procura provar que o matuto – categoria utilizada para incluir paulistas, fluminenses e mineiros, equivalente a "homem do meio-dia", "populações centro-meridionais" ou "sociedade da mata" – é, pelo seu caráter, infenso à violência. Diz ele:

> O que a análise histórica e social dessas populações evidencia, quanto às revoluções civis, é que nada há, nem na sua psicologia política, nem na sua organização social, nem na sua estrutura antropológica, nem no seu meio geográfico, que lhes possa favorecer ou desenvolver a capacidade de luta no terreno material. Em relação, por exemplo, à combatividade física, os homens do Centro-Sul são indiscutivelmente menos capazes que os homens do sertão ou do pampa (383).

Mas não queremos, por ora, insistir nesse ponto da "atualização" da quarta edição. De qualquer modo, achamos lamentável que, tendo tantos admiradores, fazendo-se tanta celeuma em torno da obra de Oliveira Vianna, nada mais se tenha feito senão reeditar obras, sem a menor preocupação de edição crítica.

Voltemos agora, por um curto momento, a uma questão que me parece também relevante – a da repercussão da obra de Oliveira Vianna antes de 1930. Apreciá-la na década de 30 e nas décadas seguintes envolve outros parâmetros. A repercussão da sua obra, que começa em 1920 e se estende até 1930, era intensa. Essa obra já incluía, além de *Populações meridionais*, *Pequenos estudos de psicologia social*, *O idealismo da evolução política do Império e da República*, *Evolução do povo brasileiro*, *O ocaso do Império*, *O idealismo na Constituição*, *O crédito do café* e *Problemas de política objetiva*.

Cruz Costa (*op. cit*, 429) diz que "tempo houve em que Capistrano de Abreu dizia: 'está a grassar o Oliveira Vianna'". Como Capistrano faleceu em 1927, conclui-se que mesmo antes de findar a década já era Oliveira Vianna autor consagrado. Os dois críticos literários de maior prestígio no Brasil por essa época, Tristão de Athayde e Agrippino Grieco, comentavam na imprensa cada livro de Oliveira Vianna, quase sempre com alusões a livros anteriores, e, embora fizessem restrições, eram elogiosos os seus artigos, unânimes em proclamar o mérito do novo intérprete da realidade brasileira.

Queremos ressaltar a repercussão social da obra de Oliveira Vianna na época da sua produção, pois pretendemos tratar da mensagem, mas também – na medida do possível – dos receptores dessa mensagem. Não se trata, pois, de conhecer somente o que pensava Oliveira Vianna, mas igualmente o que a

inteligência brasileira de um momento determinado pensava a respeito de suas idéias. Aqueles dois críticos – um deles, com a formação de bacharel como Oliveira Vianna e geralmente arrolado como "sociólogo", figura na relação dos "nomes consagrados" de Wanderley Guilherme – serviam como mediadores entre os que produziam conhecimento e os que consumiam essa produção, através de suas colunas de crítica nos jornais de maior prestígio, comentando os livros recentes ou reeditados. Ambos julgavam Oliveira Vianna favoravelmente, mas também faziam restrições, o elogio de certas idéias e a crítica de outras. A avaliação transmitida ao grande público tem a nosso ver importância fundamental para a identificação da imagem socialmente construída de Oliveira Vianna autor.

Tomemos um primeiro ponto, aquele do "sociólogo dos nossos dias e da nossa terra", já mencionado, mas completemos a citação de Tristão de Athayde: "Um homem desses seria linchado em 1891. Ou o será em 1931, quando a onda do neo-idealismo reconquistar o poder, como já conquistou a imprensa" (*op. cit.*, 197). Diz ainda: "Mas, apesar de todas as nossas divergências parciais, o que sobrenada é o que tem de excelente como reivindicador dos direitos do realismo social, no estudar as nossas condições nacionais, e do realismo político, no aplicar o resultado desses estudos" (*op. cit.*, 196). O crítico escreve, entretanto, na mesma página:

> Não quero dizer, com isso, que concordo em tudo com o Sr. Oliveira Vianna. Penso mesmo que o seu realismo político, excelente quando observa a realidade brasileira, ainda está imbuído de um teorismo político atrasado. Ele parte do postulado, para ele evidente, de que a Inglaterra e os Estados Unidos realizaram o modelo final das civilizações perfeitas e que, portanto, só há um remédio contra os nossos males: imitar os dois países, isto é, a Inglaterra vitoriana do século XIX e os Estados Unidos plutocráticos do século XX. E, como o segredo das duas grandes democracias foi o de organizar a opinião, o nosso único segredo de perfeição política é também o de organizar a opinião (*op. cit*, 195).

O crítico apreciava então *O idealismo na Constituição* (Ed. Terra e Sol, Rio de Janeiro, 1927).

Vejamos agora que, para Grieco, "no sentido da história e da psicologia coletiva esse livro, um dos maiores do Brasil, é qualquer cousa" para "todos nós, amigos da inteligência". Um novo livro do Sr. Oliveira Vianna, prossegue Agrippino Grieco,

> é sempre uma bela dádiva para todos nós. É ele dos que sabem delimitar as épocas e definir o caráter das individualidades históricas (...). Nas *Populações Meridionais do Brasil*, teve a nobre coragem de afirmar, desde 1918, que entre nós a verdadeira "célula da vida pública" foi sempre e ainda é o clã rural. Empolgadas como estão as grandes cidades pelo elemento alienígena, só o sertão, a mata e o pampa permanecem brasileiros (...) o sertanejo, o caipira e o gaúcho continuam a ser o melhor do Brasil, todo o Brasil (*op. cit*, 423).

O crítico comentava então – 1926 – o aparecimento de *O ocaso do Império.*

Podemos fixar, por ora, esses dois atributos: o sociológico dos *nossos* dias, isto é, a década de 1920, e da *nossa* terra, [alguém] que "sabe delimitar épocas e definir o caráter das individualidades" históricas. Começaremos pela apreciação da categoria "história". Todos se recordam que nas "Palavras de Prefácio" Oliveira Vianna define a sua orientação a partir da negação de outra, que seria a de um "ontem":

> O culto do documento escrito, o feiticismo literalista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pela contribuição que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade. Estas principalmente abrem à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão à ciência da história um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adscrita ao campo da pura exegese documentária (...). Há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico (XVII-XVIII).

Essas ciências novas eram a antropogeografia – e cita Ratzel; a antropossociologia, "recente e formosa ciência" – e cita Gobineau, Lapouge, Ammon, "gênios possantes, fecundos e originais"; a psicofisiologia – e cita Ribot, Sergi, Sighele, Lange, James; a psicologia coletiva – e cita Le Bon, Sighele e Tarde; e, por fim, a ciência social, "fundada por Le Play, remodelada por Henri de Tourville, auxiliado por um escol de investigadores" – e cita Demolins, Poinsard, Descamps, Rousiers, Préville.

A história é para ele, nesse momento da sua reflexão, uma "ciência", que se articula com outras ciências – uma "geográfica", outra "antropológica", outra "fisiológica", outra "psicológica" e outra "social". Algumas delas, por sua vez, já articuladas umas com as outras (antropogeografia, antropossociologia, psicofisiologia). Mas reivindica sobretudo uma posição ou atitude naturalística, como se comprova pela reafirmação no "Addendum" (421), quando lamenta que

muitos dos seus críticos não o tenham entendido. Na verdade, considerava que esse era o seu "método": "O estudo que empreendemos teve outra orientação metodológica: em vez de estudar leis e Constituições, fomos diretamente às matrizes da nossa própria formação social e histórica, às primárias, aos olhos d'água, aos mananciais da serra. Fizemos um estudo concreto, objetivo, realístico – direi melhor, *naturalístico* (...)."

Pouco adiante, nas mesmas "Palavras de Prefácio", a história aparece como o "tempo" dos acontecimentos, o tempo abrangido pela sua indagação: "Essas investigações históricas abrangem um período que se estende desde os primeiros séculos coloniais até os fins do segundo Império" (XVIII). Todos que leram *Populações meridionais* notaram decerto que não há uma só referência a séculos que remetam a outras histórias – XVI, XVII, XVIII, XIX. O autor está interessado numa história própria, nacional, que é simultaneamente *tempo* e *essência* da *nossa* evolução:

> Nossa história é ainda muito curta: não tem quinhentos anos. Enquanto povos, como o inglês, o francês, o português, historiam a sua vida por um período milenar, dentro do qual as maiores transmutações sociais se operam na massa nacional, nós a historiamos minguadamente por séculos, que no mínimo atingem quatro em certas regiões, e noutras não chegam a três" (XVI).

O seu primeiro século, o "primeiro século cabralino" (316), é o século I e não o XVI.

Devemos lembrar aqui o quadro da sua história referencial, a sua cronologia. São quatro séculos, mas nenhum capítulo da obra é referido ao século I ou ao II ou ao III separadamente. Já o IV, e só ele, obviamente, é o tempo da "Função Política da Coroa" (cap. XIV) e da "Psicologia das Revoluções Meridionais" (cap. XVIII). Tomados em conjunto, os séculos I, II, III são o tempo da "Pequena História do Domínio Rural" (cap. IV) e da "Gênese dos Clãs e do Espírito de Clã" (cap. VIII). Os séculos II e III são os da "Dispersão dos Paulistas" (cap. V), da "Etnologia das Classes Rurais" (cap. VI), da "Função Política da Plebe Rural" (cap. X) e de "Os Grandes Caudilhos Territoriais e a Anarquia Colonial" (cap. XX). Os séculos III e IV, unidos, são o tempo da "Organização da Ordem Legal" (cap. XII), da "Desintegração dos Clãs Rurais do Sul" (cap. XIII) e da "Formação da Idéia do Estado". Essa periodização, entretanto, não abrange todos os capítulos. Assim como o autor não quis distinguir "história" limitada ao século I ou ao II ou III, também não remeteu a nenhum século em particular, nem a todos explicitamente, os temas de "Preponderância do Tipo

Rural" (cap. II), "Psicologia do Tipo Rural" (cap. III), "Função Simplificadora do Grande Domínio Rural" (cap. VIII), "Instituições de Solidariedade Social" (cap. IX), "Instituições Municipais" (cap. XV), "Gênese do Sentimento das Liberdades Públicas" (cap. XVII) e "Função Política das Populações do Centro-Sul" (cap. XIX).

Para esses acontecimentos o tempo é contínuo e indiviso. O autor não imagina cortes. É o tempo expresso nas seguintes fórmulas: "nossa história geral" (35; 218), "nossa história" (40; 100; 141), "nossa evolução nacional" (120), "toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva" (142), "todo o período da nossa evolução histórica" (169; 208) e poderiam multiplicar-se as citações. Este é o tempo no qual ocorreu a evolução das populações meridionais, no qual todas as suas características biológicas e psicológicas foram se definindo, segundo o autor. "Em boa verdade", diz Oliveira Vianna, "o matuto brasileiro, o homem do sertão, o nosso 'homo rusticus', tal como o medalha uma evolução de quatro séculos" (214). Mas o autor não separa evolução das populações da evolução das instituições: "Essas circunstâncias, assim tão particulares e próprias, dentro das quais se opera a formação histórica dos nossos poderes públicos, refletem-se na psicologia das nossas populações rurais" (359). E adiante: "Nesse ponto é que as nossas populações centro-meridionais resumem, com fidelidade perfeita, o nosso temperamento nacional" (388). "Sondai a história meridional – a dos litorais e a do interior – vereis que ela reflete na sua evolução sincopada, súbita, explosiva, uma das feições psicológicas do homem que as escreveu" (389).

Devemos neste ponto, e antes de abordar outros aspectos, lembrar que a história em *Populações meridionais* é ao mesmo tempo geral – mas não completa – e parcial. Como *nossa* história geral, tem um limite que o autor estabelece com precisão:

> Essas investigações históricas abrangem um período que se estende desde os primeiros séculos coloniais até os fins do segundo Império. Daí em diante, depois da abolição do trabalho servil em 88, o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas (...) torna-se impossível enquadrar a evolução republicana nas linhas que emolduram a evolução nacional até 88 (XVII).

Mas convém ressaltar, sobretudo, o seu ser parcial. Oliveira Vianna é inci-

sivo: "levando em conta os fatores sociais e históricos é já possível distinguir três histórias diferentes: a do norte, a do centro e a do extremo sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes" (XX). Compõe-se assim o quadro, reunidos outros dados que ele fornece:

Ecúmenos	Histórias	Sociedades	Tipos Rurais	Tipo Urbano
Sertões/Caatinga	do Norte	dos Sertões	Sertanejo	Variante
Montanha/Mata	do Centro-Sul	das Matas	Matuto	de cada
Planície/Pampa	do Extremo Sul	dos Pampas	Gaúcho	tipo rural

O seu postulado, na verdade, é: "não há tipos sociais fixos e sim ambientes sociais fixos" (VII). O dos "sertões" tivera em Euclides da Cunha o seu intérprete. O da "montanha, ou da mata", precisava de alguém que explicasse o seu significado e Oliveira Vianna aceitou o desafio. O gaúcho ficaria para mais tarde. O contraste seria maior opondo sertão/mata, sertanejo/matuto, quer dizer pastor/agricultor. Mas havia mais:

> O matuto, cujos centros de formação principais são as regiões montanhosas do Estado do Rio, o grande maciço continental de Minas e os platôs agrícolas de São Paulo, é uma outra diferenciação social, que resulta das reações mesológicas exercidas pelo hábitat florestoso de centro-sul, pela preponderância de regime agrícola e por certos fatores políticos e administrativos (...) o estudo desse tipo não podia deixar de ser um estudo central (...) o peso específico da massa social do país é dado pelo homem de formação agrícola, pelo cultivador de cana, de café e de cereais, cujo representante típico é o matuto do centro-sul (...) o grande centro de gravitação da política nacional, depois da independência se fixa justamente dentro da zona de elaboração do tipo matuto (XXII-XXIII).

A caracterização desse "tipo matuto", que é feita a partir de contrastes com o tipo sertanejo e o tipo gaúcho, merece uma análise demorada, que será feita mais tarde. Quisemos até agora colocar em evidência o fato de que entre as três histórias uma deve ser privilegiada, de acordo com Oliveira Vianna – a do matuto, quer dizer, a do "homem de formação agrícola", porque a história do "pastor das caatingas", ou seja, o sertanejo, e a história do "pastor dos pampas", ou seja, o gaúcho, são histórias regionais. Anotamos aqui, apenas de passagem, a recorrência de "três elementos" na formação do brasileiro, portanto da sua história, concebida em termos de evolução, segundo o paradigma dado. Primeiro o quadro das três "raças" – o índio, o negro, o branco; agora o sertanejo, o matuto, o gaúcho. Registre-se mais – cada um desses tipos representa uma forma de redenção do mestiço, categoria marcada pelo estigma da inferioridade. A categoria "mestiço" serve para excluir e os excluídos, os que saem dela, os que ascendem, os que se tornam superiores, os que se assemelham aos brancos, esses mudam de nome. O discurso sobre o mestiço tem uma retórica própria, comum a todos os autores que pensaram o seu ser e o seu devir de acordo com o mesmo paradigma. É uma retórica singular, que só pode ser usada para falar dos que não fazem parte do universo abrangido pelo discurso comum, dos que estão fora, dos que não fazem parte da estrutura. Voltaremos mais tarde a esse assunto.

Para Oliveira Vianna a "história" não era valorada enquanto passado, mas sobretudo enquanto "presente". "O passado vive em nós", diz ele, "latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com sua influência invisível, mas inelutável e fatal" (XVI). Essa colocação à Comte, autor que de resto ele não cita nunca, é a mesma de Le Bon, seguramente uma das suas fontes mais freqüentes: "As gerações extintas não nos impõem somente a sua característica física; elas nos impõem também os seus pensamentos. Os mortos são os mestres únicos e indiscutíveis dos vivos. Nós carregamos o peso das suas faltas, nós recebemos as suas virtudes" (*Lois psychologiques de l'évolution des peuples*, Paris, 1907, 8ª ed., 13). É bem possível que este autor lhe tenha proporcionado também a concepção naturalista da história:

> É sobretudo graças ao progresso das ciências naturais que são devidas as idéias que começam a penetrar mais e mais na história. São elas que, colocando em evidência a influência toda preponderante do passado sobre a evolução dos seres, nos mostraram que é o passado das sociedades que é preciso estudar para compreender o seu estado presente e o seu futuro. Há uma embriologia social, como há uma embriologia animal (*L'Homme et les sociétés. Leurs origines et leur histoire*, Paris, 1881).

De qualquer forma, essa idéia de renovar a história, de torná-la *ciência* por via da sua identificação com as ciências *naturais* era comum a todos os autores do século XIX, que seguiam, de maneira ortodoxa ou não, o paradigma do evolucionismo social.

Mas há ainda um pequeno ponto a destacar. Apreciemos este texto:

> O organismo não subsiste a não ser por uma assimilação e desassimilação contínuas de moléculas; o Estado por uma aquisição e uma perda contínuas

> de indivíduos. Mas, no meio desse turbilhão incessante que constitui a sua vida, permanece qualquer cousa de fixo, que é a base de sua unidade e da sua identidade. Num povo, esta soma de caracteres psíquicos, que se encontram em toda a sua história, em todas suas instituições, em todas as épocas, chama-se caráter nacional (...). O caráter nacional é a explicação última, a única verdadeira, dos vícios e das virtudes de um povo, da sua boa ou má fortuna.

Isto foi escrito por Th. Ribot, sem dúvida um dos autores mais populares na época e, como já vimos, citado tanto por Silvio Romero como por Oliveira Vianna repetidamente (*cf.* Th. Ribot, *L'Hérédité psychologique*, Paris, 8ª ed., 1908, 120). Sem dúvida tinha esse conceito em mente. Diz ele: "Ao alvorecer do IV século, o sentimento da vida rural está fixado na psicologia da sociedade brasileira (...). Daí o traço fundamental da nossa psicologia nacional" (22, 25). Ou mais explicitamente ainda: "Nos seus sentimentos e volições, nas suas tendências e aspirações, ela reflete a alma peninsular, nas suas qualidades mais instintivas e estruturais. São realmente essas qualidades que formam ainda hoje o melhor do nosso caráter" (42). Esse "ela" é a "raça superior originária", quer dizer, *ariana*.

Seguia de perto Le Bon, sobretudo o Le Bon das *Lois psychologiques de l'évolution des peuples*, como se poderá comprovar em várias passagens. Mas registre-se que este autor afirmava: "É sobretudo nas instituições políticas que se manifesta mais visivelmente a soberana fortaleza da alma da raça" (*op. cit*, 100).

Tratamos até aqui do Oliveira Vianna que "sabe delimitar épocas e definir o caráter das individualidades históricas", conforme um dos críticos que julgavam os seus livros na ocasião dos lançamentos (Agrippino Grieco). Passaremos agora àquela outra imagem, a do sociólogo dos "nossos dias" e da "nossa terra", difundida na década de 1920 por outro crítico (Tristão de Athayde).

Não é preciso insistir no fato de que todas as fontes do pensamento utilizadas para escrever *Populações meridionais* são do século XIX ou remetem ao século XIX. Torna-se necessário verificar se, ao pensar o Brasil, ele o fez de maneira diferente desses autores, se propõe novos objetos, se define outros domínios desse ou para esse saber. As limitações a qualquer esforço comum nesse sentido eram várias e poderosas. Lembro em primeiro lugar que a teoria da evolução social, não importa a perspectiva particular e delimitada de cada autor, era universal por princípio. Em verdade poderia ser regionalizada, isto é, voltar-se para espaços particulares desse universo, e isto era feito como procedimento julgado adequado para a própria inteligibilidade do universal.

Oliveira Vianna já encontra delimitado o domínio no qual iria mover-se – delimitado e preenchido. É o domínio do *latino*, em todas as suas faces – raça, espírito, instituições, qualidades, defeitos, passado, presente, futuro. Tudo era praticamente *conhecido* e explicado a respeito desse mundo, das suas coisas e dos seus atributos. Conhecido e a cada momento confrontado com as coisas e os atributos de outros mundos, sobretudo do mundo anglo-saxão.

Apreciemos um pouco mais de Le Bon, não só na forma do discurso, mas sobretudo nos objetos desse discurso:

> Por trás de todas revoluções dos povos latinos, reaparece sempre este obstinado regime, esta incurável necessidade de ser governado, porque ela representa uma sorte de síntese dos instintos da sua raça. Não foi pela auréola das suas glórias que Bonaparte se tornou senhor. Quando ele transformou a república em ditadura, os instintos hereditários da raça se manifestavam cada dia com maior intensidade; e na falta de um oficial de gênio, um aventureiro qualquer teria sido suficiente. Cincoenta anos mais tarde o herdeiro do seu nome não precisou mais que se mostrar para reunir os sufrágios de todo um povo fatigado de liberdade e ávido de servidão. Não foi o Brumário que fez Napoleão, mas a alma da raça que iria se curvar sob o seu talão de ferro (*op. cit*, 21-22).

Nota-se que "talão de ferro" e outras metáforas, como "mão de ferro", "braço de ferro", aparecem de maneira recorrente exatamente em discursos sobre a *necessidade* de um poder centralizado e forte. Oliveira Vianna sempre recorre a elas.

O Livro III das *Lois psychologiques* – "A história dos povos como conseqüência do seu caráter" – é todo destinado a mostrar que a centralização, o poder absoluto do Estado, é expressão dos sentimentos da alma da raça; "ela não toleraria outra" forma (*op. cit*, 101): "Que os ingleses tenham à sua frente um monarca, como na Inglaterra, ou um presidente como nos Estados Unidos, o governo apresentará sempre as mesmas características fundamentais: a ação do Estado será reduzida ao mínimo, e a dos particulares elevada ao máximo, o que é precisamente contrário ao ideal latino" (*op. cit.*, 106). Aparece aqui, em Le Bon como em Oliveira Vianna, outra categoria recorrente: *anarquia*.

"A anarquia forçosa das repúblicas hispano-americanas, como conseqüência da inferioridade dos caracteres da raça" (*op. cit.*, 106) é um tema largamente explorado. Apreciemos um confronto, quando se refere aos Estado Unidos:

> Nessa atmosfera saturada de independência e de energia, só o anglo-saxão

pode viver. O italiano aí morre de fome, o irlandês e o negro aí vegetam nos empregos mais subalternos. A grande república é seguramente a terra da liberdade? Seguramente não é a da igualdade, nem da fraternidade, essas duas quimeras que as leis do progresso desconhecem. Em nenhum outro lugar do globo a seleção natural fez sentir de maneira mais rude o seu braço de ferro. Aí ela se mostra implacável (*op. cit.*, 112).

Somos obrigados a prosseguir com as citações e transcrições relativamente longas, porque não cremos que antes alguém tenha se ocupado de um cotejo minudente, e de nosso ponto de vista ele é essencial.

Acabamos de ver, [prossegue Le Bom], o que produziu numa parte da América uma raça possuidora de uma certa constituição mental, na qual predominam a perseverança, a energia e a vontade. Falta-nos mostrar o que aconteceu numa região semelhante, nas mãos de uma outra raça, bastante inteligente, sem dúvida, mas não possuindo nenhuma das qualidades de caráter cujos efeitos acabamos de constatar (...). A América do Sul é, do ponto de vista dos seus produtos naturais, uma das regiões mais ricas do globo. Duas vezes maior que a Europa e dez vezes menos povoada, a terra não falta e está, por assim dizer, à disposição de todos. Sua população dominante, de origem espanhola, está dividida em numerosas repúblicas: Argentina, Brasileira, Chilena, Peruana, etc. Todas adotaram a constituição política dos Estados Unidos, e vivem, por conseqüência, sob leis idênticas. E no entanto, pelo simples fato de que a raça é diferente e desprovida das qualidade fundamentais que possui aquela que povoa os Estados Unidos, todas essas repúblicas, sem uma só exceção, são perpetuamente presas da mais sangrenta anarquia e, malgrado as riquezas surpreendentes do seu solo, caem uma após outras nas dilapidações de toda a sorte, na falência e no despotismo (*op. cit.*, 113, 114).

E diz mais:

Um só país, o Brasil, escapou um pouco a essa profunda decadência, graças a um regime monárquico, que colocou o governo ao abrigo das competições. Muito liberal para raças sem energia e sem vontade, acabou por sucumbir. Desde então o país caiu em plena anarquia; em poucos anos a gente no exercício do poder dilapidou de tal maneira o Tesouro, que os impostos tiveram que ser aumentados de mais de 60 por cento. Não é somente em política, naturalmente, que se manifesta a decadência da raça latina que povoa a América do Sul, mas também em todos os elementos de civilização. Entregues a elas mesmas, essas infelizes repúblicas retornariam a pura barbaria. Toda a indústria e todo o comércio estão nas mãos de estrangeiros: ingleses, americanos, alemães (*op. cit.*, 116).

Os aspectos pitorescos desse quadro são de todo irrelevantes. Queremos apenas ressaltar que Le Bon – um autor-fonte de Oliveira Vianna, como fora de Silvio Romero – lido no Brasil por centenas, senão milhares de pessoas em francês e em português, em repetidas edições, impunha aos que tentavam pensar o Brasil não só os objetos de reflexão, como a maneira de abordá-los e de traduzi-los. Considere-se para confronto não só esse corte na "história" do Brasil, mas também a manipulação das categorias "regime monárquico", "liberal", "competição", "raças latinas", "energia e vontade" e outra vez "anarquia".

"Não falo das repúblicas de cultura latina", dirá Lapouge, outro autor-fonte, "elas chegaram ao mundo muito tarde (*cf.* "história curta", de O.V.), e a raça em si mesma é muito inferior. O México, onde o elemento indígena a absorveu completamente, o Brasil, imenso estado negro, que retornou à barbaria, são os dois únicos de uma importância numérica séria" (Vacher de Lapouge, *L'Aryen – son rôle social*, Paris, 1899, 500). Ele antes dissera: "Nas minhas lições de fevereiro de 1887, defini os quatro grandes grupos intelectuais entre os quais se pode distinguir todos os homens, e mostrei que de todas as raças a mais rica em homens do primeiro tipo, iniciadores e pioneiros em idéias, é a raça dolicocéfala loura" (*op. cit.*, 399).

E mais: "Com negros, chineses, índios do México podem ser feitos soldados, marinheiros, operários hábeis, trabalhadores pacientes, notários, médicos, comerciantes, mas não dirigentes sociais, desses homens que trazem um fato novo à evolução. É pela faculdade de produzir muitos homens superiores que o *Europaeus* se coloca à frente de toda a humanidade" (*op. cit.*, 405-6).

A vulgarização desse autor no Brasil merece um estudo especial, e mais ainda a sua influência em Oliveira Vianna, não simplesmente em termos de "racismo", como tem sido indicado até aqui, e sim de toda uma ideologia, da qual era o componente mais visível, mas nem de longe o mais importante. Lapouge teve popularidade, sem dúvida, mas nunca teve prestígio científico. Dava cursos livres de Ciência Política em Montpellier – *O Ariano e o seu papel social* resultou de um curso ministrado em 1889-1890; *As seleções sociais*, de outro, proferido anteriormente, em 1888-1889. Na França não era levado a sério. Aqui, apesar do que dizia especificamente de nós, gozava fama e era reverenciado. Na verdade, adotava-se a sua versão da teoria da evolução porque era decerto a que melhor servia a uma certa ideologia – ao mesmo tempo

explicava a inferioridade do mestiço e justificava a superioridade de uma "raça histórica" e o seu papel no mundo.

Consideraremos agora uma outra categoria que parece estar ligada definitivamente ao nome e à obra de Oliveira Vianna, à sua maneira de pensar o Brasil. Referimo-nos à categoria *clã*. Estamos quase certos de que não nos escapou um só emprego que tenha feito dessa categoria em *Populações meridionais*. Seria impossível neste momento uma discussão aprofundada de todos os dados que reunimos. Trata-se aqui somente de procurar perceber como essa categoria lhe chega ao conhecimento, isto é, como havia sido pensada antes dele.

Tomaremos, inicialmente, Edmond Demolins, seu autor-fonte, para destacar alguns pontos importantes. Como primeiro ponto, o reforço da *nova* visão da história: "A história deixa de ser a descrição de acontecimentos freqüentemente inexplicados e inexplicáveis. Ela se aclara com uma luz nova, ela se coordena, ela se eleva, ela atinge a mais alta das filosofias; ela se torna verdadeiramente o guia e a mestra da vida" (*Comment la route crée le type social*, X). Um segundo ponto importante é o das ligações com outros autores-fonte, citados tanto por Silvio Romero como por Oliveira Vianna, e de maneira semelhante. "Os estudos publicados nesse livro", diz Demolins, "são portanto, em grande parte, o resultado das pesquisas de Henri de Tourville, que foi da maneira mais completa o herdeiro do gênio de Le Play" (*op. cit.*, XI).

Passaremos, entretanto, a um terceiro ponto, mais específico. O livro tem um capítulo fascinante, e de leitura indispensável para o entendimento da categoria que colocamos em evidência. Intitula-se "O Caminho da Planície Germânica – O Regime Político do Clã." Transcrevi a seguir alguns pequenos fragmentos desse texto fundamental:

> (...) achou sempre aliados no seio mesmo dos povos que combatia: podia assim apoiar-se numa facção para vencer a facção adversa (408). O brilho do seu nascimento e da sua fortuna (...) é marcado além disso pelo número de servidores e de clientes, dos quais se acerca. É entre eles o sinal de crédito e de poderio (...). Essa aristocracia de homens a cavalo (409). Esse fenômeno é de tal maneira natural e espontâneo, que se reproduz necessariamente em todas as épocas de anarquia (...), encontramo-lo mesmo, mais ou menos modificado, nas nossas lutas políticas atuais, na organização dos nossos partidos, que são uma sorte de clãs (*op. cit.*, 418-419).

E mais:

> Os clientes – esse termo designa a massa dos simples partidários; eles compreendem a maior parte do povo, que se move na direção de um tal chefe, ora na de tal outro, segundo a fortuna que lhe parece sorrir ou abandonar (...). Representam as pessoas que nos nossos partidos políticos atuais formam a massa anônima e flutuante, nitidamente distinta do estado-maior, mas sem a qual este seria inteiramente impotente (*op. cit.*, 423-424).

Apenas mais dois fragmentos, para finalizar: "quer dizer, todos aqueles dependiam mais estritamente do chefe, por oposição aos *clientes,* que permaneciam livres e flutuantes (...). No entanto, por uma extensão ainda maior e para simplificar, o termo *clientela*, ou *clientes*, podia designar assim e ao mesmo tempo a Família e os Clientes, quer dizer o clã inteiro" (*op. cit.*, 424-425). "Vê-se que o clã podia constituir em torno de um particular uma força muito impositiva, e que por este meio, era-lhe fácil colocar-se acima das leis. Era com efeito pelo Clã que se reinava; e não havia outra força senão esta" (425).

Transcrevemos, repita-se, segmentos de um capítulo da obra de E. Demolins. Intencionalmente retiramos desses segmentos os elementos portadores de especificidades. Restou uma estrutura vazia – essa foi, inquestionavelmente, a prática de Oliveira Vianna. Esvaziada a estrutura, encheu-a com os dados de outra realidade, aquela que considerou a nossa realidade. O discurso de E. Demolins é sobre o clã gaulês; seu autor-fonte é César. Mas ele próprio, como viram, estabelece a recorrência da instituição, por força do "natural" e "espontâneo".

Agora Oliveira Vianna:

> O nosso clã rural não possui a forte organização, o possante enquadramento do clã europeu atual, ou do céltico da antiguidade. O seu caráter é mais patriarcal que guerreiro, mais defensivo que ofensivo, e a sua estrutura menos estável, menos coesa, menos definida e perfeita, e mais fluida; mas, pela sua origem, pela sua composição, pelo seu espírito, ele está dentro das leis constitucionais desse tipo de organização social, tão escrupulosamente estudado pelos modernos sociólogos e historiadores. Toda a nossa história política tem nele a sua força motriz, a causa primeira da sua dinâmica e evolução (178). O grupo marcial, que cerca o caudilho bandeirante e que se move sob a sua vontade, é um bloco monolítico, disciplinado à prussiana, de estrutura inabalável. Só o clã gaulês do tempo de César ou a "banda" germânica da época das invasões apresentam uma organização analógica (241).

Impossível prosseguir, neste momento, a avaliação crítica do uso que

Oliveira Vianna faz dessa categoria. Quisemos apenas mostrar que essa é também uma categoria dada; ela fazia parte do discurso de autores do século XIX – referimo-nos a século XIX como época do pensamento – que falaram da evolução dos povos em termos de aperfeiçoamento progressivo das instituições, sobretudo econômicas e políticas.

Já foi referido o fato de que o discurso no qual se traduz a "teoria" da evolução social do século XIX – de certo modo a versão ideológica da teoria da evolução em biologia – é inevitavelmente construído com séries de oposições. Assim, as oposições inferior/superior, organizado/desorganizado, simples/complexo, puro/impuro, baixo/alto aparecem como a linguagem não apenas própria, mas a linguagem possível dessa cosmovisão. Elas são dadas como princípios estruturantes; por meio deles é que as coisas pensadas são distinguidas, classificadas e ordenadas. Os conteúdos podem ser substituídos, mas a maneira de articulá-los permanece invariável.

A formação da sociedade brasileira, ou mais precisamente a sua "história" – devemos mais uma vez insistir nesse ponto – aparece em *Populações meridionais* ordenada de acordo com o paradigma mencionado. Cada elemento tem o seu lugar, ou o seu *não lugar*, previamente designado. Oliveira Vianna fizera um engajamento desde os anos da sua formação acadêmica e foi sempre bastante coerente. A sua cosmovisão já estava plenamente definida e solidificada em 1918, quando teria concluído a sua primeira grande obra. Posta no devido lugar por uma crítica interna e pela referência ao domínio paradigmático do evolucionismo social do século XIX, mantém-se como representativa de uma das vertentes mais duráveis do pensamento social brasileiro.

Para finalizar, é preciso fazer algumas considerações sobre as transformações editoriais do livro. Em primeiro lugar deve-se considerar este volume como *livro de estréia*, com todas as suas marcas, muitas delas desaparecidas nas edições posteriores, algumas com grande significado para a época de lançamento, outras com significação permanente, mas subtraídas levianamente. Note-se bem que a primeira edição, o livro de estréia, tinha como título *Populações meridionais do Brasil (História – Organização – Psicologia. Primeiro volume. Populações rurais do Centro-Sul: Paulistas – Fluminenses – Mineiros)*. A edição da *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato & Cia. Editores, São Paulo, 1922, reproduz o "título completo", igual ao da primeira edição.

A terceira e a quarta edições (Companhia Editora Nacional, Coleção Brasiliana, vol. VIII, São Paulo, 1933, 1938) reproduzem o título original, completo. Na quinta edição (José Olympio, Rio de Janeiro, 1952) o título original, completo, ainda é mantido, mas na edição da Paz e Terra, em cooperação com

o governo do estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, com introdução de Marcos Almir Madeira, o título foi reduzido para *Populações meridionais do Brasil*, sem mais nada. As dimensões do universo de discurso ("História – Organização – Psicologia") e dos espaços privilegiados ("Populações rurais do Centro-Sul: Paulistas – Fluminenses – Mineiros") são eliminadas, como se não tivessem nenhuma significação para o entendimento mais imediato do posicionamento do autor. Essa supressão, no entanto, além de um desrespeito à sua autoridade absoluta, representa uma mutilação perversa.

Pequenos estudos de psicologia social

As duas primeiras edições (1921, 1923) são de Monteiro Lobato, mas os dados sobre o editor são diferentes. Na primeira edição lê-se: "Edição da Revista do Brasil – Monteiro Lobato & C. Editores", sem data. O prefácio do autor, entretanto, está datado de "Saquarema, novembro de 1921". Esta data da primeira edição é confirmada por outra referência a "obras do autor". A segunda edição é datada (1923) e os dados sobre o editor estão simplificados – "Monteiro Lobato & C. Editores, S. Paulo".

Na folha de rosto é apresentado o conteúdo do livro: I - O meio social; II - O meio político; III - O meio sertanejo; IV - O homem e a raça. Nessa quarta parte apresenta estudo sobre duas personalidades históricas que considera "heróis fundadores" – o regente Feijó e Joaquim Nabuco.

Uma terceira edição "aumentada" foi promovida pela Companhia Editora Nacional, na série Brasiliana, que de certa forma retoma o projeto nacionalista da década de 1920 e atualiza os livros dos seus autores mais destacados. Sem dúvida Oliveira Vianna recebera acolhida generosa por parte do grupo paulista que se formara em torno de Júlio de Mesquita, Plínio Barreto, Alfredo Pujol e outros. Monteiro Lobato, com a *Revista do Brasil* e sua editora tornara-se, ligado a eles, um autor-ator com forte poder de decisão. As suas escolhas tornavam possível a um autor novo, praticamente desconhecido, encontrar o caminho do sucesso editorial. Oliveira Vianna foi sem dúvida um desses "autores novos" lançados por Monteiro Lobato. Publicara capítulo de *Populações meridionais* na *Revista do Brasil* e publica em seguida o livro (1ª ed., 1920; 2ª ed., 1922). Publica também duas edições desses *Pequenos estudos* (1921, 1922), e logo em seguida *Evolução do povo brasileiro*.

O seu juízo sobre o valor de Oliveira Vianna e o papel que a sua *obra* irá desempenhar é expresso de maneira incisiva no texto de "Gânglios pensantes" (*Obras Completas* vol. 8, 149-1153, São Paulo, 1950):

> Sua obra de revisão de valores, de exame e refugo de idéias feitas, de visão e pré-visão social, dará outro norte ao país, uma vez concluída. Os dirigentes que hoje atuam às cegas, sem uma diretriz cientificamente deduzida a lhes guiar os passos, ver-se-ão por fim na posse de bússola e roteiros. Oliveira Vianna está criando "olhos de ver" que mais tarde lhes substituam na cara os olhos de olhar apenas (151).

E numa sorte de presságio anuncia: "Quem elabora idéias claras como as de Oliveira Vianna, ciência de verdade como a sua, não pode deixar de ser um dos gânglios pensantes do cérebro da nação. Os homens de hoje não percebem isso, mas os do futuro far-lhe-ão justiça" (153). O futuro, neste caso, estava bem próximo – transcorridos seis anos Oliveira Vianna seria cooptado e de 1932 a 1940 estaria integralmente a serviço da ideologia do Estado.

Oliveira Vianna, na época do artigo de Monteiro Lobato (1926), já era um autor consagrado, e ao seu editor convinha promovê-lo sempre que possível. O editor/crítico literário emite uma mensagem única, gratificante para o par:

> Os livros que já deu a público impressionam fundamente, como *algo nuevo* em nossas letras. Eram ciência da boa, ciência crioula, cujos princípios qualquer criatura de mediano bom senso pode controlar por meios de observação própria e comezinha. Mas apesar desses livros representarem muito, nada são diante da obra que Oliveira Vianna elabora com paciência de frade bolandista, no recesso do seu laboratório de idéias.

Os livros que já dera a público eram os seguintes: *Populações merionais do Brasil*, vol. 1; *Pequenos estudos de psicologia social*; *Evolução do povo brasileiro* e *O idealismo na evolução política do Império e da República*, os três primeiros editados por Monteiro Lobato.

A referência "à obra que elabora com paciência" se deve ao fato de que na primeira edição desses *Pequenos estudos de psicoloqia social* (l921) já se encontra uma listagem de livros "em preparação", que seriam os seguintes: *Populações meridionais do Brasil*, vol. II *(Os pastores rio-grandenses)*; *Populações setentrionais do Brasil*; *Educação das classes dirigentes*; *História da República*; *Rudimentos de ciência penitenciária (síntese das preleções feitas na Faculdade de Direito do Estado do Rio)*. Os prefácios dos livros *Pequenos estudos de psicologia social* e *Problemas de política objetiva* são extremamente maldosos e os apreciaremos em outro momento, reunindo-os sob o título de

"Dois prefácios perversos".

O idealismo na evolução política do Império e da República

Foi com este título que saiu em 1922, como nº l da coleção Biblioteca de *O Estado de São Paulo*, livrete que reunia artigos publicados anteriormente nesse jornal. O ano de 1922 impunha comemorações e em São Paulo o grupo nacionalista intensifica a sua atividade. No ano do centenário da independência política seria preciso alardear a independência intelectual. O livreto tem uma capa bem nos moldes comemorativos, com as efígies de Pedro I e José Bonifácio e os dísticos *Independência ou morte* e *Sete de Setembro*.

A importante decisão é anunciada:

> O Estado de São Paulo inicia hoje um novo empreendimento contando, mercê de longa experiência, com o mesmo apoio esclarecido e franco nunca negado pelo público a seus cometimentos anteriores. Acreditamos que a Biblioteca de *O Estado de São Paulo* corresponde a uma verdadeira necessidade, que não poucos leitores desta folha terão sentido freqüentes vezes. Empenhado em permanecer na altura do adiantamento intelectual do Estado e da Nação, o nosso jornal insere, amiúde, trabalhos que, pela extensão, pelo apuro, pelo valor, todos lamentam sinceramente fiquem presos às páginas volantes que, dia após dia, se sucedem, formando uma caudal em que é difícil alguém deter-se, e que não menos dificilmente se podem incorporar a uma biblioteca, em condições adequadas à conservação e ao manuseio. Com a série de volumes, que hoje começamos, poderão os estudiosos guardar e aproveitar plenamente o que de mais importante apareça nas edições cotidianas, destinadas ao grande público. A série principia com a reedição de vários trabalhos ultimamente publicados, entre os quais os seguintes: J. F. de Oliveira Vianna: *O idealismo na evolução política do Império e da República* (...)

São relacionados então volumes de Afrânio Peixoto, Alberto Faria, Plínio Barreto, Artur Neiva, Amadeu Amaral, Basílio de Magalhães, Navarro de Andrade, Eugênio Egas, Fernando de Azevedo, Franco da Rocha, Getúlio das Neves, J.A. Nogueira, Léo Affonseca Júnior, Luis Pereira Barreto, Oliveira Lima, Oscar Freire, Ricardo Severo, Rodrigues Barbosa, Ronald de Carvalho, Teodoro Sampaio. Cada autor escreve sobre a sua especialidade, mas o cunho nacionalista e comemorativo é o elemento comum: *Um século de música brasileira* (Rodrigues Sampaio), *Exploração científica no Brasil no século da*

descoberta (Teodoro Sampaio), *Evolução da medicina no Brasil* (Oscar Freire), *Literatura e nacionalidade* (Amadeu Amaral), *Um século de relações internacionais* (Oliveira Lima), *As artes plásticas no Brasil* (Ronald de Carvalho) e assim por diante. Como se vê, Oliveira Vianna em 1922 já fazia parte de uma "galeria de notáveis" e o cenário da sua atuação era São Paulo. É a imprensa desse estado que o acolhe e promove.

Esses artigos, reunidos em livrete por iniciativa da direção do jornal *O Estado de São Paulo*, serão reaproveitados mais tarde, como veremos. Mas data de então (l922) a sua concepção de *idealismo:*

> Idealista é, pois, para nós, todo e qualquer sistema doutrinário ou todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições da sociedade que pretendem reger e dirigir. O que realmente caracteriza e denuncia a presença do idealismo no mecanismo constitucional é a disparidade que há entre a grandeza, a solidez e a eurritmia da sua estrutura e a insignificância do seu rendimento efetivo – isto quando não se dá a esterilidade completa (13).

Evolução do povo brasileiro (O povo brasileiro e sua evolução)

Evolução do povo brasileiro só alcançou o grande público com a edição lançada pela Companhia Editora Nacional em 1933 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V – Brasiliana – vol. X), que trazia a indicação de segunda edição. As primeiras palavras do prefácio são as seguintes: "Este livro sai nesta nova edição como saiu na primeira edição: não lhe introduzi modificação alguma, salvo ligeiríssimos retoques de forma." Tal afirmação é apenas parcialmente verdadeira, pois na verdade o lançamento da Brasiliana como segunda edição considera como primeira a de Monteiro Lobato, lançada em 1923, mas esta já era uma reedição – de fato aumentada e modificada – do estudo *O povo brasileiro e sua evolução*, publicado em primeira mão pelo Ministério da Agricultura, como contribuição ao volume prefacial dos censos de 1920, como reconhece o próprio autor no capítulo II, página 36.

Oliveira Vianna afirma que "o caráter oficial da sua edição não podia deixar de influir sobre a orientação das suas idéias e do modo do seu desdobramento". Aponta os inconvenientes: 1) como se tratou de trabalho introdutório a um censo demográfico e econômico, achou que o ensaio "se devia limitar apenas ao estudo dos aspectos econômico e demográfico da nossa evolução"; 2) quando recebeu o encargo, foi advertido de que o seu trabalho "não devia ultrapassar cem páginas de formato habitual das publicações da Diretoria Geral de Estatística", e esta "limitação de espaço" o obrigou a não desenvolver como desejaria alguns dos temas tratados; 3) o fato de a publicação ser feita "sob a égide oficial" criou-lhe constrangimento na apreciação dos acontecimentos políticos do período republicano, especialmente nas suas últimas décadas. "Excusei-me por isso, de comentar certos lados obscuros e repressivos deste período, cuja crítica, por ser justa, não podia deixar de ser condenatória" (*op. cit.*, ed. Monteiro Lobato, 1923, 36-37).

Rigorosamente, pois, a edição de Monteiro Lobato em 1923 é uma segunda edição – modificado ligeiramente o título da edição oficial de 1922 – com acréscimos importantes. Tanto na edição oficial quanto na edição de Monteiro Lobato figuram o subtítulo: I. Evolução da Sociedade; II. Evolução da Raça; III. Evolução das Instituições Políticas. Na designada "segunda edição", a da Brasiliana, 1933, esse subtítulo desaparece.

A "edição oficial", em termos de apresentação gráfica, é muito superior às reedições. Trata-se de um volume in 4º, com farta ilustração, inclusive a cores, e de ótima qualidade, o que não acontece com as outras edições. Destacam-se os mapas elaborados pela Comissão da Carta Geográfica do Brasil: Estado do Brasil – 1549 – Capitanias primitivas, donatários ou particulares – Século XVI; Vice-Reino do Brasil – 1763 Capitanias e Coroa – Século XVIII; Império do Brasil – 1822 Províncias Unidas – Dom Pedro II – 1840 – 1889 – Século XIX; República dos Estados Unidos do Brasil – 1889 – Século XIX – XX. Vários quadros de temas brasileiros, assinados por pintores famosos (Pedro Américo, Almeida Júnior) são também reproduzidos em estampas coloridas.

Com relação ao texto, permanecem praticamente inalteradas as três partes substantivas da edição *oficial*, a saber: I. Evolução da Sociedade; II. Evolução da Raça; III. Evolução das Instituições Políticas. Para a edição de Monteiro Lobato (l923), a primeira *comercial*, Oliveira Vianna acrescenta uma longa "Introdução", dividida em duas partes: I. O moderno conceito da evolução social; II. Utilidade dos Estudos Brasileiros. Esta última parte deve ser apreciada em outro momento. Na segunda edição comercial (Brasiliana, vol. X, 1933), a "Introdução" acrescentada à edição de Monteiro Lobato é precedida de um pequeno prefácio, já aludido a propósito da enumeração das edições, abundante de dados de indiscutível relevância para a reconstrução do percurso intelectual do autor. Depois de afirmar que "nesta nova edição" o livro "sai como na primeira", acrescenta: "não vi razão para alterá-lo nem no pensamento, nem nas suas conclusões. Estes dez anos, decorridos depois da sua primeira edição, não trouxeram nenhum desmentido às suas afirmações, antes, as robusteceram em

muitos pontos. Todas as tendências nele assinaladas, sociais, étnicas e políticas, se acentuaram cada vez mais". Ele as resume:

> *Socialmente* – a tendência colonizadora para os chapadões centrais;
> *Etnicamente* – a evolução arianisante dos nossos grupos miscigêneos;
> *Politicamente* – o movimento para a centralização, para a ascendência do poder central.

Essa é também uma das raras ocasiões em que se refere ao julgamento público da sua produção: "Dos meus livros" – lembremos que na relação das "Obras do Autor", na contracapa dessa edição, figuram dez títulos – "foi esse o único que teve uma crítica pouco simpática e isto mesmo porque se limitou a focalizar a sua atenção, exclusivamente sobre um ponto único, entre muitos outros abordados no livro: a questão da presença do famoso dólico-louro, do *H. europeus* de Lapouge, na aristocracia do bandeirantismo." Um pouco adiante nomeia aqueles que teriam procedido sem imparcialidade: "Os críticos entretanto, uns de boa fé, como Taunay e Ellis, e outros de visível má, não quiseram considerar esta tese como eu havia posto, isto é, como uma pura hipótese, uma suposição meramente conjectural – e a tomaram como uma afirmação definitiva."

Reconhece que em torno desse ponto a "atoarda foi grande", mas diz que "não deu quase nenhuma significação à crítica feita" porque "sempre considerou" esse tema "como um ponto secundário, que não valia aos meus adversários" – raramente nomeados – "perderem tanto tempo em combatê-lo, nem a mim em defendê-lo".

Nesse pequeno prefácio encontra-se também uma outra afirmativa de valor excepcional para a análise do seu percurso intelectual.

> Devo confessar, entretanto, que um estudo mais profundo dos problemas da Raça e o crescente contato, em que entrei, com as grandes fontes de elaboração científica neste domínio, renovaram profundamente minhas idéias sobre este e outros problemas da etnologia e da Antropologia Social. Destas idéias uma síntese rápida já foi esboçada num pequeno volume, saído nesta mesma coleção (*Raça e Assimilação*, 1932) – e só em dois outros volumes, ainda em preparação, poderei expô-las na complexidade dos seus detalhes.

Lendo-se o que se segue, compreende-se melhor o que se poderia perceber como um momento de inflexão – ilusório sem dúvida – no seu percurso:

> O que é certo é que, sob este novo ângulo de visão, a questão da raça germânica, do dólico-louro, da sua superioridade, etc., reduziu-se muito da sua importância e acabou saindo do horizonte das minhas preocupações, pelo menos no que concerne ao Brasil. Outros problemas mais interessantes e fecundos – o das seleções telúricas, o da aclimatação, o da seleção eugênica da imigração, o da assimilação, o dos cruzamentos, o da psicologia diferencial dos tipos antropológicos – tomaram o seu lugar e começaram a me absorver o pensamento e o gosto da investigação.

O que se verifica é que Oliveira Vianna substituiu uma constelação de autores por outra, a que está em voga no momento da sua produção; atualiza a terminologia, sobretudo a da nominação das problemáticas, adotando a que está em foco na literatura geográfica e sociológica norte-americana, mas sem alterar em nada a sua postura "teórica" e as suas "convicções", pois estas é que determinam e orientam o seu "contato com as grandes fontes de elaboração científica".

Permaneceu na segunda edição o capítulo "Evolução da Raça", tal como figurou na "edição oficial" de 1922, embora não figure como subtítulo. De nada valeu a crítica, nem a confissão de que tais questões tinham saído "do horizonte das suas preocupações". Ficou tudo como estava. Note-se que o pequeno prefácio que apreciamos – o nome não é utilizado, mas é de fato prefácio ou nota *explicativa* – não tem as páginas numeradas, daí a falta de referência. É possível que tenha sido enviado ao editor como "carta", pois não leva data – costume seu, dizem – mas apenas a indicação de lugar: "São Boaventura 41 – Niterói".

Devo lembrar que desde a primeira edição comercial (Monteiro Lobato, 1923) figura a seguinte epígrafe: "*La Science politique qui est la science de l'évolution sociale, et l'art politique celui de diriger au mieux l'évolution à venir*", Lapouge. O projeto de Oliveira Vianna, formulado desde esta data (l923) e revelado no capítulo II, "Utilidade dos estudos brasileiros", parece ter levado em conta a visão de Lapouge, autor que sempre o deleitou.

"Plano de estudos brasileiros"

Na primeira edição comercial de *Evolução do povo brasileiro* (Monteiro Lobato, 1923), Oliveira Vianna traça com firmeza os parâmetros do seu percurso. Primeiro discorre sobre a "Utilidade dos estudos brasileiros" e diz ter compreendido que

> a melhor coisa a fazer não era insistir por encerrar a nossa evolução nacional dentro dessas fórmulas vãs, ou querer subordinar o nosso ritmo evolutivo a um suposto ritmo geral de evolução humana – ao evolucionismo spenceriano, como fez Silvio Romero, à teoria filogenética de Haeckel, como fez Fausto Cardoso, ou à lei dos três estados, de Comte, como têm feito os positivistas sistemáticos.

Revela aí a intenção de um afastamento dessas "teorizações", que procuravam estabelecer "leis gerais". "O mais sóbrio caminho", diz ele, "seria tomar para ponto de partida o nosso povo e estudar-lhe a gênese e as leis da própria evolução." É esse conhecimento que ele procura: "com o conhecimento integral das leis que presidem a nossa formação, prepararíamos as bases de uma política objetiva e experimental, de uma política orgânica, induzida das condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva" (27-28).

Surpreende o fato de que já em 1923 estivessem tão claramente fixadas na sua mente as idéias de "política objetiva" (um livro que só publicará em 1930 tem exatamente o título de *Problemas de política objetiva*), de "política orgânica", de especificidade da "nossa estrutura social" e de "mentalidade coletiva". A idéia de especificidade da formação social do Brasil é uma constante no seu discurso: "Nenhum erro maior do que o daqueles que partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados (porque temos a mesma civilização) julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades" (28).

Essa idéia é central e reforçada com vários argumentos e comentários. "Já mostrei no meu ensaio sobre *O Idealismo na evolução política*, como tem sido funesto para nós esse preconceito de absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados e como esse preconceito com que justificamos a imitação sistemática das instituições européias nos tem valido, há cerca de cem anos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes" (29).

A sua proposta é de militância intelectual: "Nunca será demais insistir na urgência da reação contra esse preconceito secular; na necessidade de estudarmos o nosso povo em todos os seus aspectos; no imenso valor prático destes estudos. Somente eles nos poderão fornecer os dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais, sobre cujo êxito poderemos contar com segurança."

"Povo de transplantação", diz ele, é preciso conhecer as influências exercidas pelo meio físico e os problemas demográficos. E depois de apontar as nossas características distintivas, acentua:

> Essa dissemelhança de estrutura, derivada da nossa dispersão demográfica, agrava-se com a dissemelhança de estrutura, derivada da nossa defectiva organização de classes. Somos um povo, que, por motivos particulares à nossa evolução, não temos, no quadro das nossas classes sociais, uma classe média à maneira européia, nem as classes existentes, populares ou dirigentes, possuem a coerência, a integração, a unidade das classes correspondentes aos grandes povos civilizados

– tema que já abordara, lembra, em *Populações meridionais do Brasil* (33).

É extremamente importante a auto-avaliação que faz dos seus livros, nesse momento (1923):

> Materializações grosseiras destas íntimas preocupações do meu espírito, três volumes já saíram, tão desiguais no valor, quanto no tamanho: *Populações Meridionais do Brasil*; *Pequenos Estudos de Psicologia Social*; *O Idealismo na Evolução Política*. Sai agora este, que é o quarto sobre a nossa evolução nacional. Obedece ao mesmo método dos ensaios anteriores: como *Populações Meridionais* e *O Idealismo na Evolução Política*, o seu ponto de partida é ainda "o quadro das realidades naturais e sociais, que nos cerca e em que vivemos".

Na sua auto-avaliação o livro *Populações meridionais* é "um ensaio de Sociologia histórica e Psicologia Social"; *Evolução do povo brasileiro* é "um estudo de antropogeografia econômica e política" (34). É necessário que essa classificação seja levada seriamente em conta.

A crítica que faz à historiografia tradicional é direta:

> Duas coisas, realmente, não aparecem nas obras dos nossos velhos historiadores senão furtivamente e a medo, duas coisas sem as quais a história se torna defectiva e parcial. A primeira é o povo, a massa humana sobre que atuam os criadores aparentes da história: vice-reis, governadores-gerais, tenentes-generais, funcionários de graduação, diretamente despachados da metrópole. A segunda é o meio cósmico, o ambiente físico, em que todos se movem, o povo e os seus dirigentes (38-39).

Aí está, delineado com precisão, o plano de estudos que serviria de base e motivação para o seu engajamento no "programa nacional de reformas políticas e sociais", que sete anos depois teria condições de objetivar-se.

O ocaso do Império

A primeria edição é de 1926 (Melhoramentos, São Paulo) e a segunda de 1933, da mesma editora. Traz um prefácio datado de Teresópolis, 1925. Esse trabalho também resultou de encomenda. Esclarece o autor que o Instituto Histórico (IHGB), do qual fazia parte, para comemorar o centenário de nascimento de Pedro II, distribuíra "a dez das suas maiores competências a tarefa de historiar as fases de 'início, de expansão, de esplendor e da glória' do Império", cabendo a ele, "o mais humilde de todos", a tarefa de "dizer do Império na sua fase pré-agônica, quando já mergulhado nas sombras do seu ocaso melancólico". Eram, pois, onze as monografias projetadas e a ele coube "o estudo dos acontecimentos operados entre 1887 e 1889". Acha os limites estreitos demais e recua a 1868.

A sua representação da história é explicitada: "a lógica do historiador é como aquele hipopótamo de uma fantasia de Machado de Assis: tem a fome do infinito e tende a procurar a origem dos séculos". Adiante volta a falar: "O papel do historiador é justamente este, é realizar essa obra de reintegração de valores, depondo dos altares santificados os falsos ídolos e pondo nesses os benfeitores dos povos, os criadores reais da sua história – em suma, os verdadeiros heróis, espoliados por aqueles intrusos na legitimidade do seu direito à glória" (5, 6).

É um livro de história, sem dúvida, e escrito com segurança e desenvoltura, um dos melhores, senão o melhor, em termos de estilo. A sua estruturação é bem elaborada. Na primeira parte trata da "Evolução do ideal monárquico--parlamentar"; na segunda aparecia "O movimento abolicionista e a monarquia"; na terceira a "Gênese e evolução do ideal republicano"; na quarta "O papel do elemento militar na queda do Império"; na quinta, finalmente, "A queda do Império".

Nesse, como em qualquer dos seus livros, Oliveira Vianna encontra sempre oportunidades para discutir as questões que se tornam constantes, inarredáveis do seu universo de reflexão, as oposições centralização/descentralização, elites/massa, idealidade/realidade, ilusão/desilusão, Brasil legal/Brasil real, com variantes puramente retóricas. Acha ele que o pensamento descentralizador aparecia impregnado de um certo sinete anti-monárquico (43). Os republicanos – aliás sob sugestões exógenas – haviam formado o binário Federação-República (44). Como se vê, [conclui]

> o ideal de 1840 perfizera a sua evolução: depois de 50 anos, morria lentamente. Ottoni, como vimos, chamou a isto 'o descrédito das instituições'.

> Seria mais justo dizer: a desilusão de um belo sonho. Não seria esta, aliás, a nossa primeira e única desilusão. Mais tarde, prepararíamos os elementos de uma outra maior ainda, quando em 89 idealizamos para o nosso povo as bem-aventuranças do *milenium* republicano (66).

Na terceira parte sustenta que

> o sentimento republicano não estava de modo algum generalizado na consciência das elites, e muito menos, na consciência das massas (...). Destas principalmente. Incultas na sua quase totalidade e também, na sua quase totalidade, dispersas na barbaria das matas e sertões, as nossas massas populares, mesmo as que habitavam os núcleos urbanos, nada valiam então – como ainda nada valem hoje – como centros de idealidade política. Formas de governo, Instituições Constitucionais, monarquia, República, Democracia, tudo isto representava abstrações, que transcendiam de muito o alcance da sua mentalidade elementar. Se tivessem de crer em alguma instituição, esta seria a monarquia, ou antes, o monarca, o imperador, entidade feita de carne e osso, que eles sabiam estar vivo e presente na Corte – mandando, e não na República, uma palavra apenas, coisa vaga, abstrata, estranha, inacessível a sua limitada compreensão (106-107).

Na quarta parte, sobre o papel do exército na queda do Império, investe contra o conceito de "cidadão de farda", que seria

> uma pura concepção do racionalismo político, que fazia do direito de sufrágio uma coisa inerente ao homem, como o direito à vida, ou o direito à liberdade de locomoção. Bastaria, porém, um pouco de senso pragmático da realidade e da vida para compreender que, mesmo que a região especulativa justificasse a capacidade eleitoral dos membros das nossas forças armadas, tudo estava aconselhando a denegação deste direito aos militares e mostrando os incovenientes da sua admissão no campo das lutas partidárias (141-142).

Porque [dizia ele] cidadão de farda – isto é, homem da Ordem e homem do século, homem da espada e homem de partido, político-soldado e soldado--político – é sem dúvida, uma entidade ambígua e monstruosa (141).

É preciso que se esclareça que Oliveira Vianna compara a cidade-caserna à vida monacal, à vida num mosteiro e, portanto, homem da ordem, neste caso, significaria o militar voltado exclusivamente para os seus compromissos e

responsabilidades de membro de "confraria militar".

"No fundo", conclui ele, "a República não foi senão o arrastamento do grupo numeroso dos 'colarinhos de couro', chefiados por Deodoro, pela pequena fração dos 'cadetes filósofos', chefiados por Benjamin" (195). "Colarinhos de couro" eram "as espadas gloriosas, que haviam feito a campanha do Prata". Tinham "o corpo *lacerado* de gilvazes e em que a bravura comprovada supria as possíveis deficiências de cultura". Os *cadetes filólosos* estavam do lado oposto: "Sem gilvazes no corpo, mas túmidos de erudição." Recorda Oliveira Vianna que em versos populares da época eram chamados de "ínclitos traquinas" (194).

O idealismo da Constituição

Em 1927 era lançado no Rio de Janeiro um pequeno volume de 150 páginas com o título de *O idealismo da Constituição*. Uma vinheta retangular com a figura de uma coruja e as letras AB, sobrepostas às indicações de data (1927), editora (Terra de Sol) e lugar, forneciam, como de praxe, as informações desejáveis. Fora do corpo do livrete e a partir da página 153, encontra-se a mesma vinheta, sobreposta a uma relação de "Algumas edições do *Anuário do Brasil*", empresa da qual, portanto, é o logotipo. Note-se ainda que nessa relação, na página 157, consta: "*À margem da história da República*, inquérito pelos seguintes escritores..."

Como é de conhecimento de todos, Oliveira Vianna escrevera para essa coletânea, organizada por Vicente Licínio Cardoso e publicada no Rio de Janeiro em 1924, o ensaio intitulado "O idealismo da Constituição". O livrete publicado em 1927 com o mesmo título traz um prefácio que destaca como marco do presente "um certo movimento de interesse em torno da velha tese da democracia, que entre nós nunca chegou a ser institucionalizada, pois as ordenações legais não estavam assentadas sobre bases argamassadas com argila da nossa realidade social – da nossa realidade nacional".

A sua conclusão enfática é de que o "nosso problema político fundamental não é problema do voto – e sim o problema da organização da opinião". E vai adiante: "O problema da organização do voto só seria o problema capital da nossa democracia, se aqui, à maneira da Europa ou da América, a opinião já estivesse organizada. Ora, não há maior ilusão do que supor que no Brasil há opinião organizada. Este volume, nos oito capítulos de que se compõe, visa justamente deixar demonstrada esta tese." Nenhuma alusão, neste prefácio, à origem do texto. Afinal, é preciso que se restabeleça de uma vez: esse livrete de 1927 reproduz literalmente o texto de 1924, do inquérito de Vicente Licínio

Cardoso ("À margem da história da República"), ao qual foram incorporados alguns artigos sobre a mesma temática; os seus capítulos são nove e não oito. Ao título do livrete correspondem as 69 páginas iniciais do volume, divididas em nove seções (I a IX). Vale apenas como adenda uma segunda parte, independente da primeira, mas constituída de temas de certo modo correlatos: "O segredo da opinião inglesa", "Opinião e Governo", "O poder da opinião e as fontes da opinião", "O papel político das classes econômicas", "Organização democrática das classes econômicas", "O ostracismo no Império" e "O idealismo de Ingenieros".

É necessário reafirmar o seguinte: 1) o livrinho *O idealismo na evolução política do Império e da República* foi uma republicação de artigos do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1922; 2) o livrete *O idealismo da Constituição*, publicado no Rio de Janeiro em 1927, foi uma republicação, com adenda, do texto publicado em 1924, com o mesmo título, no inquérito "À margem da história da República".

Com o mesmo título, em 1939, a Brasiliana lançou um volume (n° 141) com a indicação bem destacada de "2ª edição aumentada". A edição da Brasiliana foi realmente aumentada, com o acréscimo de capítulo que atualiza os textos anteriores (de 1922, 1924 e 1927), pois tem como tema "O primado do poder executivo (l937-19...)", e faz das publicações anteriores um "livro do momento". Evidentemente há o propósito de inserir na conjuntura de 1939 todos os escritos anteriores, dando-lhes o cunho consagrador de "antecipações". A atualização, além da conveniência política, revela a intemporalidade que Oliveira Vianna atribuía aos seus postulados doutrinários. O prefácio da edição de 1927 é reescrito para a atualidade de 1939. A primeira frase é a mesma: "Há presentemente um certo movimento de interesse em torno da velha tese da democracia..." Para atualizar acrescenta "*liberal* e da nova tese da democracia autoritária". "Revivem-se antigos debates sobre a *soberania do povo*; sobre o *sufrágio universal*, sobre a *representação política*; sobre o *princípio da liberdade*; sobre o Estado Totalitário, contraposto ao Estado Liberal; sobre o *princípio do chefe*; sobre a *organização corporativa*..."

E assim vai atualizando o texto de 1927, rescrevendo-o, para acentuar as suas convicções. Eis um exemplo: "Os povos contemporâneos, ou melhor, as democracias contemporâneas", diz o texto de 1927, "podem ser classificadas em dois grupos: as democracias de opinião organizada e as democracias de opinião, simplesmente. Os ingleses e os americanos pertencem ao primeiro grupo. Nós, pertencemos ao segundo grupo – o da democracia de opinião, simplesmente." Agora o trecho rescrito: "Os povos contemporâneos, ou melhor, as democra-

cias contemporâneas podem ser classificadas em dois grupos: as democracias de opinião organizada e as democracias sem opinião organizada. Os ingleses e os americanos pertencem ao primeiro grupo. Nós, pertencemos ao segundo grupo – o da democracia de opinião infusa, inorgânica, inarticulada."

É exatamente no capítulo III ("O primado do poder executivo – 1937-19..."), o texto novo sob o texto antigo, que ele vai fundamentar a proposição muitas vezes enunciada de que "um dos grandes problemas da nossa organização política está precisamente em fazer evoluir a nossa democracia desta sua condição atual para uma democracia de opinião organizada" (Prefácio, XV). A referência à *condição atual* na edição de 1939 já se encontrava na de 1927. Doze anos decorridos e uma *revolução* de permeio nada representaram para ele, uma vez que conferiu sempre atualidade permanente a tudo que escrevera sobre a formação social e política do Brasil.

Note-se que nas bibliografias de Oliveira Vianna figuram em geral os três títulos – o do livro de 1922, o da edição em livro, em 1927, do ensaio já publicado na coletânea *À margem da história* (1924) e o da edição de 1939 da Brasiliana, que nada mais é que a reedição dos dois primeiros acrescida de capítulo novo, como se fossem três trabalhos distintos, o que leva a pensar que os compiladores dessas bibliografias não manuseavam e muito menos analisaram devidamente os títulos arrolados.

Problemas de política objetiva

É pelo menos curioso que o livro *Problemas de política objetiva* tenha sido publicado exatamente em 1930 (Companhia Editora Nacional, São Paulo). O prefácio é de janeiro, e isto é muito importante. Apreciaremos em outro lugar esse "prefácio", que classificamos juntamente com outro, o de *Pequenos estudos de psicologia social*, como "prefácios perversos", mas agora, ao chamar a atenção para a data do lançamento, é preciso destacar as suas palavras finais:

> Na esfera política e constitucional, as nossas elites dirigentes não estão mais informadas do que na esfera militar; nesta como naquela, o seu desconhecimento da terra e do povo é completo. O objetivo principal deste livro é justamente mostrar como seria possível corrigir este desconhecimento e os males que dele derivam, procurando trazer aos centros do governo e da administração, por meio do mecanismo engenhoso dos Conselhos Técnicos, a colaboração de todos os homens de boa vontade, práticos, experientes, que embora não pertencendo à classe política, estejam, contudo – tal como aquele obscuro campeiro da Retirada de Laguna – em contato mais direto com a nossa *Realidade* e, por isso mesmo, mais senhores das suas idiossincrasias, das duas intimidades e dos seu segredos.

O livro tem portanto o caráter de projeto político, de indicador de rumos e de soluções, e nesse projeto afirma-se a esperança no aparecimento de um "Guia Lopes", que conduza as "elites dirigentes", desconhecedoras da nossa realidade. Na primeira parte trata "O problema da revisão", com capítulos sobre "Alberto Torres e o problema da revisão", "O problema da revisão e a luta contra o espírito de facção" e "O sentido nacional da revisão". Na segunda parte aborda "O problema da liberdade", com capítulos sobre "O conceito pragmático da liberdade política'', "O problema da liberdade civil e a organização da justiça" e "Liberdade ou nacionalidade?". Na terceira parte, "O problema dos partidos", os capítulos dizem respeito a "Programas de partidos e plataformas de candidatos", "Base social dos partidos" e "Orientação pragmática das campanhas democráticas". A quarta parte põe em debate "O problema do governo", com capítulos sobre "Os conselhos técnicos nos governos modernos", considerando primeiro a "evolução européia", depois "Inglaterra, França, Itália, etc." e, por fim, o "Brasil". Na quinta parte discorre sobre "O problema da nacionalidade", com dois capítulos: "O problema do nordeste e a mentalidade das elites políticas'' e "O sentido nacionalista da obra de Alberto Torres".

Não deixa de ser um livro fascinante, este – pelo estilo vibrante, incisivo, exemplificante; pela temática retomada, com novos recortes, e mais adensada. Sobretudo, a nosso ver, pela releitura e reaproximação de Alberto Torres, com o qual, neste momento da sua trajetória, Oliveira Vianna se identifica, numa forma de adesão muito explícita, mas habilidosa. O livro começa com Alberto Torres e o chamado problema de revisão, temática obrigatória pelo menos desde 1914, quando é publicado o volume *A organização nacional*.

A questão pragmatismo/idealismo também já era assunto reprisado, mas o uso do caso do Haiti como exemplificação do "Conceito pragmático da liberdade política" (segunda parte, cap. 4º, item III), causou celeuma. Oliveira escreveu: "No Haiti do tempo da liberdade, não havia propriamente governo"; "não havia polícia, nem exército"; "não havia portanto, nem defesa nacional, nem ordem pública"; "não havia justiça"; "não havia finanças organizadas" (71, 72). Já o "Haiti da escravidão apresenta outro aspecto. Os americanos entram ali e põem para fora do governo, sumária e drasticamente, os politiqueiros, que exploravam, sob o rótulo de democracia, o país. Feito o que, começam a

refundir, a retomar, a reorganizar tudo – isto é, a governar" (75). E conclui: "É este o confronto entre os dois Haitis – o novo Haiti da dominação estrangeira (Haiti *escravizado*) e o antigo Haiti dos politiqueiros (Haiti *livre*). Confronto, que é uma pungente ironia e que também é a mais bela lição que o pragmatismo americano podia dar aos eternos idealistas da soberania do povo e do princípio do *self-determination*" (75).

Medeiros e Albuquerque, que na época da publicação do livro exercia com assiduidade a crítica literária, publicou no *Jornal do Comércio* de 23 de março de 1930 uma crítica muito bem construída e sobretudo mordaz. Ao contestar exatamente "o conceito pragmático de liberdade política", ilustrado pelo exemplo do Haiti, diz Medeiros e Albuquerque: "Se isso é uma boa razão para se achar que se deve sacrificar o crédito de independência ao de prosperidade, não se vê por que não pediríamos aos norte-americanos que nos viessem governar." E lembra então a fábula de La Fontaine sobre o cão e o lobo, para concluir:

> Coleira! E o lobo disparou. Tudo lhe parecia melhor que a servidão. La Fontaine escreveu a fábula para exaltar o sentimento dos que amam a liberdade acima de tudo. O Sr. Oliveira Vianna, se escrevesse essa fábula, a chamaria: 'O lobo idealista e o cão pragmático'. A fábula acabaria por uma troça em regra com o idealismo. Procurei em um dicionário de sinônimos a palavra servil e achei servil, escravo, cativo. Dicionário incompleto! Ele não previu que quando se tira proveito do servilismo o verdadeiro termo é *pragmático* (em Medeiros e Albuquerque, *Polêmicas*, coligidas e anotada por Paulo de Medeiros e Albuquerque, Irmãos Pongetti Editora, Rio de Janeiro, s/d, 219, 220).

Esse artigo de Medeiros e Albuquerque sobre o livro de Oliveira Vianna provocou uma polêmica com Heitor Lyra, mas a divergência, no caso, é sobre o "papel histórico" de Pedro II.

Na terceira parte – "O Problema dos Partidos" – volta à mesma temática da "participação individual", em contraste com a "participação coletiva". Escreveu aí que a "participação coletiva é a pedra de toque de uma verdadeira organização democrática" (119). "Ora, em nossa democracia, o que vemos é justamente o contrário disso: ela se baseia em 'indivíduos' – e não em 'classes', em indivíduos 'dissociados' – e não 'organizados'; e todo o mal está nisto" (119, 120).

Na quarta parte – "O problema do governo" – está formulado o seu projeto de modernização do *governo*, mediante a criação de *conselhos técnicos*, o que representaria "a substituição progressiva da competência parlamentar pela

competência técnica" (161). Discorre sobre a função dos conselhos técnicos europeus (Inglaterra, França, Itália) e, além de historiar a criação de conselhos pelo governo brasileiro (Conselho Nacional de Ensino, 1911; Conselho Nacional do Trabalho, 1923; Conselho Superior de Indústria e Comércio, 1923), avalia a atuação desses órgãos e apresenta várias sugestões no sentido de fortalecê-los e ampliar as respectivas áreas de ação. A sua presença, mais tarde, na cúpula administrativa do Estado Novo, na posição privilegiada de consultor jurídico e parecerista notável, deve ter proporcionado condições extremamente favoráveis para a execução do seu projeto de "modernização" da estrutura administrativa e sua sujeição aos critérios de *competência técnica*.

A quinta parte – "O problema da nacionalidade" – é composta por dois capítulos com temáticas bem diversas. O décimo quarto capítulo, sob o título de "O problema do nordeste e a mentalidade das elites políticas", num estilo francamente euclidiano, com ilustração fotográfica bem escolhida para *demonstrar* o "problema das secas" e a sua dramaticidade: "Campo de ossadas em Iraúcuba"; "Famintos aglomerados na estação de Iguatu"; duas fotos de "Retirantes", pessoas macilentas. O estilo é adequado às circunstâncias:

> Esses sertanejos varonis não se expandem; dispersam-se. Não é uma avançada à sua irradiação; é uma fuga. Mergulhando no sombrio das selvas amazônicas, ou entrando nos chapadões florestosos ou pastorais de Mato Grosso e Goiás, ou descendo em busca de terras férteis e amáveis do Sul, eles fogem à ardência, às soalheiras bravas, à calcinagem periódica dos sertões pelo fogo implacável.

Fala desses "episódios agônicos e pungentes" do Nordeste escorado em Ildefonso Abano (*O secular problema do Nordeste*, Rio de Janeiro, 1918), que lhe fornece também a ilustração fotográfica. Sugere ainda como leituras, além da "obra clássica" de Euclides da Cunha, *A Paraíba e os seus problemas*, de José Américo de Almeida (Paraíba, 1922), *Ceará-Colônia*, de Walter Pompeu (Fortaleza, 1929), *Nas fronteiras do Nordeste*, de Joaquim Alves (Fortaleza, 1930), "O Nordeste brasileiro", de Alceu de Lellis (em *Geografia do Brasil*, Sociedade de Geografia, Rio de Janeiro, 1922, v. 1), *Juazeiro e o padre Cícero*, de Lourenço Filho (São Paulo, 1926), *Cangaceiros do Nordeste*, de Pedro Batista (Paraíba, 1929).

> Os culpados pelo *flagelo das secas* são os políticos, uma vez que "o deserto", para o homem moderno, não existe. Dá-lhe a ciência, hoje,

meios para criar nele as condições de habitabilidade mais completas, transformando-lhe a esterilidade e a solidão em fecundidade, fortuna, riqueza, população e vegetal (211). Impõe-se, então, a pergunta: por que o deserto do Nordeste não foi ainda eliminado? Por que este "Problema do Nordeste", problema secular, não teve ainda a sua solução? Como se explica o desinteresse das classes dirigentes do país por esta região das secas, que tem por centro o Ceará e que abrange cerca de dez Estados, e onde sofrem talvez mais de cinco milhões de brasileiros? (213)

Ele responde, convicto:

Com a Independência e depois da Independência... O Brasil entrou naquilo que se pode chamar a sua fase bovarizante. As preocupações administrativas deixaram de ser os sertões e os seus problemas; a mentalidade das elites dirigentes começou a gravitar em sentido oposto: e a obsessão dominante passou a ser *as conquistas liberais* do velho mundo (214). [Para essas elites] o grande dever, a grande glória, a grande ação era pregar a liberdade, organizar a liberdade, defender a liberdade, lutar pela liberdade e, se possível, como em 24 ou 48, morrer pela liberdade. Liberdade política, está claro; porque a liberdade civil ficava em segundo plano, na penumbra (...) Tivemos então o Constitucionalismo, o Parlamentarismo, o Liberalismo, o Federalismo – como estamos tendo agora o Socialismo, e até mesmo o Bolchevismo e o Anarquismo (215). Só agora – [ele escreve em 1930] é preciso não esquecer – é que começamos a ver, com clareza cada vez maior, que são o saarismo, o impaludismo, o analfabetismo, o banditismo, o coronelismo, o satrafismo, o federalismo – e não o Constitucionalismo, o Parlamentarismo ou o Liberalismo, os grandes problemas centrais da nacionalidade (215, 216).

No último capítulo dessa quinta parte, com o título "O sentido nacionalista da obra de Alberto Torres", Oliveira Vianna começa por ressaltar o que seriam as idéias rigorosamente partilhadas: "Torres tinha o senso das realidades", tinha "a instintividade de um verdadeiro pensador político", ele vinha "buscar a inspiração para o seu programa nacional no estudo da nossa realidade brasileira, na investigação dos nossos fenômenos, na análise concreta do nosso povo, do nosso homem, da nossa terra, da nossa situação real no conceito da civilização". Torres "funda sobre os dados da realidade, uma política nacional, isto é, um programa *nacional* de legislação e governo. Este programa pragmático de política brasileira é que o nosso grande pensador justifica e desdobra nos seus dois últimos livros". Mas chega um momento no qual Oliveira Vianna expõe

o pensamento de Alberto Torres, mas não se identifica explicitamente com ele. Há quem duvide que a "alta política de consolidação e vitalização nacional, que Torres prega, possa vir a ser realizada, utilizando apenas os elementos étnicos que constituem o nosso povo"; "o nosso grande sociólogo" "crê firmemente nessa possibilidade". "É talvez, dentre os nossos espíritos mais cultos, o único que confia sinceramente na sua raça, o único que a julga capaz dessa longa, máscula, paciente tenacidade necessária para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço múltiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade."

A acentuação do *único* exclui naturalmente o próprio Oliveira Vianna, que de fato nunca pensou assim, mas ele é honesto e prossegue:

Ele discute, por isso, nos seus livros, a apregoada inferioridade da nossa raça – e a nega (...). Não somos, segundo ele, inferiores às outras raças européias, nem mesmo às raças do norte: saxões, escandinavos, germanos em geral. Em sentido absoluto, não há raças superiores, nem inferiores, pensa ele (242). Torres considera a apregoada superioridade dos germanos "uma pretensão infundada e injusta..." (224).

Oliveira Vianna decerto nunca pensou assim. Daí, talvez, o fato de acentuar que Alberto Torres era, "dentre os nossos espíritos mais cultos, o único que confia sinceramente na nossa raça".

Raça e assimilação

A primeira edição desse livro é de 1932; a segunda, "aumentada", saiu dois anos depois (Cia. Ed. Nacional, Brasiliana, vol. IV, São Paulo) e Oliveira Vianna se apresenta como "Membro Titular do Instituto Internacional de Antropologia; sócio correspondente da Sociedade dos Americanistas de Paris e da Academia de Ciências Sociais de Havana; sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, etc." O livro traz como subtítulos: I - "Os problemas da raça" e II - "Os problemas da assimilação".

No pequeno *prefácio* "à margem da 2ª edição", ele esclarece que nada modificou da primeira e segunda partes da primeira edição, apenas acrescentou indicações bibliográficas mais recentes. Às "Notas Complementares" acrescentou três capítulos: I - "Os tipos antropológicos brasileiros e os problemas da sua classificação", objeções ao trabalho de E. Roquette Pinto; II - "Pesquisas sobre a psicologia étnica no Brasil", comentário a propósito de sugestão do professor Waldemar Benardinelli; III - "O problema do valor mental do negro'', resposta

à crítica de Artur Ramos.

No prefácio da primeira edição adverte que "neste pequeno volume" apresenta uma síntese de apenas alguns capítulos de duas obras mais vastas: *O ariano no Brasil (biologia e mesologia da raça)*, já quase concluída, e *Antropologia social (psicologia e sociologia da raça)*, em preparação. Esse prefácio está datado de "Janeiro de 1932, São Boaventura, 41, Niterói".

Este é um livro inapelavelmente envelhecido. Só serve como representação das representações, então em voga no campo intelectual brasileiro, sobre a diversidade étnica e pluralidade cultural. Aliás, quando foi lançado já era velho, em termos de fundamentação teórica. Artur Ramos acusou-o de basear-se em "ciência do século passado" e Oliveira Vianna certamente não gostou, mas era verdade incontestável. De nada adiantavam as críticas. Depois de reunir argumentos para contestar as críticas de Ramos, sustenta com o mesmo ímpeto as suas *convicções*:

> Não sei se o negro é realmente inferior, se é igual ou mesmo superior às outras raças; mas, julgando-se pelo que as testemunhas do presente e do passado demonstram, a conclusão a tirar é que, até agora, a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra; e que, para que os negros possam exercer um papel civilizado qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: que percam a sua pureza (285, 2ª ed.).

O fato é que Oliveira Vianna pertenceu a uma geração deslumbrada: a dos bacharéis consumidores despreparados de textos de vulgarização dos grandes debates sugeridos no campo da biologia e trasportados, afoitamente, para o domínio do social. É o momento de relembrar o depoimento de Vivaldo Coaracy acerca do que viu na chamada "Sala da Capela", na qual ficaram reunidos os presos políticos paulistas da revolução constitucionalista:

> A maior tormenta que se desencadeou dentro da Sala da Capela, atingindo paroxismos de excitação, teve por origem a velha e cediça questão da hereditariedade dos caracteres adquiridos. Darwin e Lamarck, Weissmann e De Vries, Galton e Le Dautec eram invocados e mencionados, sem muita precisão ou clareza. Os insultos cruzavam-se em torno do germo-plasma e as investidas choviam a propósito da lei de Mendel. Coriscavam injúrias. Quando a chinfrineira atingiu a temperatura máxima e os próprios jogadores de *poker* largavam as cartas preparando-se para intervir, como elemento pacificador, já ninguém mais sabia qual a tese que cada contentor defendia. Os que se empenharam nessa memorável disputa de proporções homéricas não eram biologistas. Eram bacharéis. (Vivaldo Coaracy, *A Sala da Capela*, Livraria José Olympio, São Paulo, 1933, 78-79).

Raça e assimilação aborda as seguintes questões: Parte Primeira – "Os problemas da raça": cap. I. "Raças históricas, raças nacionais e raças zoológicas"; cap. II. "Bioterapia e psicologia étnica"; cap. III. "Os tipos antropológicos e os problemas da bio-sociologia". Parte Segunda – "Os problemas da assimilação"; cap. IV. "O *melting-pot* e os seus métodos de análise matemática"; cap. V. "Os grupos arianos ao sul e a sua tendência à assimilação"; cap. VI. "Os aspectos antropológicos do *melting-pot* brasileiro ao sul". As "Notas Complementares", com mais de cem páginas, tratam de questões do mesmo gênero e sem qualquer atualidade.

Problemas de direito corporativo

Oliveira Vianna, em nota introdutória, esclarece a origem desse livro: a crítica que o deputado Waldemar Ferreira, "insigne tratadista de Direito Comercial e professor da Universidade de São Paulo" fizera ao projeto de organização da Justiça do Trabalho, preparado por uma comissão de técnicos do Ministério do Trabalho, da qual ele, Oliveira Vianna, fazia parte. Waldemar Ferreira teria argüido a existência "de profundas contradições entre certos dispositivos centrais do projeto e o texto da Constituição de 34" e apontado o "caráter fascista de vários dos seus dispositivos". Para rebater essas críticas Oliveira Vianna escreveu uma série de artigos, publicados no *Jornal do Comércio*, sete ao todo, e com eles montou o livro, anexando-lhe os documentos "oficiais" que haviam gerado o debate. São eles: 1) anteprojeto de organização da Justiça do Trabalho apresentado à Câmara pelo presidente da República; 2) notas à margem do parecer do relator do projeto na Comissão de Justiça da Câmara; 3) Projeto de Lei Orgânica de Justiça do Trabalho, apresentado ao ministro Waldemar Falcão; 4) exposição de motivos da comissão elaboradora do Projeto de Lei Orgânica da Justiça do Trabalho.

Oliveira Vianna enumera os pontos a seu ver mais importantes da crítica de Waldemar Ferreira: a incompatibilidade da função normativa dos tribunais do Trabalho com o texto da Constituição de 34 ou, especificamente, "com o regime democrático-liberal nela consagrado". Chegou à conclusão de que a divergência "transcendia" esse nível:

> Era a expressão de um conflito entre duas concepções do Direito – a velha

> concepção individualista, que nos vem do Direito Romano, do Direito Filipino e do Direito Francês, através do *Corpus Juris*, das ordenações e do Código Civil, e a nova concepção, nascida da crescente socialização da vida jurídica, cujo centro de gravitação se vem deslocando sucessivamente do Indivíduo para o Grupo e do Grupo para a Nação, compreendida esta como uma totalidade específica.

Que Waldemar Ferreira estava com a razão, não há dúvida. Oliveira Vianna encerra a sua nota introdutória, datada de março de 1938, com estas palavras: "Devo, entretanto, recordar que as teses nelas defendidas, quer na parte tocante propriamente ao Direito Corporativo, quer ao Direito Social, tiveram, sem dúvida, com a Constituição de 37, uma quase imediata e imprevista consagração."

Há um certo triunfalismo nessa afirmação – Oliveira Vianna não é mais apenas o autor que passara anos a investigar a liberal-democracia, o individualismo, a insolidariedade e a falta de organização de elites dirigentes esclarecidas; agora era o autor-mentor, o parecerista que se confronta com um catedrático da USP, "insigne tratadista", e consegue que os seus argumentos prevaleçam.

O livro *Problemas de direito corporativo* foi publicado em 1938 pela Livraria José Olympio Editora, que "servia" ao Estado Novo. O nosso exemplar tem o mesmo carimbo que se encontra em muitos outros livros do mesmo período e da mesma editora – um grande círculo com as armas da República ao centro e a inscrição: "Oferta do Departamento de Imprensa e Propaganda".

Problemas de direito sindical

Primeiro volume de uma Coleção de Direito do Trabalho organizada por Dorval de Lacerda e Evaristo de Morais Filho (Editora Max Limonad, Rio de Janeiro, 1943), este livro é basicamente um "tratado" e nele se revela o Oliveira Vianna "tratadista insigne", qualificação respeitosa que os bacharéis costumam dar a mestres do direito consagrados como autores de livros obrigatoriamente referidos, o que significa reconhecimento de "autoridade na matéria".

Oliveira Vianna, que já havia lançado *Problemas de direito corporativo* (1938), completa com esse livro sobre direito sindical a demonstração pública da sua capacidade técnica e do seu desempenho marcante como consultor do Ministério do Trabalho. Eqüivalem os dois livros a uma prestação de contas da sua atuação como especialista a serviço de um grande projeto político.

As quatro partes e 14 capítulos deste livro abordam, com desenvoltura, várias questões relativas a "doutrina constitucional", discorrem sobre "os problemas da elaboração legislativa", apreciando I - elaboração da lei orgânica, II - elaboração da legislação complementar; e avalia "os problemas da execução administrativa". Uma quinta parte é constituída de documentos, com reprodução de projetos de lei e pareceres sobre eles. Para análise documental, esse é um excelente repertório. Note-se que no fim do volume se acha um "Índice nominal de autores e juristas citados", o que praticamente inexiste em livros de Oliveira Vianna.

Para o leitor sem interesse pelas questões especificamente de direito, o que vale neste livro, e vale muito, é o prefácio, um dos mais longos e reveladores escritos por Oliveira Vianna. Ao preparar o livro, o autor já havia encerrado o seu período de atuação no Ministério do Trabalho e, se havia obtido um alto grau de consagração, críticas severas e fundamentadas tinham sido feitas a algumas das suas proposições mais repetidas, mas ele não mudou nada. Auto-referido, volta sempre aos mesmos pontos. E, como sempre, insiste em acentuar a qualidade diferente do seu trabalho:

> Do estudo objetivo e científico da morfologia e da psicologia das nossas populações, que iniciei com o primeiro ensaio sobre *Populações Meridionais*... a conclusão a que cheguei fora que havia um problema fundamental a resolver (...), era compor a condição molecular ou atomística [sic] da sua composição (...). O insolidarismo é um dado cientificamente determinado da nossa psicologia social, coletiva – de povo. É uma verdade experimental e indiscutível. Couty já observara com melancolia: "O Brasil não tem povo!" E Saint-Hilaire, finalmente: "Não há, neste país, *sociedade*; há, quando muito, rudimentos de *sociabilidade*". E Tobias, brutal: "No Brasil, *povo* significa uma multidão de homens como *porcada* uma multidão de porcos (...). Deste dado sociológico, desta verdade constatada e irrefragável..."

Realmente é inacreditável que ao "parecerista" do direito corporativo e do direito sindical tais sandices figurassem como "dados sociológicos e verdades constatadas".

Mesmo em 1920 já constituía uma demonstração de ingenuidade atribuir qualquer valor a frases descontextualizadas, recolhidas aqui e ali, de autores diferentes, e referidas a situações diversas. Repetidas em 1943, no prefácio de um tratado de direito, representam a demonstração de que Oliveira Vianna, depois de mais 22 leituras, de manuseio de novos autores, de envolvimento

em problemáticas conjunturais, nunca abandonou as suas postulações iniciais, exatamente porque o saber, para ele, confundia-se com o acreditar, estar convencido. Como se dizia no século passado, era sectário, "partidário ferrenho" de um credo. Um dos artigos da sua crença era a "inexistência de povo". Outro era a formação de elites e sua integração no governo, não como *políticos*, mas como técnicos. Como repete neste prefácio: "Nunca deixei passar em silêncio qualquer oportunidade que me permitisse martelar esta tecla, ferir este tema, insistir na urgência de uma renovação de mentalidade das nossas elites econômicas e das nossas classes produtoras." Outro era o da *realidade nacional* e rejeição de idéias de fora. E então confessa:

> Minha inclinação pelo Sindicalismo e as instituições sindicais e corporativas não tem outro fundamento. Estou absolutamente convencido de que o nosso problema do futuro, não será reagir contra estas instituições de solidariedade profissional ou corporativa; mas dar-lhes aqui uma organização compatível com as nossas condições de estrutura: de estrutura *antropogeográfica*; de estrutura *econômica*; de estrutura *profissional*. O nosso problema está, não em reagir contra elas, mas em tomar estas instituições em nossas mãos, encará-las com decisão e coragem, e alterá-las, deformá-las, abrasileirá-las (...). O nosso problema é, sim, evitar o erro em que reincidiram os nossos antecessores, desde 1824, isto é, a cópia pura e simples do paradigma estrangeiro, o modelo vindo do outro lado do continente, o figurino transatlântico, cortado à italiana, à nazista, à francesa ou à russa.

Note-se que as referências à *italiana*, à *nazista* e à *russa* representam uma atualização do mesmo discurso, escrito antes, muitas vezes, em que tais alusões não teriam sentido.

Outra tecla sempre batida é a da *solidariedade*, inexistente e que deve ser produzida.

> É desse ângulo – desta nova modalidade de ação – nova porque a sua formação histórica não lhe ensinou – que é a ação em conjunto (solidariedade ativa), dirigida, já agora, no sentido de interesses tipicamente coletivos – porque de *classe* ou de *categoria*! (...) é que devemos encarar o problema da sindicalização em nosso povo para melhor compreendê-lo. É daí que poderemos aprender, em toda latitude da sua significação, o transcedentalíssimo papel do sindicato no Brasil, a sua grande função integradora e organizadora.

É preciso lembrar que desde os seus primeiros escritos Oliveira Vianna

coloca como questões fundamentais *individualismo*, falta de *solidariedade*, *isolamento*, *dispersão* e *descentralização* como componentes negativos da nossa formação histórica. Tais questões afloram sempre, em qualquer contexto, com retórica "atualizada", mas no fundo permanecem inalteradas, quase sacralizadas, objetos de crença. São todas questões antigas, e um dos seus autores-fonte, Alfraid Founillé em *Les Élémentes sociologiques de la morale* (Alcan, Paris, 1905), tem um capítulo inteiro (IX) dedicado ao "Progrès simultané du solidarisme et de l'individualisme". A. Founillé é o autor da "teoria" das *idéias-forças*, que os autores brasileiros, desde o começo do século, quando foram vulgarizadas no Brasil, usam até sem indicar a fonte, e isto tardiamente. É o caso de Plínio Salgado na *Psicologia da revolução* (1933), que ao estudar "A Revolução" diz ter assentado os seguintes princípios: 1) "o desenvolvimento das expressões objetivas da sociedade se processa segundo o ritmo determinista da Idéia-Matéria" (fato histórico); 2) "o desenvolvimento das expressões subjetivas se processa segundo o ritmo arbitrário da Idéia-Força" (concepção filosófica); 3) "A Idéia-Força pode interferir no fato histórico"; 4) "A Idéia-Força não pode contrariar a índole substancial do fato histórico"; e como conclusão: "A realização objetiva da Idéia-Força está na razão direta da oportunidade histórica, assim como a interpretação predominante do sentido social de um momento dado" (117). E ainda em 1941 era publicado na Bahia um livro de Nelson de Souza Sampaio com o título *As idéias-força da democracia*. Este autor remete a A. Founillé, mas via verbete do dicionário de Lalande. Parece que Oliveira Vianna acreditava também nas *idéias-forças*, sobretudo quando repetidas seguidamente, anos a fio.

Instituições políticas brasileiras

Os dois volumes de *Instituições políticas brasileiras* (José Olympio, Rio de Janeiro, 1949) seriam surpreendentes se não representassem uma reafirmação do procedimento sistemático de Oliveira Vianna – atualiza o discurso, a retórica, mas permanece absolutamente fiel às suas convicções "teóricas", primaciais.

No primeiro volume trata dos "Fundamentos Sociais do Estado" (Direito Público e Cultura) e nele revela a sua *intimidade* com as novidades da ciência social, mas sempre fazendo recordar que ele mesmo, muito antes, já abordara os mesmos problemas. Começa por afirmar que "os nossos juristas só reconhecem o direito quando na sua transubstanciação na *lei* (...), mas isto como 'já disse alhures', é uma concepção... insubsistente, quando a confrontamos com as revelações trazidas pelas outras ciências da sociedade à ciência do direito".

Descobre então o *direito costumeiro*, cujo exemplo mais impressionante é o *direito esportivo* que só naquele momento (1943-1945) começava a ser *anexado* pelo Estado e reconhecido por lei. Em seguida põe ênfase no fato de que esse direito

> se estende pelo Brasil inteiro, é de autêntica realização popular e é aplicado com um rigor que muito direito escrito não possui. Organizou instituições suas, peculiares, que velam pela regularidade e exação dos seus preceitos. Tem uma organização também própria – de Clubes, Sindicatos, Federações, Confederações, cada qual com administração regular, de tipo eletivo e democrático; e um Código Penal seu, com a sua justiça vigilante e os seus recursos, agravos e apelações, obedecidos uns e outros, na sua atividade legislativa ou repressiva, como se tivessem ao seu lado o poder do Estado. Direito vivo, pois.

Mas isso não é novidade, realmente, como acentua adiante:

Devo observar que, antes de me lançar nos estudos do *direito trabalhista*, de 1932 até 1940 [esse período é repetidamente referido; corresponde ao de efetiva integração, como consultor do Ministério do Trabalho, no grupo de *especialistas* revestidos pelo Estado Novo da função de promover, via ordenação legal, a *organização* do país],

> eu já havia deparado, desde 1920, com uma outra camada do nosso direito costumeiro, também inexplorado e cuja sondagem fui, no Brasil, o primeiro a realizar: a camada do nosso *direito público*, *constitucional e administrativo*, elaborado – como o direito social dos marítimos e portuários e o direito esportivo do remo e do atletismo – também pela atividade e a espontaneidade criadora do nosso povo-massa.

Acontece, então, que descobre novos autores, novas possibilidades de *explicação*. Ele mesmo diz: "Emprego esta palavra – *cultura* no seu sentido etnográfico; mas com certa relutância. Primeiro, pela confusão que em nossa língua traz esta palavra com cultura intelectual; segundo porque representa uma tradução imperfeita da expressão original alemã: *Kultur*." Apresenta uma outra razão:

> Nunca empreguei esta expressão senão agora. É que dominado pela preocupação do *lucidus ordo* cartesiano, sempre fugi, por sistema, nos meus escritos, às expressões demasiadamente técnicas, só acessíveis a mestres, a profissionais ou a iniciados, ou ainda não incorporadas àquela *língua franca* da ciência, de que nos fala Linton. Posso agora, porém, fazê-lo sem este receio, pois já temos em língua portuguesa obras que permitem usar esta expressão com certeza de que ela poderá ser entendida pelos leigos no seu científico conceito. Refiro-me ao tratado do professor Ralph Linton – *Introdução à Antropologia Social* e ao livro recente do professor Donald Pierson sobre *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. Não deixarei também de referir-me, como utilíssimo instrumento auxiliar para a compreensão da tecnologia culturológica, ao *Dicionário de Etnologia* dos professores Baldus e Willems, bem como aos estudos e análise da revista paulista *Sociologia*.

Como se vê, eram limitadas as suas fontes – o livro de R. Linton não é um *tratado*, mas um simples *manual*, trabalho *didático*. O seu esforço o levou, no entanto, um pouco mais longe, mas não encontra o que procura:

> Devo confessar que, quanto à Culturologia do Estado, parece-me matéria que os etnólogos têm descurado. Constitui mesmo tópico ligeiramente explorado e pouco observado pelos investigadores. Pelo menos, não encontrei sobre ele quase nada nos tratados de etnologia que conheço. Dir-se-á que é assunto de pouco interesse para eles, ao que parece. Vivem todos preocupados com tipos de família, organizações mentais e tribais, sistemas de clãs matrilineares e patrilineares, e técnicas fabris, e costumes e folclores, e ritos religiosos e mágicos. Da culturologia do Estado só encontrei algo em Radin – *Social Anthropoloqy*, em Carleton Coon e Chapple – *Principles of Anthropology* e na obra clássica de Goldenweiser; tudo porém, ainda assim, ligeiramente tratado. Fora daí, quase nada: nem em Mortandon, nem em Wissler, nem em Benedict, nem em Lowie.

De qualquer modo, ele rejeita o termo e sobretudo o que chama de panculturalismo, para voltar, como sempre, ao cotejo com as suas fontes primaciais. "O que Taine chamava *meio histórico* e *condições secundárias* e os historicistas *antecedentes históricos* foi substituído por uma entidade metafísica – a *Kultur*. Esta nova entidade os sociólogos e etnólogos alemães a divinizaram..." Também não importa, porque a seu ver

> este equívoco dos velhos etnólogos e culturalistas foi corrigido, principalmente, pelos modernos investigadores da escola funcionalista, com a distinção precisa, que estabeleceram, entre o sistema de normas, que regulam as instituições sociais – a Charta, como chama Malinowski – e a

> execução que os indivíduos dão efetivamente e estas normas (*activities*). Di-lo este grande antropólogo e culturalista que, com Radcliffe-Brown e Carleton, estão renovando os métodos e os conceitos de sociologia das culturas.

Em seguida transcreve um trecho de Malinowski (de *A Scientific Theory of Culture*), sobre *regras* ou *normas*, e atividades e práticas. Claro que esta distinção lhe serviria muito bem, mas outra vez o retorno às fontes primaciais é inevitável:

> Observo, porém, que a escola culturalista – desprovida ou *esvaziada* da sua concepção vitalista (a "cultura como ser vivente", de Froberius, ou a cultura como "ser superior, pertencente à natureza viva", de Goethe, de Spengler) torna-se uma metodologia de pesquisas como qualquer outra. Os fenômenos dos "conflitos de culturas" e os fenômenos de "difusão das culturas", que ocupam tanto espaço nos livros e trabalhos dos etnólogos alemães e dos antropologistas americanos, certamente seriam talvez mais clara e logicamente explicados pela teoria de *imitação* de Tarde, ou pela influência do *meio geográfico*, de Le Play, ou do *meio histórico*, de Taine, do que utilizando a pretensiosa tecnologia da escola cuturalista (57).

Como se vê, é um constante retorno aos autores da época de sua formação, ao determinismo sob várias formas. Talvez nem seja retorno, porque na verdade ele nunca saiu do mesmo lugar. Quando muito, muda apenas a retórica. Ele ensaia mais um passo: "Devo dizer que Linton é um dos poucos tratadistas americanos do meu gosto" (59). Depois do Linton *tratadista* de *O homem – uma introdução à antropologia*, é o Linton de *Cultura y personalidad*, em tradução para o espanhol (Fondo de Cultura Económica, México, 1945). E de nada adianta esse novo passo. É impossível aceitar – e é o que ele procura – um *determinismo* cultural: O que decorre das confissões de Linton é que

> não tem a ciência moderna, nem a Genética, nem a Psicologia experimental, nem a Antropologia Social –, nenhum fundamento sério para afirmar que estas variedades, que todos os antropologistas observam no *temperamento* e na *inteligência* dos homens, em *qualquer cultura*, tenham uma causa *cultural* – e não *fisiológica*: Linton sente-se constrangido em confessá-lo. É impossível explicar estas variedades de tipos humanos – de *personalidades*, existentes dentro de qualquer cultura (civilizada ou primitiva), sem apelar para uma *causa biológica* e, mesmo, para a *heredi-*

> *tariedade*, para predisposições orgânicas, congênitas, constitucionais – o que é a negação de Boas... (62)

E apresenta, então, uma exemplificação: na América o *meio social*, ou a cultura, era igual para todos, mas só Edison descobriu a lâmpada elétrica e o gramofone, concluindo-se "que havia em Edison qualquer *guia* inexplicável pela cultura, ou fora da cultura, forçosamente *biológico*, hereditário; qualquer coisa que os restantes cem milhões de contemporâneos de Edison não possuíam..." (64)

Apesar de todas as restrições ao *culturalismo*, Oliveira Vianna, que já havia estudado "todos esses grupos e fatores da nossa evolução histórica e social: o *meio* antropogeográfico (*clima e solo*), os *fatores biológicos* e *heredológicos* (*linhagem e raça*) e os *fatores sociais* (*cultura*)", diz ter adotado "outra tecnologia" (70-71).

O segundo volume de *Instituições políticas brasileiras* é dedicado à "Metodologia do Direito Público (Os problemas brasileiros da Ciência Política)". São doze capítulos, com subcapítulos. É de interesse especial o II, pois volta a autodefinir-se em relação a Alberto Torres. Tem como título "Alberto Torres e a Metodologia Objetiva ou Realista (o nacionalismo político)". E reconhece:

> Havia um ponto, em que a nossa identidade de pensamento era completa. Torres não queria o estudo da Sociologia no sentido da ciência pura, da investigação desinteressada – das leis da vida social – da investigação pela investigação; mas sim, como base de uma orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas nacionais (...). Ele lembra, assim, a *Ciência Social* a serviço da Ciência Política (II, 89).

Note-se que as palavras *pragmática*, *objetiva*, *realística*, *problemas* são na verdade categorias verbais, sem as quais o seu discurso não adquire sentido.

Direito do trabalho e democracia social

O livro *Direito do trabalho e democracia social* (Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeio, 1951) é uma coletânea, como afirma o autor, de "conferências, ensaios e artigos de jornais, elaborados entre 1932 e 1940", período coincidente com o do exercício do cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho e, portanto, de ação participativa intensa na política trabalhista do

Estado Novo.

Oliveira Vianna encerra o pequeno prefácio alegando que não tem "muito gosto para coletâneas", nas quais muitas vezes são reunidos trabalhos esparsos, "sem grande conexão lógica". Neste caso, entretanto, acha que isto não acontece. Ele "contém, talvez, senão uma filosofia, pelo menos uma teoria da nossa legislação social positiva".

O primeiro capítulo é a reprodução de um prefácio ao livro de Waldir Niemeyer sobre *Legislação de Trabalho* (11-19); o capítulo II (21-59) é a reprodução da conferência pronunciada na Escola de Serviço Social em 30 de agosto de 1939, "então dirigida por sua fundadora, D. Rosita Porto da Silveira", e que havia sido publicada nesse mesmo ano pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Já comentamos esse texto. O capítulo III é reprodução da conferência pronunciada no Palácio Tiradentes em 25 de novembro de 1939 e publicada pelo DIP na sua série *Estudos e Conferências* (nº 1, 19 de abril de 1940). O capítulo IV – "O papel das instituições de previdência e das instituições sindicais" – não traz indicação da publicação anterior e o mesmo acontece com o capítulo V – "Democracia de partidos e democracia de elites". O capítulo VI – "O papel construtivo da democracia cristã" –, que é o último, traz a indicação: "Conferência pronunciada na concentração católica, realizada em Niterói em 1945". É de supor-se que os capítulos desacompanhados da indicação de que constituíam textos de *conferências* tenham sido redigidos como *artigos de jornais*, como menciona no prefácio.

O capítulo V apresenta uma importância especial – tem como título "Democracia de partidos e democracia de elites" e como subtítulo "Teoria de uma democracia social". O seu primeiro passo é esclarecer o uso que faz da palavra *elite*, ou *governo*, ou *democracia de elites* (em itálico no texto). Não a utiliza "no sentido propriamente de uma classe privilegiada pelo nascimento, pelo sangue ou pela fortuna, isto é, de uma *aristocracia hereditária*, ou *nobreza de sangue*, ou *burguesia de dinheiro*" (147-148). Depois de explicações simplórias, conclui: "Para resumir: emprego esta palavra elite no sentido de 'quadros dirigentes' desses diversos 'grupos' ou 'classes', ou 'categorias', componentes desta ou daquela sociedade – especialmente de uma sociedade civilizada e industrializada. Estes quadros dirigentes representam, realmente, um fato natural, assinalável sempre em qualquer comunidade humana..." (148). Trata em seguida da sua representação do que seja o *Estado Moderno*:

> O centro de gravitação dos sistemas educativos no Estado Moderno, com efeito, não é o mesmo do velho Estado Liberal. Neste domínio, o Estado Liberal – da concepção de Rousseau e dos Enciclopedistas – tem exigências e objetivos que não são os mesmos do Estado Moderno. Este não coloca – como o Estado Liberal-Democrático – os governos na atitude passiva, ou meramente receptiva, de simples e, por assim dizer, automáticos executores da vontade das massas ou das maiorias populares, delas aguardando a palavra de ordem; ao contrário disto, dá aos Governos uma iniciativa de ação, uma espontaneidade criadora, uma autonomia de direção ou de orientação tais que lhes agravam prodigiosamente os encargos – e, principalmente, a responsabilidade (l52-153).

E completa o seu pensamento a respeito da pedagogia do *Estado Moderno*: "O Estado dá instrução à massa; mas, a educação da massa é feita pelas elites, instruídas e educadas pelo Estado. É seguro este asserto: *educar elites é ainda o processo mais expedito, mais eficiente, direi mesmo, mais econômico de educar as massas*" (l53).

Acha "perfeitamente conciliável o *regime democrático* com o *governo de elites*", segundo as suas concepções. O *governo das elites*, como ele concebe, "seria uma forma de governo democrático muito mais penetrada do espírito do povo, que lhe permite uma representação *direta* e *imediata*", enquanto na "democracia de partidos essa representação seria *indireta* e *mediata*" (161). Bate Oliveira Vianna, aí, mais uma vez, na mesma tecla que fez soar repetidamente, a da *elite*, *elite dirigente*.

Problemas de organização e problemas de direção

O livro *Problemas de organização e problemas de direção* só foi publicado em 1952, e Oliveira Vianna havia falecido em 1951. Ele o teria deixado pronto, pois o prefácio é seu, e por sinal um dos mais importantes documentos como auto-avaliação da obra produzida.

É certo que inclui pelo menos um trabalho divulgado antes: "O homem brasileiro e o mundo de amanhã", capítulo XI da parte II, foi publicado no periódico *Letras Brasileiras* (nº 5, setembro de 1943, 52-56) da empresa A Noite, incorporada ao *partrimônio da União* e gerida por intelectuais cooptados. O importante, de qualquer forma, é que nesse prefácio, de duas páginas apenas, se encontram reafirmações muito claras e incisivas acerca do seu projeto intelectual, concluído – é um olhar para trás, para o já produzido. Diz ele:

> Este pequeno volume reflete parte das minhas antigas preocupações acerca dos problemas de organização do nosso povo. Problemas que

> sempre me preocuparam nos meus estudos sobre a formação da nossa gente (...). Daí o traço comum, a afinidade ideológica que este livro apresenta com outros livros meus, especialmente com *Problemas de Direito Corporativo*, *Problemas de Direito Sindical*, *Idealismo da Constituição*, *Problemas de Política Objetiva* e *Instituições Políticas Brasileiras*.

São livros atravessados, todos eles, por um *leitmotiv* dominante, a idéia da unidade e da centralização como meio de organização da nação: "Nesse pensamento unificador e centralizador, que revelo neste livro ou nestes livros, o que pretendo é formar a Nação – e formá-la justamente pela organização centralizadora do Estado e da sua economia. E o meu objetivo é transformá-la num todo consciente e orgânico, vivo, atuante..." Eis aqui a sua convicção, enfaticamente reafirmada: "Estou certo que ao formular estas idéias e soluções não estou escrevendo o esquema utópico de um plano ideal de estado para o Brasil. Não estou apenas antecipando – e revelando – as perspectivas da nossa organização racional no futuro. Tal a confiança que tenho na inevitabilidade dela, no determinismo da evolução social e política do mundo" (8).

A crença de Oliveira tinha, pois, um duplo fundamento: o cristianismo (*cf.* "Conferência pronunciada numa concentração católica em Niterói, 1945", em *Direito do trabalho e democracia social*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1951, 165-179) e o determinismo evolucionista.

A convivência com o poder deu-lhe a ilusão de *poder* converter as suas idéias e programas em determinações políticas irreversíveis: "Foi durante o período que servi como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, onde a função que ali exercia me levava, logicamente, ao trato destes problemas e também dos problemas de Direito Social e de Direito Corporativo", que as *antigas preocupações* se converteram em receitas de ordenação da nossa sociedade, segundo o seu modelo de *Estado Moderno*, expressão eufêmica para Estado Novo, como já acentuamos.

Os oito capítulos da parte I desse livro têm os seguintes títulos in "Kid e o homem do ocidente", "O Estado Moderno e o problema da Educação Moral das elites", "Da consciência corporativa e o exemplo da Suécia", "Organização e funcionamento das autarquias na Argentina", "O problema das nossas crises econômicas e as nossas elites industriais", "O problema dos planejamentos corporativos e os obstáculos da nossa dimensão geográfica", "Sindicalismo e Corporativismo no mundo do Pós-Guerra" e, finalmente, "O problema social e a pequena propriedade". A parte II tem mais três (IX-XI): "O problema de unidade nacional e a missão do Poder Central", "Brandeis e seu individualismo

grupalista" e "O homem brasileiro e o mundo de amanhã", texto já publicado, como advertimos, desde 1943, no periódico *Letras Brasileiras*. Os textos de todos os capítulos foram produzidos para a imprensa. O tom é jornalístico e os assuntos têm um certo caráter conjuntural. Oliveira Vianna teve uma atuação constante na imprensa diária e a quase totalidade dos títulos dos capítulos reproduzem exatamente, ou com pequenas alterações, títulos de artigos publicados nos jornais *A Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Estado*, nos anos de 1939 a 1944. Não tivemos tempo – nem interesse, realmente – em fazer a colação dos textos.

A segunda edição desse livro (Record, Rio de Janeiro, 1974) traz na capa uma indicação enganadora: "Introdução de Hermes Lima". Na verdade trata-se de uma simples apresentação, com trinta linhas, completamente desprovida de intenção analítica, de crítica séria, e certamente Hermes Lima, liberal de esquerda, vítima do Estado Novo, não era a pessoa indicada para fazer isso. Merece registro, no entanto, a sua afirmação, bem maliciosa: "esse livro é um curso de pedagogia política".

Populações meridionais do Brasil – vol. II (O campeador rio-grandense)

Populações meridionais do Brasil, o *livro de estréia* de Oliveira Vianna (1920), contém no prefácio o seu plano de estudos, pois estava certo de que já era "possível distinguir, da maneira mais nítida, pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo-sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho". O primeiro volume é dedicado ao estudo do matuto "porque o peso específico da massa social do país é dado pelo homem da formação agrícola, pelo cultivador de cana, de café e de cereais (...). O *gaúcho* e *sertanejo*, ambos de formação pastoril, são tipos muito regionais, localizados em zonas limitadas e cuja história tem um campo de ação restrito às raias do seu ecúmeno gerador". Mas dedicara ensaios às *Populações setentrionais*, um dedicado ao estudo do "tipo social formado nas regiões secas do nordeste, o tipo regional do sertanejo, cujo espécime mais representativo é o *homem das caatingas* cearenses", e outro ao "estudo do tipo sertanejo na sua expansão pela hiléia amazônica".

Na terceira edição (1933) do volume I de *Populações meridionais* se encontra na relação das "obras em preparação" o volume II (*O campeador rio-grandense*), que no entanto só em 1952 será publicado, já então como livro póstumo. Por sorte, Oliveira Vianna deixara redigida uma "Advertência", que

traz a data de 15/01/1948. Ela é extremamente esclarecedora: "Estes capítulos", diz ele, "não formam propriamente o livro que o seu título dá a invocar. Certo, constituem os elementos do volume II das Populações Meridionais, consagrado ao estudo da formação social do extremo-sul. Direi melhor – 'de uma das populações do extremo-sul'." Reconhece que "os capítulos aqui reunidos de forma mais ou menos seriada, representam simples bosquejos. Digo *bosquejos*, porque não estão nem definitivamente concluídos, nem mesmo ordenados ou sistematizados no volume, de modo a aparecerem como um todo orgânico no seu conjunto. São bocejos, verdadeiros croquis." Diz logo adiante: "Há neles, com efeito, muito que retocar e refundir, principalmente à luz da mais recente documentação, trazida a lume pelos modernos pesquisadores da história rio-grandense..."

O livro está dividido em quatro partes: I - Proto-história rio-grandense; II - Formação da sociedade gaúcha; III - História militar do Rio Grande; IV - Culturologia política da população rio-grandense. O penúltimo capítulo do livro tem por título a "Psicofisiologia do Guerrilheiro Rio-grandense" e começa assim:

> O pampa é uma arena; o gaúcho, um ginasta. Os trabalhos do pastoreio – os rodeios, as ferras, as carneagens, as pealagens, as charqueadas, com os seus exercícios violentos e a sua alegria material e ruidosa são para ele o que eram para o cidadão de Esparta o estrujilo e o disco: – a equitação jornaleira, a que se entrega por prazer e por dever profissional, enfibra-lhe os músculos, dá-lhe consistência, vigor, elasticidade. Incute-lhe na alma, ao mesmo tempo, a modernização, o domínio sobre si, e o ímpeto: fá-lo, física e moralmente, um forte (325). Era natural que o tipo étnico do campeador do extremo-sul possuísse os mais belos atributos da raça branca, inclusive a estatura (322-333). O tipo antropológico dos nossos impetuosos campeadores do Sul não podia deixar de revelar, pois – como esses açorianos e os demais elementos arianos da sua formação – esses atributos superiores de raça, de compleição e de estatura (334). Pela sua formação social e antropológica e pela sua acidentada história, o gaúcho, o campeador do Sul, é, pois, um esplêndido animal de combate (339).

Como se vê, este é um livro que bem poderia ter permanecido inédito.

História social da economia pré-capitalista no Brasil

A *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*, obra póstuma publicada em 1958 pela José Olympio, fora anunciada várias vezes

em relações de "obras em preparação". Embora os autores de uma "Nota" preparada para justificar a edição desse livrinho, no qual o autor manifestara "muita fé", afirmem que "não há tema de atualidade mais clara, mais viva, mais excitante" (sic!), a verdade é que na época da publicação o gênero de discurso de Oliveira Vianna – de simplificador e reducionista – já se tornara completamente inaceitável. Basta exemplificar com o grande final:

> O novo continente, com as suas ilimitadas larguezas, com a terra farta, fértil e ilimitada, iria dar a essa *nobreza urbana*, empobrecida pelo luxo da corte, e a esta *nobreza campestre*, também sem meios e sem recursos, a base territorial com que poderiam reverdecer as suas vergônteas e redourar os seu brasões esmaecidos (...). Esta a origem do nosso feudalismo agrário, que tem início com o regime dos donatários e que perdurou, aqui, durante quatro séculos, até 1888, constituindo a base da nossa estrutura econômica, social e política. Todos estes traços culturais da velha civilização feudal e nobiliária da Península, para aqui transplantada com aquele regime, aqui se revelaram e reproduziram com fidelidade perfeita (l86-187).

Os bandar-log e O guia Lopes, dois prefácios perversos

Em geral os prefácios são lidos como partes do texto substantivo, o corpo do livro. Considerados como simples apensos, os prefácios merecem até uma avaliação negativa, uma espécie de preconceito, que se vulgarizou, sobretudo oralmente no campo intelectual – "prefácio é aquilo que se escreve depois, coloca-se antes, e ninguém lê". Não sabemos se há uma autoria conhecida dessa frase, mas o certo é que se tornou popular. No caso de Oliveira Vianna, vários dos seus prefácios – aos seus próprios livros – são de interesse fora do comum, pois neles aprecia valorativamente a orientação dos trabalhos que produz, relaciona-os, ressaltando a coerência do seu projeto intelectual. Dois desses prefácios apresentam um caráter muito especial. Vamos chamá-los de prefácios perversos.

I

O primeiro, em termos de data, é o que se encontra nos *Pequenos estudos de psicologia social*. Está datado de "Saquarema, novembro de 1921". São apenas quatro páginas e o livro é de pequeno formato. Difícil imaginar-se, no entanto, virulência maior. Começa assim: "Conta Kipling, num dos seus livros, de um certo país dos Bandar-log, onde uma inumerável macacaria cabriolava,

nas suas costumadas travessuras, sobre as ruínas de uma antiga cidade, a 'Cidade Perdida'..." Em seguida, em poucas linhas, faz uma descrição das típicas travessuras desses macacos, que exclamavam: "não há, em todo o jungal [sic], povo tão sábio, tão bom, tão inteligente, tão forte e tão amável, como o povo dos Bandar-log" (I, II).

Depois dessa descrição sumária fortemente pejorativa do comportamento dos habitantes de "um certo país dos Bandar-log", vem a conclusão:

> Homens de estado, homens de ciência, homens de arte, políticos, legisladores, governantes, juristas, sábios, artistas, poetas, publicistas, nós temos sido, mais ou menos, como os macacos de Kipling: temos desdenhado a nossa gente e o nosso meio, como os Bandar-log desdenhavam a floresta e sua bicharia eles, filhos também dos junglais [sic] espessos e bichos também como os demais bichos da floresta. Como os macacos de Kipling, imitamos, eles os homens; nós – os super-homens. Isto é, os que julgamos superiores, os civilizados, os requintados, os progressivos, os que estão, lá do outro lado do mundo, fazendo a civilização. Cada vez que um desses fazedores de civilização se mexe, para fazer uma revolução ou para fazer a barba, nós, cá do outro lado, ficamos mais assanhados que a macacaria dos junglais (I, II). De nós é que não copiamos nada. E temos assim com a bicharada do apólogo Kiplinguiano estes pontos comuns: a inconsciência, a volubilidade e o ridículo (III).

"Conta Kipling, num dos seus livros": evidentemente é *O livro da jângal*. Utilizaremos, para citações, a tradução de Monteiro Lobato, com versão dos poemas de Jamil Almansuh Haddad (Companhia Editora Nacional, São Paulo), em que a palavra *jângal* aparece sempre sem o circunflexo e com inicial maiúscula. Em primeiro lugar é preciso que se acentue a inexistência de qualquer propósito moral no famoso livro de Kipling. Não se trata, pois, rigorosamente, de apólogo. Considerado como a expressão mais alta da sua criação literária, os críticos o classificam como "livro de contos". Mas o que importa é que a expressão "nós temos sido, mais ou menos, como os macacos de Kipling: temos desdenhado a nossa gente e nosso meio, como os Bandar-log", é uma deturpação grosseira do significado simbólico do texto de Kipling. Aproveita-se de algumas frases, de um longo e bem tramado contexto, simplesmente para ressaltar a própria representação, a convicção de que "temos desdenhado a nossa gente e o nosso meio" e *macaqueamos*, *imitamos*. Os dados para a construção do paralelo imagístico são tomados do belo contexto de *As Caçadas de Kaa – canto de caminho dos "Bandar-log"* (30-57). Mowgli, "filhote de homem", tinha que aprender a "Lei da Jangal" e as suas *palavras-mestras*; já havia aprendido a *Palavra das Aves*, dos ursos – o Povo Caçador – e do Povo Serpentino, e assim se encontrava

> a salvo de todos os acidentes possíveis na Jangal, porque nem cobras, nem aves, nem animais de pelo poderiam agravá-lo. Mowgli, no entanto, desobedecera os seus amigos e conversara com os *Bandar-log*, o "Povo macaco". Diz-lhe então o seu amigo Baloo: "ouve, filhote de homem... ensinei-te a Lei da Jangal no que diz respeito a todos os animais, menos aos macacos que moram em árvores. Eles não têm lei. São proscritos. Não têm linguagem. Usam palavras furtadas aqui e ali, pois vivem espiando e escutando de cima dos galhos o que nós dizemos cá embaixo. Seus usos não são os nossos, chefes não possuem. Também não guardam memória de nada. Bazofiam sem parar, pretendendo ser um grande povo prestes a iniciar grandes coisas na Jangal (...). O povo da Jangal os baniu da sua boca e do seu pensamento. Eles são numerosíssimos, sujos, sem brio, animados do desejo único de serem vistos e admirados por nós. Mas não atentamos neles nunca!¸ nem mesmo quando jogam nozes, ou porcarias sobre as nossas cabeças."

Era essa a avaliação de Baloo, o urso, que sabia e ensinava a Mowgli as palavras mestras da jângal a respeito do Povo Macaco, excluído da sua comunidade, e que, de todas as criaturas da jângal, só temiam Kaa, a serpente:

> temem a mim sã, confirmou Kaa, e com justo motivo. Barulhentos, doidos, mesquinhos, doidos e barulhentos: eis o que são os Bandar-log. Um filhote de homem em semelhante companhia está mal (...). Mowgli não pôde deixar de rir-se quando vinte macacos, guinchando a um tempo, começaram a provar-se a loucura que seria deixar a sociedade dum povo tão sábio, tão forte e tão famoso como eles eram. Somos o povo mais notável da Jangal. Todos nós pensamos assim, logo é verdade, gritavam em coro...

Torna-se evidente que Oliveira Vianna efetua uma deturpação deliberada ao se referir a "certo país dos Bandar-log, onde uma inumerável macacaria cabriolava, nas suas costumeiras travessuras, sobre as ruínas de uma antiga cidade, a Cidade Perdida...", omitindo a personagem central, Mowgli, o menino-lobo, os seus amigos e companheiros da jângal, e a oposição deles, cujas palavras-

-mestras aprendera – palavras do Povo Caçador, Palavra das Aves e do Povo Serpentino –, ao Povo Macaco, que vivia no alto das árvores e ao qual desprezavam, por julgá-lo totalmente diferente, não respeitador da lei da jângal. Eles não são, pois, "macacos de Kipling", mas sim macacos dos mestres da jângal.

Essa deturpação revela como a representação do Brasil como um país de *imitadores* invoca não apenas o verbo *macaquear*, mas leva o autor a tomar a representação fortemente negativa que uma parte dos animais da jângal faz de outra parcela de seu próprio universo – isto na fantasia de Kipling – para ilustrar, mediante uma transdominação perversa, a sua representação de um Brasil que não cria nem olha para si mesmo, apenas reproduz o que vê e admira nos outros, estrangeiros, *civilizados*.

II

O segundo "prefácio perverso" é o que se encontra no livro *Problemas de política objetiva*, datado de 1930 (Companhia Editora Nacional, São Paulo). Este livro é dedicado ao estudo dos problemas: I - da revisão; II - da liberdade; III - dos partidos; IV - do governo; V - da nacionalidade. Como o primeiro, é um prefácio curto, de quatro páginas, mas no qual o autor utiliza o mesmo recurso simbólico:

> Lendo a *Retirada da Laguna*, de Taunay, o que se recolhe, afinal, da leitura de todas aquelas páginas, maravilhosas de simplicidade e eloqüência, a impressão última que nos fica, como resíduo de tantos episódios comoventes, é que todos aqueles homens – quase dois mil no início da marcha – foram vítimas inconscientes de um erro colossal (...). Os que planejaram a expedição e os que chefiaram a expedição não sabiam nada do mundo em que iam mover-se e agir. Nada; nem da Terra; nem do Clima; nem da Flora; nem da Fauna; nem do Homem...

Planejadores e executores não sabiam absolutamente *nada* do que importava saber, segundo a representação obsessiva de Oliveira Vianna:

> Sente-se que todos aqueles estrategistas, todos aqueles professores de engenharia militar desconhecem inteiramente o ambiente que os envolvia, a natureza que os cercava. Tinham de tudo aquilo noções teóricas e genéricas, aprendidas nos livros e nada mais. Levaram cuidadosamente bússolas, outros instrumentos preciosos de ciência e complicadas cartas geográficas; mas nada disto lhes serviu para coisa alguma. Entrados naquelas solidões, postos frente a frente da realidade, sentiram-se completamente desorientados. A *Realidade* não se apresenta como um domínio que fica além de um certo saber – inatingível para os que *nada sabem* da terra, do clima, da flora, da fauna, do homem. Ela só se revela a um saber de outra ordem. E assim, aqueles oficiais e soldados marchavam ao acaso, cegos por inteiro aos segredos daquela terra prodigiosa. Um homem do povo, um jeca de barbicha rala, um campeiro rude e analfabeto salvou-os a todos da ruína completa. Este homem foi o Guia Lopes.

É que ele, o *guia* Lopes, o homem providencial, era possuidor de qualidades singulares:

> Por mais paradoxal que isso pareça, no meio de tanta gente sabida, este matuto ignorante era o único que *via* na expedição, o único que *sabia*, o único que tinha a verdadeira ciência daquela terra (...). Ele tinha o sentimento da realidade – e os outros, não. Os outros raciocinavam: ele intuía. Os outros sabiam pela razão, ele, pela intuição. Por isso, ele sabia, os outros não (...). Em certo momento, foi o verdadeiro chefe da expedição. Realmente, ele era o único que sabia, no meio de todo aquele vistoso grupo de sábios que não sabiam nada.

Chegado a esse ponto, Oliveira Vianna oferece-se como um *guia Lopes*:

> Na esfera política e constitucional, as nossas elites dirigentes não estão mais informadas do que na esfera militar: nesta, como naquela, o seu desconhecimento da terra e do povo é completo. O objetivo principal deste livro é justamente mostrar como seria possível corrigir este desconhecimento e os males que dele derivam, procurando trazer aos centros do governo e da administração, por meio do mecanismo engenhoso dos Conselhos Técnicos, a colaboração de todos os homens de boa vontade, práticos, experientes, que, embora não pertencendo à classe política, estejam contudo – tal como aquele, obscuro campeiro da "Retirada da Laguna", em contato mais direto com a nossa Realidade e, por isso mesmo, mais senhores das suas idiossincrasias, das suas intimidades e dos seus segredos.

Candidatou-se, assim, Oliveira Vianna, que não pertencia "à classe política", ao cargo de *guia Lopes*, e não tardaria a ocupar uma posição parcialmente equivalente, como consultor e parecerista do Ministério do Trabalho (1932-1940), em matéria de direito corporativo e sindical. Certamente é falsa

a descrição do guia Lopes como "homem do povo, um jeca de barbicha rala, um campeiro rude e analfabeto". Era grande proprietário, criador de gado na estância Jardim, às margens do rio Miranda, e pelo retrato que se conhece, tirado um ano antes do início da guerra, não tinha barbicha rala e trajava-se com requinte (ver *Vultos e fatos de nossa história*, general João Ferreira de Oliveira, Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1959, 39-54).

Nada disto importava para Oliveira Vianna – nem o significado exato do *Livro da jângal*, nem o verdadeiro papel do *estanciero* José Francisco Lopes na *Retirada da Laguna.* O que procurava era imagens fortes para seu discurso, inúmeras vezes reescrito, sobre o *povo de imitadores* que somos, sobre a *incapacidade das elites políticas* e sobre o *desconhecimento da realidade nacional*.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

"O tipo brasileiro. Seus elementos formadores"

O estudo em questão foi preparado, certamente por encomenda, para o *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, comemorativo do primeiro centenário da Independência (incluído no vol. 1, 277-290, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922). Não é fácil estabelecer se foi escrito antes, simultaneamente ou depois do trabalho feito, também por encomenda, para o censo de 1920 mas só publicado no mesmo ano de 1922. É que o Instituto Histórico desde 1915 (sessão de 15 de agosto) havia aprovado uma proposta de E. Roquette Pinto e Max Fleiuss no sentido de que a instituição organizasse um *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico* do Brasil, cujo 19° volume, pelo menos, aparecesse a 7 de setembro de 1922. Foi nomeada uma comissão diretora, de que foi presidente B.F. Ramiz Galvão e da qual, naturalmente, fizeram parte os autores da proposta. Essa comissão só iniciou os seus trabalhos em junho de 1917.

É de certo modo estranho que a incumbência de escrever um estudo sobre "o tipo brasileiro e seus elementos formadores" tivesse sido atribuída a Oliveira Vianna, quando se sabe que um dos autores da proposta de organização do dicionário, E. Roquette Pinto, era já na época antropólogo consagrado e diretor da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Mais ainda: em 1922, Roquette Pinto já avançara muito na sua pesquisa científica sobre as características antropológicas da população brasileira. No relatório de Bruno Lobo (*O Museu Nacional durante o ano de 1922*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1923), Roquette Pinto adianta vários resultados, ainda provisórios, mas

constituídos com os resultados obtidos de seiscentas fichas antropométricas femininas e 1.127 masculinas (*op. cit.*, 96). Disse que parece estranho, mas é também lamentável, pois Oliveira Vianna, bacharel em direito, tinha uma visão distorcida das questões fundamentais da antropologia biológica, para as quais Roquette Pinto, médico, com saber comprovado em biologia (doutorado e livre docência na Faculdade Nacional de Medicina), se achava dotado de *competência profissional*.

Lamentável, porque o ensaio de Oliveira é preconceituoso, infundado e distorcido. Além disso, o seu discurso revela-se aí grosseiro e perverso. Na parte A-1, com o título de "dados somatológicos", ao qual não corresponde o conteúdo, afirma que, entre nós

> o problema das raças não apresenta, no ponto de vista político, nenhuma complexidade. E em nenhum país do mundo coexistem, em tamanha harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade, os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Francos a todos, os vários campos de trabalho, desde a lavra da terra às mais altas profissões. Quanto aos direitos políticos, não figura em nossas leis, entre as condições da sua investidura, o critério das raças (226-227).

Depois dessa visão *legista*, expõe o que seria a verdadeira *natureza* do problema: "Essa extrema simplicidade do étnico em nosso país quando vista sob o aspecto político, desaparece, entretanto, quando o encaramos sob o ponto de vista puramente científico, que é o da Etnologia e da Antropologia."

Ele vê, então,

> a complexidade de tipos antropológicos (...) acrescida pela complexidade dos tipos psicológicos. Cada uma das três raças formadoras tem a sua mentalidade própria; de modo que a psique nacional resulta do conjunto de três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura interna (...). Os tipos cruzados, diversíssimos no ponto de vista psicológico – e a sua mentalidade é a mistura incoerente e heterogênea dessas três mentalidades irredutíveis: a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado (277).

Em seguida aprecia (tópico 2), com apoio de dados estatísticos, "a distri-

buição geográfica das três raças formadoras e seus mestiços". Destaca sobretudo "quanto é formidável a concentração dos elementos arianos na região centro-sul (Rio-Santos), onde, em cinco anos apenas, se condensa mais de meio milhão de imigrantes das melhores raças européias". No tópico 3 – "O tipo antropológico do brasileiro; dificuldades da sua determinação" – reconhece que as três raças apareceram em doses desiguais, em vários pontos do nosso território, geram desta arte, uma multiplicidade de tipos somatológicos, absolutamente irredutíveis a um tipo geral e comum" (280). Para ele o "tipo branco, preponderante nas grandes cidade do litoral e do planalto, impera sem contraste nas regiões coloniais. Nestas, especialmente no Paraná, no Rio Grande e em Santa Catariana, ele aparece, por assim dizer, inteiramente puro, quase sem mescla com as raças interiores".

O tópico 4 aborda "O sentido arianizante da nossa evolução étnica – o erro de Lapouge". Para Oliveira Vianna, a grande diversidade somatológica, no passado e no presente, com o tempo será reduzida – sob a ação de "fatos seletivos", o "futuro tipo antropológico do brasileiro será o ariano modelado pelos trópicos" (281). Nesse texto, de 1922, ele expõe clara e firmemente a sua presunção de que o brasileiro do futuro, por maior que seja o grau de arianização da nossa população, não deixará de ser "o homem moreno, que sempre foi". *Ação dos trópicos – homem moreno*, parece que aí estão os fundamentos da *tropicologia* e da *morenidade* assumidas por Gilberto Freyre muitos anos depois. Certamente o termo *arianização* é que se tornou um estigma para Oliveira Vianna.

Os seus argumentos são de ordem estatística, como tinham sido os utilizados por J. Batista de Lacerda em 1911. "O primeiro fato que nos leva a concluir pela futura arianização do nosso povo é a redução do coeficiente da massa negra e mestiça em nossa população. É o que se vê no quadro estatístico, extraído dos recenseamentos de 1872 e 1890." Não faz, entretanto, nenhuma referência ao fato de que em 1911, na sua comunicação ao Primeiro Congresso Universal das Raças, "Sur les métis au Brésil", J.B. de Lacerda havia apresentado, "para documentar a afirmação de que o negro em menos de um século terá possivelmente desaparecido da nossa população", um *Diagrama da Constituição Antropológica da população, organizado segundo as estatísticas oficiais de 1872 a 1890*, por E. Roquette Pinto (ver L. de Castro Faria, "Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. História-Bibliografia", *Boletim* do Museu Nacional, Antropologia, nº 13, Rio de Janeiro, 1952). Não se falava em arianização, mas em *branqueamento*.

Trata-se de uso perverso da estatística: "A população branca tem, em nosso país, uma fecundidade superior à da raça negra e, mesmo, à da raça americana. É uma verdade para cuja demonstração não nos faltam sequer os dados positivos das estatísticas." Compõe, então, um quadro para a população livre, dividida por grupos étnicos – brancos, mulatos, índios, negros, as mesmas relações de natalidade e mortalidade. "Este último quadro", afirma ele, "nos diz da formidável ação destrutiva das seleções étnicas e patológicas, quando possuem uma mortalidade superior à sua natalidade. De maneira que se não fosse a permanente renovação da massa escrava pelo afluxo contínuo de negros vindos da África, a população das senzalas estaria condenada a uma rápida destruição" (282). Note-se que esses dois quadros figuram igualmente no capítulo "Evolução da Raça", do ensaio *O povo brasileiro e sua evolução*, publicado, como já vimos, pela Diretoria Geral de Estatística (l922 – Censo de 1920); em seguida, com o título modificado para *A evolução do povo brasileiro* (Monteiro Lobato, 1923; Brasiliana, 1933, 1938; José Olympio, 1956).

Os dois textos – um preparado para o censo, outro para o *Dicionário* – são irmãos gêmeos. Há, no entanto, diferenças na redação. Compare-se, por exemplo, o trecho transcrito acima, do ensaio preparado para o dicionário, com o trecho do ensaio publicado pela Diretoria Geral de Estatística: "Este quadro dá-nos uma revelação assombrosa. Sente-se ao vivo, na sua dramaticidade dantesca, a formidável ação destrutiva das seleções étnicas e patológicas no interior das senzalas..." Em qualquer delas a linguagem é aviltante.

No tópico 5 insiste no "trabalho arianizante das seleções étnicas" e aí aparece, explícita, a menção já feita ao "erro de Lapouge":

> Essa involução africanizante, prevista por Lapouge, não só tem para combatê-la a massa de 100.000 imigrantes da melhor prosápia ariana, que aqui entram anualmente, não só para corrigi-la e impedi-la a alta fecundidade da população branca nativa, como tem contra si a ação insuperável das seleções étnicas, trabalhando na intimidade da massa mestiça no sentido de aumentar-lhe cada vez mais o coeficiente do sangue ariano. É esse um ponto que naturalmente escapou à sagacidade de Lapouge e de Le Bon, cujo juízo sobre a nossa raça é também do mais desolante pessimismo (283).

Alinha dados sobre casamentos interétnicos relativos a 1918 e 1920 e conclui: "Por esses dados constatamos como é intenso o caldeamento da nossa gente com a gente nova e sadia, que aqui entra trazendo, na pureza ariana do seu sangue, a regeneração do nosso, abastardado pela fusão de sangues inferiores" (283).

A parte B, com quatro tópicos, é dedicada ao tema geral designado "Os

dados psicológicos". O primeiro trata dos "elementos formadores do tipo mental brasileiro"; o segundo da "psicologia do índio e do negro e do seu mestiço"; o terceiro da "psicologia do contingente branco, sua fusibilidade"; no quarto trata dos "descendentes dos colonos arianos. Conclusão sobre a função do elemento ariano na nossa economia social".

Para ele, o indígena (designado pomposamente *Homo Americanus*) e o negro (*Homo Afer*, na sua terminologia pretensamente científica), se são "poliformes do ponto de vista morfológico, o são mais ainda do ponto de vista psicológico". Os seus enunciados são desse gênero:

> Entre o negro e o índio, por exemplo, embora ambos pertençam a um tipo inferior, é profunda a diferença de mentalidade. O índio, cuja inteligência não parece superior à do negro, possui um caráter, cujo traço dominante é a altivez. Embora deixando-se seduzir por certos aspectos da nossa civilização, o selvagem não tem o culto do homem branco, como o negro; não o imita, não o macaqueia, não lhe aceita a ascendência. O negro pode não se acivilizar por incapacidade mental para assimilar a civilização do branco, mas não porque o desdenhe, ou a repugne; o índio, ao contrário, não se civiliza, porque desdenha e, mesmo, repugna *a* nossa civilização (285).

Todas as suas considerações e exemplos são de tal forma preconceituosos e infundados que não merecem comentários alongados. Trata-se de resquício de um psicologismo bacharelesco, haurido talvez no livro de Hans Gross, *Guia prático para a instrução dos processos criminais* (traduzido por João Alves Sá, "da tradução italiana sobre a IV edição alemã, com aditamentos originais do Dr. M. Carrara, professor de Medicina Legal na Universidade de Turim", editado no Porto, em 1909). Oliveira ensinou essa disciplina e o seu programa mostra que se prepara seriamente para o encargo. No livro de Hans Gross há um capítulo (IV, 263-270) sobre "Os ciganos (zingari), e os seus caracteres". Começa com a seguinte afirmação, feita por um autor que convivera com eles algum tempo: "As suas qualidades morais apresentam uma singular mistura de vaidade e de vulgaridade, de momice, de seriedade e leviandade, uma falta quase total de senso viril e de inteligência, acompanhada de uma ingênua perfídia e de astúcia, complementos ordinários de uma ignorância geral..." Hans Gross era professor de direito penal na Universidade de Graz e afirma no prefácio à edição alemã: "Há já doze anos que com a edição deste livro eu dei uma grande importância ao desenvolvimento da psicologia criminal subjetiva..." É nesse *psicologismo* ingênuo que se nutre o discurso bacharelesco sobre a "psicologia" diferencial das "raças".

As representações preconceituosas não se limitam aos atributos negativos das "raças inferiores". Para Oliveira Vianna, o colono alemão, ao contrário do luso, tem o gosto e o instinto da vida rural. "O colono alemão, rural por vocação e gosto (...) Prefere afluir para as regiões onde domina a pequena propriedade, para o Paraná, para Santa Catarina..." (288).

Na parte final, ou quarto tópico, ele proclama a sua convicção: "veremos então esses neobrasileiros, filhos e netos de lusos, de italianos, de alemães que nos parecem hoje deprimidos pelo clima, revelarem a soberba estrutura moral de que são dotados, as suas esplêndidas reservas de energia e tenacidade, acumuladas pela hereditariedade". Eles serão "capazes de fornecer a essa massa inumerável de mestiços improgressivos, que formam o grosso das nossas populações do Norte e do Sul, esses elementos de direção e de comando, sem os quais elas jamais poderão sair daquela *inação e indigência*, de que já falava, há século e meio, o marquês de Lavradio".

Sublinhem-se as expressões *elementos de direção e de comando*, fornecidos por contingentes dotados de "soberba estrutura moral" e "esplêndidas reservas de energia e tenacidade", pois elas representam as primeiras manifestações da temática central do seu projeto "político" – preparação de elites dirigentes, como único meio de se *construir* o Brasil, retirando-o da *anarquia*, organizando-o, impondo-lhe ordem e solidariedade, em todos os níveis.

"Crédito sobre o café"

Reuniu-se em São Paulo em outubro de 1927 o Congresso do Café. Oliveira Vianna compareceu como representante do estado do Rio de Janeiro, em função do cargo que então ocupava de diretor da Carteira Comercial e Financeira do Instituto de Fomento e Economia Agrícola Fluminense, levando a tese 110, "Crédito sobre o café", impressa posteriormente pela Papelaria Melo (rua São José, 50, Rio de Janeiro).

É um trabalho rigorosamente técnico, no qual são debatidas as questões propostas pela conjuntura, logo de início definida: "Diante do que os fatos mais recentes estão mostrando, parece-nos perfeitamente dispensável insistir sobre a legitimidade e a fecundidade da política da defesa do café, realizada pela ação conjunta dos vários Estados produtores. Pode-se considerar geral a convicção de que sem ela os interesses da lavoura cafeeira estariam condenados à ruína." Diz que o "plano de limitação de empresas" foi "executado pelos Estados produtores com o maior rigor e com êxito sabido".

Como essa limitação era exercida exclusivamente "sobre o setor co-

mercial", julga indispensável que ela traga o seu conseqüente lógico: o crédito. "Crédito e limitação formam os termos de um binário indissociável (...). O adiantamento ao produtor é, portanto, o corolário necessário à política da limitação" (11). Analisa, então, as formas possíveis e convenientes de concessão desse crédito. Essas formas seriam: 1) compra, por parte do Estado, do café sujeito a limitação; 2) penhor agrícola; 3) penhor civil ou comercial. Discute com largo uso de fundamentação jurídica todas as dificuldades decorrentes da possível utilização do "bilhete de mercadoria", do "*warrant*". Diz que "o expediente da *warrantagem* daria, entretanto, a solução ideal para o problema do crédito sobre o café. Ele permitiria a mobilização do valor do produto depositado, pela circulação do conhecimento de depósito, e a mobilização do crédito, pela circulação do 'warrant', com a garantia real, que os bilhetes de mercadoria não podem dar" (31).

A sua proposta é fundamentalmente da natureza jurídica:

> Urge, portanto, criar este quadro legal. Ora isto só poderia ser feito por uma reforma da nossa legislação civil e comercial, partida da única fonte legítima, que é o Congresso Nacional. Esta reforma seria simples. Bastaria que uma lei federal tornasse extensiva aos estabelecimentos de depósitos denominados *Reguladores*, a faculdade, de que gozam os armazéns gerais, de emitir, como estes, títulos de conhecimentos de depósito e de warrants.

A sua argumentação, ampla e fundamentada, no gênero *parecer*, tem como conclusão um projeto de lei sobre *Reguladores e instituições congêneres*, com cinco artigos. O exemplar apreciado traz a seguinte dedicatória: "Ao ilustre presidente Dr. Feliciano Sodré, com a mais sincera admiração pelas suas altas qualidades pessoais e políticas. Homenagem pequena e modesta do..."

"Formation ethnique du Brésil colonial"

Trata-se de uma separata da *Revue d'Histoire des Colonies*, n° 5, 1932, 433-450. Foi apresentada como comunicacão ao Congresso Internacional de História Colonial, realizado em setembro de 1931.

É realmente lamentável que esse trabalho, totalmente desprovido de fundamentação e equivocado nas suas suposições, tenha sido apresentado a um congresso no exterior e publicado em francês. O autor discorre sobre quatro tópicos: I - "função etnogênica das aldeias indígenas"; II - "função etnogênica das aldeias-engenhos": III - "função etnogênica da nobreza"; IV - "função etnogênese das regiões costeiras". Para o autor,

> as aldeias davam aos índios a possibilidade de satisfazer aquilo que constitui a base do seu subconsciente coletivo, uma sorte de tropismo psíquico, o sentimento de clã, a afinidade de raça, a preferência pelas pessoas do seu sangue e do seu tipo. A aldeia era pois um centro de puros-sangue (*full-bloods*, no texto francês) indígenas: elas os preservavam da mestiçagem, retendo-os no seu círculo (455). A aldeia tinha um papel mais importante: era igualmente um centro de reconstrução desses elementos puros, uma vez que fossem alterados pela mestiçagem.

O disparate é total.

Com relação à *função etnogênica dos engenhos*, sustenta que "era o centro característico dos puros-sangue negros, como a aldeia o era dos puros-sangue índios. Seriam, além disso, verdadeiros aparelhos de irradiação de mulatos: sua função específica era a conservação dos elementos negros puros. Eis porque afastavam para longe, no seio do baixo meio da população livre, os mulatos que aí nasciam" (440).

Com relação à *função etnogênica da nobreza*, sustenta que "na sociedade, ao lado da aldeia e da usina de açúcar, havia o centro de puros-sangue arianos: era a aristocracia local, a classe dos 'homens-bons' – que era chamada a nobreza do país". Com relação à *função etnogênica das regiões costeiras*, diz que trata de "espécie de região marginal, intermediária", não utilizada, "supérflua para atividade dos engenhos". Nessas *terras marginais* estabeleceu-se uma população livre, que havia escapado "da servidão dos engenhos ou da disciplina das aldeias". Nessas "terras supérfluas dos latifúndios" vivia uma população "excessivamente heterogênea composta de índios, de mestiços, de mulatos livres, de negros libertados, em parte fixa, em parte nômade" (447). Essa *zona intermediária*, para a qual afluíam

> brancos pobres, índios que deixaram suas aldeias, mestiços, vagabundos, sem casa, nem domicílio fixo, mulatos nascidos nos engenhos e alforriados, negros, na maioria sudaneses, que haviam pelo próprio esforço conquistado a liberdade [teria tido um] papel culminante na nossa evolução étnica. É nela que se realiza o grande processo de transformação da raça no nosso solo. Ela se torna o campo por excelência de contato e fusão dos três tipos étnicos: o africano, o aborígene, o ariano.

Para concluir exclama: "*et c'est un beau spectacle de les y voir, pendant*

les trois siècles coloniaux, se précipitant dans le 'melting-pot' pour 'l'oeuvre prodigieuse de la fusion" (449). Este o fecho de comunicação apresentada a um Congresso Internacional de História Colonial.

"As novas diretrizes da política social"

Numa conferência pronunciada em 30 de agosto de 1939 na Escola de Serviço Social, com o título de "As novas diretrizes da política social", Oliveira Vianna aborda a mesma questão que irá tratar em 25 de novembro seguinte, no Palácio Tiradentes, em ciclo de palestras promovido pelo DIP. A abordagem, no entanto, é diferente: leva em conta, sem dúvida, o lugar onde fala e o público que o escuta. Convidado pela diretoria da Escola de Serviço Social, "numa palestra e chã" dirá "do novo conceito e dos novos objetivos da política social e das suas relações com a assistência social".

Discorre primeiro sobre "O regime do trabalho antes da proteção do Estado", sobre "A velha política da proteção e sua insuficiência", para chegar à conceitualização: "A nova política social e seus cinco problemas". Estes seriam: 1) o da modificação da mentalidade da classe patronal; 2) o da modificação da mentalidade do próprio operariado; 3) o da constituição do que se poderia chamar o ambiente material e social, isto é, o clima físico e moral próprio a fazer ressurgir e desenvolver, na consciência do trabalhador, o sentimento da sua dignidade humana e da sua elevação social; 4) o problema da organização da capilaridade social da classe trabalhadora; 5) a oficialização da assistência social, elevando-a à condição de serviço público, mesmo quando realizada por iniciativa privada.

Sustenta finalmente, ao falar do "nosso clima social e espiritual":

> Não tivemos que lutar contra linhas de cor, contra antagonismos de classes, contra ódios de raças. Somos um dos povos mais brandos, mais sensíveis, mais generosos do mundo. Por toda parte, a caridade transborda, desordenada, incontida, abundante, inexausta: o quadro demonstrativo das instituições beneficentes e filantrópicas, atualmente existentes no país, e que acaba de ser publicado [a nota nº 25 dá a relação dessas instituições] (...) mostra que por todo o território nacional, das fontes generosas do coração do povo está manando, em torrentes, o "leite da bondade humana" (25).

No texto "A política social da Revolução", é outra a retórica usada.

"A política social da revolução"

Foi este o título da conferência pronunciada no Palácio Tiradentes em 25 de novembro de 1939. Está publicada na série *Estudos e Conferências*, nº 1, de 19 de abril de 1940, uma criação do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo.

Como manifesto de adesão e reconhecimento é transparente; como reafirmação do seu projeto político é categórico: "Havia alguém, colocado justamente no centro do Governo, que conteve impacientes; este alguém, esta força moderada foi o chefe do governo revolucionário. Com a sua visão realista e pragmática, ele soube colocar a questão social dentro do quadro das nossas realidades..." Depois de afirmar que "a obra social da revolução, das mais belas que se tem realizado em nome do povo", é de Getúlio Vargas, faz questão de ressaltar "ser ela uma iniciativa do Estado, uma outorga generosa dos dirigentes políticos – e não uma conquista realizada pelas nossas massas trabalhadoras. Estas não tinham nenhuma solidariedade, nenhuma arregimentação, nenhuma organização que lhes desse força e prestígio bastantes para impor ao Estado uma orientação em seu favor" (5, 6). Repete sempre: "esta massa que não tinha organização própria, nem partido seu, vivia por assim dizer diluída em quadros dos nossos partidos políticos, como uma massa anônima e incaracterística, dotada apenas de direito a voto..."

Comparadas as condições de vida das classes trabalhadoras de antes da revolução com as condições do momento em que escreve, "depois de menos de um decênio de política social", afirma ele que "é fácil de ver que estas classes estão, hoje, numa situação de segurança material e jurídica, de organização e consciência profissional, que não encontra paralelo em qualquer fase anterior da nossa história social" (7-8). As transformações segundo ele ocorridas podem ser classificadas em quatro grupos: transformações de *ambiente*, de *estrutura*, de *posição* e de *mentalidade*. Com relação às mudanças no *meio social*, quem as observa recebe "uma impressão de rara *beleza cristã*", diz. *A política social da revolução* produz desde o início "transformações do ambiente material, moral e jurídico" (13).

O problema maior a ser enfrentado, segundo ele, "era o da solidariedade social, da organização dos trabalhadores em grupos profissionais, organização que, no fundo, não é senão um capítulo desse problema mais vasto, e até agora incompletamente resolvido – da organização social do nosso próprio povo". É impressionante a repetição incontável dessa temática: é preciso falar de *desorganização*, constatar a sua existência, para então conceber um projeto

de organização.

Oliveira Vianna tem a delegação do Estado para falar de política social da revolução, tem a autoridade de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, cargo que desempenha com a legitimidade de um saber consagrado. Ele sustenta que "há entre nós, uma política sindical, que se caracteriza pela permanência e pela constância de determinados princípios, estabelecidos logo cedo, na primeira legislação sindical da Revolução, e até agora seguidos com invariável rigor". São três os *princípios*: 1º) "deliberada e taxativa dissociação deste binário histórico, característico das organizações sindicais dos velhos povos europeus: – o binário sindicalismo-socialismo". É sindicalismo que não é

> nem revolucionário, nem reformista, não está com Marx, nem com Bernstein; não pertence nem à IIª nem à IIIª Internacional; não vem nem de Amsterdam, nem de Moscou (...). O nosso sindicalismo, ao contrário, é profissional, corporativo, cristão. Não pretende a reforma social. Não prega, nem pratica, a luta de classes. Não reconhece o marxismo revolucionário, nem o marxismo reformista. Busca nas encíclicas dos grandes papas, em Leão XIII e em Pio XI, a sua inspiração de princípios. É na Carta de Maliner que ele encontra o padrão das suas formas de ação (14, 25).

2º) "Separação rigorosa entre nossas organizações sindicais e os partidos políticos"... "entre nós, essas duas formas de organização social do povo – a *profissional* e a *partidária* – caminham separadas e distintas" 3º) decorrente dos dois anteriores: "O Sindicato, em nosso país, não é tanto uma técnica de organização profissional, mas antes de tudo, uma técnica de organização *social* do povo" (15). Pouco adiante reforça essa concepção: "O pensamento íntimo, o grande pensamento da nossa política sindical é organizar o povo; é dar-lhe estrutura, articulação, ossatura; é criar-lhe esses centros de solidariedade social, esses nódulos de vida e de consciência coletivas, que a nossa evolução histórica – já o demonstrei alhures – não permitiu que se constituíssem" (16).

Nesse trecho faz Oliveira Vianna soar, pela milésima vez, a mesma tecla. É um pensamento obsessivo, exposto no seu livro de estréia e sempre retomado, sem nenhum retoque, sem qualquer concessão ao tempo, imutável até mesmo na forma. Repete-se:

> Por mais paradoxal que isto pareça, *esta ausência do povo* era o traço característico do velho Estado democrático, que o movimento de 30 derrocou. Por força mesmo do seu postulado fundamental, que estabelecia uma nítida separação entre a esfera do direito público e a esfera do direito privado, isto é, entre o Estado e o povo (18, 19). O Estado liberal-democrático, que o movimento revolucionário de 1930 destruiu, havia-se tornado, destarte, um sistema de governo, cuja característica principal era justamente a *ausência do povo* (20, grifo nosso).

E soa ainda monocórdio: "Eis aí a obra da política social da Revolução. O povo, que estava ausente do Estado, foi chamado a ele." E quem fez isto foi "o homem de Estado" que "encarnou e preside" essa obra. É um bom exemplo do panegirismo das publicações que o DIP apadrinhou.

"O homem brasileiro e o mundo de amanhã"

Uma das muitas publicações custeadas pelo Estado Novo (empresa A Noite, superintendente: L.C. da Costa Neto), *Letras Brasileiras* anunciava no alto da capa, logo abaixo do título: "Aqui se reúnem estudos, ensaios, dados e informações sobre as letras brasileiras, os seus cultores e as influências que a inteligência tem exercido na formação nacional." Na contracapa, uma informação sobre o seu caráter e a sua periodicidade: "*Letras Brasileiras* não é propriamente uma revista. Trata-se simplesmente de uma publicação de caráter cultural e de feição divulgadora, sem data obrigatória de saída e sem o caráter sistemático de zine. É mais uma contribuição que a organização jornalística A Noite traz ao público brasileiro no seu interesse de manter um contato cada vez mais íntimo entre o povo e os representantes da inteligência e cultura do Brasil." O diretor era Heitor Moniz.

No número de setembro de 1943 aparece o artigo de Oliveira Vianna com o título "O homem brasileiro e o mundo de amanhã" (52-5), encimado pela frase "Somos uma raça de homens profundamente individualistas". O autor é classificado como "sociólogo, pensador, político, historiador e jornalista", e isto deixa bem evidente que nesse momento era reconhecido não apenas como autor e polígrafo, mas também, de certa forma, como militante.

Neste artigo, como em quase todos os seus escritos, Oliveira Vianna usa a auto-referência para sustentar e renovar as suas convicções e vidências: "Há cerca de vinte anos, ao publicar o meu livro de estréia – *Populações Meridionais do Brasil* – eu alertava o espírito, um tanto descuidado, das nossas camadas políticas" (52). E volta a insistir no problema da *organização* e da mudança de *métodos* – "métodos de educação, métodos de legislação, métodos de governo". Mais uma vez também faz vibrar a mesma tecla: "Este problema se

reduz, no fundo, ao problema da reeducação das nossas elites dirigentes. Digo 'elites' porque sou dos que acreditam que os povos contam pelo teor moral e intelectual das suas classes dirigentes e que as nações se salvam, ou perecem pela capacidade ou incapacidade das suas elites."

É preciso lembrar que escreve em 1949 ao apreciar este argumento de prova: "Os Estados Unidos e a Inglaterra nos dão o exemplo magnífico dessa função primacial das elites de verdade, do papel fundamental que uma sucessão de gerações de homens realmente superiores podem exercer na marcha ascensional de um povo ou na irradiação de um sistema cultural ou de civilização" (53).

Mais uma vez retorna à formulação primordial:

> Somos uma raça de homens profundamente individualistas; mantemos ainda uma mentalidade de pioneiros, de desbravadores, de sertanistas, de fronteiriços – de bandeirantes, em cuja consciência ainda não se puderam consensar estes profundos sentimentos de "grupo", e de "Nação" tão característicos do povos saxônicos, germânicos e escandinavos.

Adverte:

> não se nutra a ilusão de que, com a vitória das democracias que se aproxima, o individualismo voltará ao mundo. Nada mais errado supor que, vencidos os povos do grupo totalitário, o Estado irá perder a sua influência, retomando à sua condição meramente policial a limitação do seu intervencionismo, tal como propugavam os velhos doutrinadores do puro Estado Liberal. Não há neste ponto reversibilidade possível: o Estado se afirmará cada vez mais neste novo ciclo da história que se vai abrir ao mundo, embora sem os rígidos métodos dos regimes totalitários (55).

A sua visão é a de que "neste novo ciclo da história", que se abrirá com a derrota dos regimes totalitários, emergirá um *Estado Novo* cuja marca será o *Solidarismo*, que exigirá para a composição dos seus quadros dirigentes "um tipo de homem e de cidadão completamente diferentes não só nas suas idéias como, principalmente, nos seus 'sentimentos' do homem e do cidadão do Estado Liberal" (55).

Os *grandes povos*, segundo ele, estão transformando os seus sistemas de ensino, no sentido de inculcar sentimentos de grupo, e "este problema tem, em nosso país, uma atualidade absoluta. O sentido do sistema político contido na Constituição de 37 é, justamente, os destes grandes Estados modernos: o de reação contra o individualismo, de gravitação para o grupo" (55). E volta a lembrar que sempre dissera isto: "A ausência de sentimento do grupo (*profissional*, *local*, ou *nacional*) é uma das linhas de menor resistência de uma organização nacional" (55). Daí que: "Em face da Constituição de 37, a educação da nossa mocidade, na parte que toca à educação cívica, tem que se desenvolver dentro destas grandes linhas de preocupações solidaristas. Este é o novo sentido da educação da mocidade brasileira." Oliveira Vianna, como se vê, depositava firme confiança no Estado Novo, que por sua vez *autorizava* a sua autoridade intelectual.

"Programa de teoria e prática do processo criminal"

Trata-se de um folheto de doze páginas, impresso na Tipografia do *Jornal do Comércio*, em 1924. No alto lê-se "Faculdade de Direito de Niterói. Equiparada às Faculdades de Oficiais da União, oficial do Estado do Rio de Janeiro e Subvencionada pelo Governo Federal. Rua Visconde do Rio Branco, 15. Niterói – Estado do Rio de Janeiro." Logo abaixo do título: "5º ano. Apresentado pelo Professor Catedrático Dr. J.F de Oliveira Vianna". Na última página esta frase é repetida e abaixo lê-se: "Aprovado pela Congregação. Secretaria, 22 de março de 1923. Camilo Guerreiro, Secretário".

Pouco depois da morte de Oliveira Vianna, o periódico *Letras Fluminenses* (nº 6, março/julho de 1951) dedicou um número de catorze páginas a sua vida e obra. Aí se encontram variado material informativo, alguns artigos assinados de teor panegirístico e várias notas apócrifas.

Uma delas, intitulada "Oliveira Vianna, professor", diz: "O que parece estranho – e poucos sabem – é que haja ali (Faculdade de Direito de Niterói) professado direito judiciário penal – ou seja: *processo penal*; mais propriamente ou mais incrível: *prática do processo penal*. Quando se fundou a Faculdade, foi aquela a cadeira que lhe tocou." Segue-se menção ao "delicioso humor com que falava dos seus começos", quando teria entre os seus alunos o já então famoso Evaristo de Moraes, que se formara exatamente em 1916, quando Oliveira Vianna começara o seu magistério, e a *Teixeirinha*, nome pelo qual era vulgarmente designada a Faculdade de Niterói, formava a sua primeira turma (ver "Introdução" de Evaristo de Moraes Filho ao livro de seu pai, *Apontamentos de direito operário*, 2ª ed., comemorativa do centenário de nascimento do autor, São Paulo, 1971, XV. A primeira edição é de 1905).

Nada tem de estranho o fato de Oliveira Vianna ter lecionado "Teoria e Prática do Processo Criminal": esse o nome que deu à disciplina, para a qual preparou e fez publicar o programa, embora no enunciado dos fatos a expres-

são adotada seja sempre *processo penal*. Ao contrário, constitui-se em dado indispensável para o restabelecimento dos caminhos percorridos no sentido de construir a *cientificidade* que sempre reivindicou para as suas análises.

Na hierarquia das disciplinas de direito, o direito penal ocupava uma posição privilegiada, atraindo, como lembra Cândido Mota Filho, "com suas escolas, sua história e seus códigos", os que queriam saber "por que o direito é direito". Diz ainda esse autor, que foi livre docente da disciplina na Faculdade de São Paulo:

> Como meu pai defendia, na cátedra, a Escola Positiva de Lombroso, Ferri e Sighele, o Professor Rafael Sampaio, partidário da Escola Clássica, com Carrara à frente, procurava, olhando, de vez em quando, para mim, desmoralizar o determinismo psicológico, que não passava, para ele, de uma fantasia científica. Batia na mesma tecla do livre-arbítrio, que seria, em seu entender, o suporte da vida social... (em *Dias lidos e vividos – Memórias/2*, Rio de Janeiro, 1977, 97).

Ao fazer o seu curso na Faculdade Livre de Direito, Oliveira Vianna já dispunha, pelo menos, do compêndio de Viveiros de Castro, regente de direito criminal, que desde 1894 tinha publicado o seu livro *A nova escola penal* (Domingos Magalhães Editor, Livraria Moderna, rua do Ouvidor 54, Rio de Janeiro). "No direito criminal – a mesma designação usada por Oliveira Vianna para a sua cadeira – estamos em uma ignorância miserável. Na magistratura, no professorado, na advocacia, na literatura não há senão atraso e pobreza." E afirma: "Os professores ignoram a revolução que tem modificado tão profundamente o direito penal, são incapazes de fazerem uma exposição razoável das idéias de um Lombroso, de um Ferri, de um Lacassagne, e muito anchos de si, no atrevimento da ignorância, repetem em apostilas sebentas como últimas novidades as lições de um Ortalan ou de um Bertauld" (*op. cit.*, 8). Por fim, declara e solicita:

> Me parece ser este o primeiro livro que na língua portuguesa é escrito sobre Sociologia Criminal. Não é portanto audaciosa a pretensão de pedir para ele a indulgência do leitor. Devo porém declarar, em bem da verdade, que a glória de ser o primeiro a despertar no Brasil a atenção para os trabalhos da nova escala penal, cabe ao Dr. João Vieira de Araújo, ilustrado e talentoso docente da faculdade de Direito do Recife! (*op. cit.*, 13-14)

Se ao realizar o seu curso de direito já contava com o compêndio de

Viveiros de Castro, ao iniciar o ensino da disciplina em 1916 já contava com dois livros famosos – o de Antônio Moniz Sodré de Aragão, "Lente Catedrático de Direito Criminal na Faculdade Livre de Direito da Bahia", intitulado *As três escolas penais – Clássica, Antropológica, Crítica (Estudo comparativo)*, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, Rio de Janeiro, 1917 ("Segunda Edição Corrigida e Aumentada"), e o *Curso de processo criminal*, com referência especial à legislação brasileira, de Galdino Siqueira, "5º Promotor Público no Distrito Federal, membro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e Sócio-correspondente do Instituto Histórico de S. Paulo". A segunda edição deste livro, "revisada e aumentada", é também de 1917, da Livraria e Oficinas Magalhães, São Paulo. Enquanto os dois primeiros livros fazem uma apresentação das "escolas" e uma fundamentação da *cientificidade* da escola positivista, este último, cuja primeira edição é de 1910, é rigorosamente, conforme o título, um livro sobre *processo criminal*, ou "prática" do processo. Num comentário da *Revista de Direito* (vol. XVI, 488), fica estabelecida a posição do autor numa genealogia: "A teoria do nosso processo criminal, que já contava as duas obras clássicas de Pimenta Bueno e Mendes de Almeida, acaba de ser sistematizada e inteligentemente estudada em recente livro que nos chega de S. Paulo da lavra do talentoso autor, Dr. Galdino Siqueira." Deve-se levar em conta, também, que os eruditos brasileiros eram encontrados facilmente nas livrarias "francesas" do Rio, nas publicações da *Bibliothèque de Criminologie*, que divulgava, entre outros autores, Tarde, muito lido, ou pelo menos obrigatoriamente referido pelos nossos especialistas em direito criminal. E é verdade que no volume de perto de seiscentas páginas intitulado *La Philosophie pénale* se encontra uma ampla exposição sobre a história da formação da *Escola Positivista* (cap. 2º, 45-84), como preliminar ao resumo "das suas doutrinas e a análise dos seus melhores escritos". Tudo do que falam os autores brasileiros aí se encontra, em verdade, já descrito e comentado.

O programa de Oliveira Vianna seguiu de perto, comprovadamente, os compêndios em voga, sobretudo o de Galdino Siqueira. O capítulo IV das *Noções preliminares*, por exemplo, é dedicado à "Evolução histórica do processo criminal – 6. Sistemas típicos do processo: o acusatório, o inquisitorial e o misto – 7. – Sistema acusatório – 8. Sistema inquisitório – 9. Sistema misto" (8-10).

O ponto V do seu programa tem a seguinte redação: "Do processo penal. Elementos constitutivos. Sistemas típicos. O sistema misto. Característicos de cada um. O tipo preponderante nas legislações modernas. O tipo preponderante na legislação brasileira". Os únicos autores expressamente referidos são Ferri e Garofalo. O programa composto de cinqüenta pontos, numerados em algarismos romanos, sem dúvida merecia uma apreciação crítica demorada. Não pode, de nenhum modo, ser descartado como matéria desligada de outros saberes que o consagrariam.

É pena que não tenham encontrado até agora o livro anunciado como "Em preparação", com o título de *Rudimentos de ciência penitenciária (síntese das preleções feitas na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro)*, na face interna da antecapa de *Pequenos estudos de psicologia social* (1ª ed., *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1921).

Nota

1 Do ponto de vista da editoração, aliás, essa edição da Revista do Brasil, de Monteiro Lobato e Cia., deixa muito a desejar – desde erro na numeração de uma série de páginas até troca de palavras. O fato é que se tornou necessária uma errata de 50 itens. Servimo-nos dela apenas para eventuais confrontos com a 4ª edição, que foi a utilizada, de ponta a ponta, para a realização deste trabalho. Assim, qualquer indicação de página ou de texto refere-se a esta.

Capítulo III

O AUTOR
Um fundador de discursividades

"Chamemo-lhes então, de forma um pouco arbitrária, 'fundadores de discursividade'. Estes autores tem isto de particular: não são apenas autores de suas obras, de seus livros. Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos"

Michel Foucault – *O que é um autor?*

De um modo geral, todos provavelmente ouviram falar em *Populações meridionais do Brasil*; talvez em *Evolução do povo brasileiro*, talvez em *Raça e assimilação*, muitos tenham chegado a Oliveira Vianna através das Coleções Brasilianas. Mas, em sintonia com a diferença entre livro e obra trabalhada no primeiro capítulo, é preciso contemplar a diferença entre conhecimento e reconhecimento, porque evidentemente o fato de reconhecer Oliveira Vianna como um clássico, indicar dois ou três livros, não significa conhecer Oliveira Vianna. Essa observação se aplica a qualquer autor clássico, a Euclides da Cunha, a qualquer personagem do panteão.

Nosso primeiro trabalho sobre Oliveira Vianna foi uma conferência do começo dos anos 1970 para a Universidade Federal Fluminense, que denominei "*Populações Meridionais do Brasil*. Um ponto de partida para a leitura de Oliveira Vianna". Foi um esforço enorme. Dois grossos cadernos União para folhas soltas escondem a forma de pesquisa documental que desenvolvemos ao longo dos anos: num deles anotações de leituras de *Populações meridionais*; no outro transcrições dos restantes livros e intervenções do autor, de comentadores, recortes de jornais, etc. tudo devidamente classificado. Há algum tempo

que trabalhavávamos com os escritos de Foucault e de Bourdieu. No título, a palavra leitura aplicava a clave de Foucault: ler seguindo certas normas, no sentido de tentar, realmente, ler além do escrito. Em primeiro lugar é preciso pensar que *Populações meridionais* se tornou um clássico. Em tempos recentes não há melhor indício que a reedição de *Populações meridionais do Brasil* entre as Coleções Brasilianas, lançadas nas celebrações dos quinhentos anos do Brasil. Ao lado de *Os sertões*, de *Casa-grande & senzala*, aparece *Populações meridionais do Brasil* entre as "obras indispensáveis para o conhecimento do Brasil". Sempre estranhamos esta classificação, no sentido antropológico de estranhamento; é inútil ir contra, constitui um fato social; o fundamental é compreender seu significado.

Depois daquela conferência, continuamos a pesquisa; as coisas foram se encadeando quase que "naturalmente". Um aluno, que fez o mestrado na UFF, um dia me emprestou *O que é um autor?*, de Foucault; a reflexão agregou novas perspectivas. Foucault constituiu um bom contraponto para mostrar que Oliveira Vianna faz parte dos escritores que não foram apenas escritores. Foram fundadores, como diz aquele autor, de discursividade, quer dizer, de uma maneira de falar sobre o Brasil da qual hoje ninguém escapa. Atualmente todo o mundo fala em clã, em feudalismo, por exemplo, irreflexivamente, sem suspeitar dos rastros, da gênese e forças de dispersão desses termos. Mas a história deste processo de seleção de idéias não é "obra" apenas do próprio autor, senão do campo intelectual. A cada tempo os críticos, os apologistas, os ideólogos vão recriando os sentidos possíveis de apropriação da obra do autor, o qual passa a ser uma referência entre outras.

Em síntese, um autor é um produto social e histórico. Contra a ilusão biográfica do gênio criador, é preciso articular um percurso social, educativo, cultural com o tecido de atividades intelectuais, obras, práticas e representações que vão sedimentando um perfil de autor que em alguns casos, como em Oliveira Vianna, condiciona sua apropriação nos limites estreitos de propriedades simbólicas geradas por lutas de classificação que, com o passar do tempo, não deixam rastros.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu no município de Saquarema, distrito de Rio Seco (RJ), em 20 de junho de 1883. Seu pai, homônimo, era fazendeiro. Há toda uma fantasia em torno do ruralismo do autor, de uma vida sempre integrada num mundo rural, que teria servido de berço e de molde de sua personalidade e clarividência para interpretar o país. Em primeiro lugar, seria preciso conferir as características de uma fazenda familiar que, a julgar pelos registros fotográficos, era pequena. A seguir, aos 10 anos, interrompe

sua educação primária e vai para Niterói, voltando só ocasionalmente para Saquarema. Em Niterói continuou sua escolarização no Colégio Professor Carlos Alberto e fez exames para o Pedro II, em regime parcelado (cada rapaz ou moça era preparado em casa por diferentes professores nas diversas disciplinas, para fazer os exames prestados oficialmente diante de bancas especiais). A seguir estudou advocacia na Faculdade Livre de Direito (no Rio de Janeiro também havia outra instituição chamada simplesmente Faculdade de Direito). Em 1905, aos 22 anos, ele se formou bacharel numa turma da qual também participou Tristão de Athayde. Foi professor de humanidades (cadeira de história) no Colégio Abílio, colaborou esporadicamente em jornais e em 1916 foi nomeado professor de direito penal da Faculdade de Direito Teixeira Freitas (a Teixerinha) em Niterói. Embora o diploma desta instituição não fosse prestigiado (devia ser revalidado no Rio de Janeiro), a cadeira de direito penal (Teoria e Prática do Processo Criminal), junto com a de filosofia do direito marcavam a ocupação de um nicho de prestígio intelectual e foram lugares indispensáveis de formação para aqueles que eram chamados sociólogos até a fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. No Rio de Janeiro a docência exercida por Silvio Romero em filosofia do direito nas duas faculdades iria marcar os projetos intelectuais de muitos "discípulos". Estes espaços legitimaram os progressivos empreendimentos intelectuais de Oliveira Vianna e permitiram sua eleição como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1924. A pedido do IHGB ele produz *O povo brazileiro e sua evolução*, o que abriu seu ingresso na burocracia do estado a partir da nomeação em 1926 como diretor do Instituto de Fomento Agrícola (RJ). Entre 1931 (membro do Conselho Consultivo do Estado) e 1948 (Ministro do Tribunal de Contas da União), ocupou postos centrais do governo estadual e federal.

O lugar nos panteões de um autor entre hipérboles

Observamos já que sua produção intelectual e a publicação dos seus livros acompanham os diversos tempos da trajetória. Aqui interessa demonstrar o peso específico das apropriações da "obra", dos julgamentos dos classificadores, da representação e função autoral que vai se lhe impondo ao longo dos anos. Em primeiro lugar é preciso estudar os processos de inclusão e exclusão no panteão de luminares, neste caso da galeria de pessoas *autorizadas*, os "intérpretes do Brasil". Oliveira Vianna é um autor entre hipérboles, que se engrandece ou é diminuído, que se desloca no senso comum erudito segundo a força de atração de um pólo da exaltação e outro da execração.

No início dos anos 1920, *Populações meridionais do Brasil* garantiu a apreciação de Oliveira Vianna como um dos descobridores dos problemas nacionais.[1] A lista de valorizações críticas seria muito extensa e persistiria durante a década de 1930 com referências de Humberto de Campos (1930), de F. Contreiras Rodrigues (1933), de Agrippino Grieco (1933; 1935) e muitos outros. No capítulo II de *Novos rumos políticos e sociais* (lançado pela Livraria do Globo de Porto Alegre em 1933, ano da primeira edição de *Casa-grande & senzala*), Contreiras Rodrigues inclui Oliveira Vianna como um dos três grandes sociólogos do Brasil (os outros dois mencionados eram Jackson de Figueiredo e Tristão de Athayde). Dois anos depois, em *Gente nova do Brasil*, Agrippino Grieco reposiciona Oliveira Vianna como sociólogo decisivo para renovar os estudos sobre o país. Referindo-se a *Populações meridionais*, dizia:

> (...) vai-se acentuando no Sr. Gilberto Freyre, embora em expressões polidas, uma certa animosidade para com o Sr. Oliveira Vianna, que é citado várias vezes no livro. (...) Julga-o apegado demais à teoria lapougiana, ideando "um Brasil organizado por dólico-louros", sendo, em conclusão, o "maior místico do arianismo que surgiu entre nós". Ora, o Sr. Gilberto Freyre fez estudos especializados sobre sociologia e antropologia na América do Norte, ao passo que o Sr. Oliveira Vianna, *admirável autodidata*, teve que aprender tudo isso na sua vivenda da Alameda São Boaventura, em Niterói. Conheço-o desde 1910 e vi-o aparecer (...) ainda hoje são raros, entre os seus milhares de leitores, os que o conhecem de perto. Suscitou ele entre nós a boa leitura sociológica (...) *Populações Meridionais do Brasil*, um dos maiores livros do Brasil, é qualquer coisa em que todos nós, amigos da inteligência, nos podemos mirar e remirar com legítimo orgulho. Sem o Sr. Oliveira Vianna e sem Alberto Torres, quem no domínio do Brasil, teria instigado o Sr. Gilberto Freyre a produzir, em nobre emulação, este soberbo volume de agora? (A. Grieco, *Gente Nova do Brasil*, 1935, p. 216-218, grifo nosso)

Em meados dos anos 1930 o perigo do novo realinhou as genealogias úteis para legitimar os poderes seculares que sustentavam as posições dominantes (na cultura, na política, etc.) que ocupavam personagens como Agrippino Grieco e Oliveira Vianna. Isso também favoreceu a cristalização de mitos que hoje em dia não deixam rastros de sua gênese. Como evidencia a citação de Grieco, a propósito de Oliveira Vianna, como "admirável autodidata", que se diferencia entre os "autores incontaminados", aqueles que falam do Brasil porque o conhecem, que dominam as artes de uma percepção especial da realidade

brasileira. Falar da "realidade brasileira" autoriza exatamente um escritor que superou os demais, que não segue modelos estrangeiros, que não copia. O tom deste contraponto retórico já é claro nas apreciações feitas por Monteiro Lobato (1926), que se refere a Oliveira Vianna como um autor que consegue ver aquilo que ninguém vê, que dispõe de qualidades especiais para penetrar a realidade brasileira. Em sintonia com Grieco, Tristão de Athayde, o outro temido crítico literário da época, dois guardiões dos valores modernistas, procurava mostrar que Oliveira Vianna constrói uma história diferente das outras, porque não a produz como um bacharel. Agora, Oliveira Vianna, como Tritsão de Athayde, eram exatamente um bacharéis em direito. Mas nos anos 1930 o famoso crítico precisava ocultar as evidências do bacharel, que remetiam o escritor à ordem cultural da República Velha, para sustentar sua capacidade de falar certo, de falar do Brasil, de perceber a realidade. Ambos, autor e crítico, sincronizavam argumentos que respondiam a um mesmo *esprit de corps*:

Da mesma maneira que *Casa-grande & senzala* em relação a Gilberto Freyre, *Populações meridionais do Brasil* passou a funcionar, para os críticos e leitores, como extrato de toda a obra de Oliveira Viana. Uma obra-prima para um autor entre poucos. A ênfase progressiva colocada sobre *Populações meridionais do Brasil*, por exemplo, deixa na sombra, à parte, *Evolução do povo brasileiro*, um livro de Oliveira Vianna que é um projeto, um verdadeiro programa de estudos.[2] Estas associações se repetem em outros autores do panteão de intérpretes da realidade brasileira. O problema do lugar nos panteões é crucial para restaurar a exata e variável posição que, nos diferentes tempos de sua trajetória, condicionou os sentidos de sua produção e apropriação como intelectual reconhecido. Sem esgotar a documentação do conjunto de fatos possíveis para retratar esses deslocamentos, selecionamos algumas relações que consideramos decisivas.

Em 1938, para Cândido Motta Filho, protagonista central nas interseções entre o campo intelectual e o político, "Alberto Torres e Oliveira Vianna estavam na moda".[3] Além das datas de aparição dos livros destes autores, deve-se dedicar uma atenção especial ao estudo das suas trajetórias, muito particularmente à assimilação, ou mesmo identificação, feita entre Alberto Torres – Oliveira Vianna.[4] Quando e como isso aconteceu? Quem propos a colagem das duas produções? De que maneira o faz e com que argumentos?[5] Considere-se que Motta Filho é autor do ensaio *Alberto Torres e o tema da nossa geração*, publicado em 1933 pela Livraria Schmidt. O prefácio desse livro, escrito pelo chefe do intregralismo Plínio Salgado, expressa claramente o sentido dominante da idéia de geração nos discursos da época:

> (...) tal a situação brasileira quando a nossa geração de após-guerra começou a atuar. Desde aqueles dias começamos a dedicar todo o esforço ao estudo das questões do nosso país. A grande obra de Oliveira Vianna trazia à nossa geração novas luzes para o conhecimento integral das populações brasileiras. E foi por esses dias que a obra de Alberto Torres avultou, aos nossos olhos como um grande nome.

Esse "nós" abrangia os principais intelectuais à direita, centro e esquerda do período. Alberto Torres foi uma referência obrigatória para os nacionalismos de todas as tendências.[6] Uma primeira sincronização entre o celebrado pioneiro da "consciência nacional" e Oliveira Vianna, assim como com outros profetas da brasilidade, é achada na *Revista do Brasil* a partir de 1916. Mas o impacto público desta constelação de produtores intelectuais alinhados é definitivamente consagrado pela força de unificação da Coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional, dirigida, como projeto pedagógico, por Fernando de Azevedo. Por exemplo: no volume 3 aparece *As idéias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil, e no volume 4 a terceira edição de *Raça e assimilação*, de Oliveira Vianna. *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, de Alberto Torres, saem como volumes 15 e 16 e passaram a ser recortados como "a obra" e o arquétipo do pensamento do autor.[7] Digamos que esta é a primeira vez que Alberto Torres teve uma difusão considerável através de circuitos comerciais que começavam a dar forma a um público leitor em escala mais ampla.[8] Oliveira Vianna continuou entre as primeiras eleições da longeva coleção, com títulos nos volumes 4, 8, 10, entre os 43 que apareceram até 1935. De fato a relação entre Alberto Torres e Oliveira Vianna chegou a ser estreita. Na primeira década do século, Oliveira Vianna participava, como discípulo, nas reuniões que organizava Torres.[9] Ele revela, inclusive, a Torres, uma mulher: Olívia Santos.[10] Mas na época do segundo livro de Motta Filho – 1938 –, Oliveira Vianna, embora de maneira muito respeitosa, procurou desvencilhar sua imagem da de Alberto Torres.[11] O mestre já estava morto e apenas um par de seus livros foram reativados. Oliveira Vianna na mesma época passou de simples autor a ator no plano político.

À época da instauração do Estado Novo, produziu-se um fato decisivo para a invenção dos julgamentos "definitivos" sobre Oliveira Vianna: sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, em 27 de maio de 1937. Ao entrar para a Academia, em 20 de julho de 1940, o autor fica preso a uma genealogia e a uma posição com relação à qual deve discursar. O discurso de recepção, de A. Taunay (1940), e o de posse filiaram Oliveira Vianna ao poeta Alberto

de Oliveira. Ao morrer, o elogio (proferido, no caso de Oliveira Vianna, por seu sucessor Austregésilo de Athayde)[12] recompõe novamente seu lugar nos panteões. Por detrás dos florilégios oficiais, vale a pena observar o séquito de admiradores que foram modelando a recepção da obra do autor, especialmente após sua morte em março de 1951. Entre outros, destacam-se Marcos Almir Madeira, Dayl de Almeida e Vasconcelos Torres, trio de turibulários, ex-alunos da Faculdade de Direito de Niterói autoproclamados "discípulos", "seguidores do mestre".[13] Aquelas imagens do autor que se foram configurando em vida, se sintetizaram ainda mais após a morte. Num ensaio publicado no *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia* de 1957, Dayl de Almeida é bem expressivo da classe de atos de demarcação intelectual sobre os quais estou me referindo: para falar de Oliveira Vianna, a quem chega a tratar como "o vidente da realidade nacional" (Almeida 1951), usa sobretudo Euclides da Cunha e Alberto Torres, autores que lhe permitem ressaltar laços e diferenças. Entre estas Niterói, o norte fluminense, enfim, a localidade é caracterizada como berço de "romanos do Brasil" (1957:192). Oliveira Vianna é chamado de "fluminense típico" (p. 191, nota 2) de "o eremita da Alameda São Boaventura" (p. 194). O epíteto *vianismo* (p. 208) aparece, do mesmo modo que *torreanos*, cada vez com mais força, como evidência de uma tradição comum com nome próprio. Entre outros nomes relacionados, devem-se destacar os discípulos.[14] O texto de Dayl de Almeida é um exemplo bem marcante do discurso bacharelesco: frases de efeito apoiadas em outras frases de efeito já ditas e colecionadas para uso em "momentos solenes". O autor apregoa a sua modéstia, mas evidentemente, bem munido de citações escolhidas com cuidado, próprias de um grande orador.

Por sua vez, em "Oliveira Vianna e a Academia", pouco depois da morte de Oliveira Vianna, Marcos Almir Madeira agrega outros elementos da ação do séquito de reconhecimento e dos mitos que foram reconfigurando a figura do autor:

> (...) se foi o escritor genuíno, senhor de um estilo, prosador harmonioso, mestre da littérature sans phrase. Era isso, *essa simplicidade* consistente e lúcida, o que ele mais estimava nas criações do humano. Nada tão lógico: no *exímio "saquarema"*, foi sempre o escritor a perfeição do equilíbrio. Havia nele como categoria de elegância, um quer que seja de prudência artística, uma espécie de civismo literário: não forçou um adjetivo, não oprimiu um verbo (...) *o mestre* não buscava recomendar-se aos votos da Academia, a que não visou realmente. Quanto pôde resistiu ao Trianon (...) Em 36, com dois diplomas na gaveta e um rubi no dedo, tendo adquirido minha cidadania literária, eu amadurecia para a compreensão daquelas

> velhas canseiras junto ao mestre, integrando-me no espírito da insistência acadêmica. Entrei para o "Comité de Catequese". [Reunidos] na casa de Henrique Castrioto, quebrar a resistência do "candidato natural", eis o ponto. Com o próprio Oliveira Vianna, lá se reuniram, convocados pelo "bâtonnier" fluminense, vários amigos do grande arredio. Ordem do dia, uma única: "catequese" do escritor recalcitrante que "precisava entrar para a Academia" (...) A queixa não partia, apenas, do círculo dos íntimos, do *clã* doméstico; já era ouvida na própria Casa do velho Machado (...) Se me favorece a memória, foi quando Alberto de Oliveira renovou a indagação parnasiana: "Por que te não inscreves ó Viana?" O saquaremense ouviu a voz metrificada do conterrâneo – aquela voz redonda e cheia – e lhe opôs a sua humilde, esquiva, a emborcar nas últimas sílabas e a perder-se na largueza da varanda: "A Academia não precisa de mim para cousa alguma. Eu nada valho. Contudo, vou pensar" (isto era muito dele). (...) Não se candidatou. Foi impossível encontrá-lo; *estava na "roça"*. Abriam-se as vagas e Vianna fechava-se, fugia, escapulia, sumido em Saquarema, como se mergulhasse na lagoa. (...) Uma vez, na sua *modéstia inenarrável*, armou este raciocínio incrível: "Não me candidatando, estou valorando a Academia". Afinal em 37, sucumbe o príncipe: vai-se Alberto de Oliveira. A morte do poeta foi o único argumento (...) mas lhe custou empossar-se (...) Era social e fisicamente contrário a recepções (...) Futurava desastres em que o viesse a fulminar o ridículo; claudicar na leitura, gaguejar, titubear (...) *Grande Oliveira Vianna! Quanto mais simples, quanto mais rural, maior me parecia – mais igual a si mesmo*. Foi uma curiosa organização: socialmente, um grande tímido, intelectualmente um arrojado a repreender o Brasil, libelando as suas elites. (Madeira 1951:5, grifos meus)

Como vimos com as apreciações de Agrippino Grieco e Tristão de Athayde, o mito do autodidatismo busca apagar a formação e as marcas indeléveis do bacharel (na própria citação observe-se o gosto pelos galicismos, a ênfase declamatória). Em paralelo, a modéstia, a simplicidade, o ruralismo ligam o autor a Saquarema, onde morou apenas durante a primeira infância. Retomando a retórica euclidiana, os "discípulos" redescobrem uma galeria de homens notáveis nascidos em (ou ligados a) Saquarema (o visconde de Itaboraí, o parlamentar e jornalista Oscar de Macedo Soares, Mariano e Alberto de Oliveira, o acadêmico Ricardo Barbosa, etc.) e buscam impor esta "terra" como *locus* singularmente fértil para os mais legítimos descobrimentos da brasilidade. Nos retratos de vida e obra tudo se passa como se Oliveira Vianna fosse privilegiado pelo "apego continuado à gleba" (Palmier 1951:7), só tivesse vivido entre Saquarema e a

Alameda São Boaventura 41. O próprio autor, preso das representações sobre ele, como símbolo de aristocracia intelectual, passou a assinar seus textos com este endereço. A casa de Niterói, convertida imediatamente após a morte (Lei 1.208 de 14 de junho de 1951) em biblioteca-Museu, continua a ser um lugar comum de peregrinação de escolares da cidade e de pesquisadores encantados. Já morto, o autor, para ser finalmente canonizado, é deslocado do mundo da política e especialmente da Faculdade de Direito de Niterói.

A sociologia política, de maneira simplista, reinsere os escritos de Oliveira Vianna nas "análises" sobre "pensamento autoritário", sem tratar o problema da prebenda. Seguindo Bourdieu (1989), penso que Oliveira Vianna deve ser pensado como exemplo clássico do prebendado; passou a ter um tratamento especial do Estado nacional, com aposentadoria especial votada pelo Congresso. Para isso, foi fundamental sua passagem pelo Tribunal de Contas. Ministro do Tribunal de Contas era à época o melhor lugar existente, pela maior remuneração e pela qualidade de regalias que propiciava. O ministro supremo tem direito a nomear auxiliares para cargos de advogados. Ele praticamente só diz a auxiliares o que deve ser feito e depois cabe-lhe assinar embaixo. Por outro lado, os atos de classificação de Oliveira Vianna eufemizam o forte vínculo de sua história intelectual com a Universidade Fluminense, com o que naquela época eram as Faculdades de Direito e de Filosofia. Os mitos do autodidatismo e do ruralismo, em síntese, são eficazes para liberar o autor das arbitrariedades de sua trajetória, das posições que condicionam seu lugar, e de seu enorme poder relativo como um ponto numa rede de autoridades.

Em igual proporção, para construir a imagem do autor contribuem os julgamentos dos críticos. Em "Sociologia ou apologética?" (escrito em 1929), Astrojildo Pereira fez importantes questionamentos posteriormente silenciados. As sentenças introdutórias do seu ensaio marcam o tom da crítica:

> Só agora tivemos ocasião de ler o livro famoso do Sr. Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, cuja 2ª edição data já de 1922. E compreendemos facilmente a fama do livro: todo ele visa justificar, histórica, política, socialmente, o domínio dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras, daquilo que o autor chama, com admiração, a "aristocracia rural" (...). (1944: 161)

Mas a crítica passa a funcionar como hipérbole da execração na virulenta desqualificação escrita por José Honório Rodrigues. Todo o mundo que cursou Faculdade de Filosofia conhece José Honório Rodrigues, porque ele não só foi

historiador como foi historiador da história; fui seu colega, inclusive na pós-graduação da UFF. O volume II, tomo 2, de sua *História da história do Brasil*, chama-se "A metafísica do Latifúndio. O ultra-reacionário Oliveira Vianna". Esse livro, editado (paradoxalmente?) na Coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional, saiu depois da morte dele. Escreveu todo um livro para falar do óbvio: que Oliveira Vianna é um representante maior do "pensamento autoritário". O texto parece um intento violento para exorcizar os fantasmas do autoritarismo, do arianismo, do aristocracismo, do corporativismo, do centralismo, sem questionar as razões de sua reprodução interessada. Marilena Chauí critica o fato dessa gratuidade que faz com que alguém ponha um autor de lado porque é classificado disto ou daquilo; não há sentido em desqualificar um autor sem lê-lo atentamente. Ao se referir ao "impulso à desqualificação imediata do discurso autoritário" (1978: 32) a autora coloca em evidência a fragilidade de algumas críticas virulentas e superficiais a Oliveira Vianna. A crítica de J.H. Rodrigues deve ter-lhe dado um trabalho enorme, não produziu efeito nenhum e não teve repercussão nenhuma. O significativo é que Oliveira Vianna continua a ser lido e discutido. De nada serve o trabalho enorme do embate ideológico de Rodrigues se não resolve a compreensão do fato que Oliveira Vianna continua a ser autor largamente citado, com *Populações meridionais do Brasil* sempre posto em realce em relação ao resto da obra que, como vimos, também é importante e complexa.[15]

Para os classificadores, a categoria *pensamento autoritário* serve a seus interesses. Lima e Diniz (1971), por exemplo, escrevem sobre o pensamento autoritário de 1937, citam um texto de Oliveira Vianna e não enxergam o que está implícito no fato de que o livro seja de 1922. Tomaram a reedição, sem diferenciar os vários tempos da vida intelectual e política do autor. Isso remete a uma questão proposta por Foucault: quando um livro é reeditado, a quem interessa? Ninguém reedita nada gratuitamente. Reedita-se porque alguém está interessado na reafirmação de determinado discurso. O caso de Oliveira Vianna é típico: os livros dele estavam publicados antes de 37 e estavam algo esquecidos, mas a reativação de sua relevância foi operada ao ser nomeado consultor do Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas; iniciou-se a identificação do pensamento de Oliveira Vianna com o pensamento autoritário do Estado Novo. Foi Oliveira Vianna que passou a ser uma figura realmente prestigiada pelo Estado, a gozar do patrocínio oficial da máquina do Estado Novo. Os livros foram consagrados com a entrada na Coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional, mas eram livros já publicados. Se são "representantes de um pensamento autoritário", é que o Estado Novo para se legitimar precisava

deles para afirmar que suas instituições estavam de acordo com as proposições e excertos de autores já conhecidos no país. [16]

A biografia como explicação da obra e os discursos fundadores

As biografias contribuem de maneira particular na produção de representações e mal-entendidos sobre a obra de Oliveira Vianna. Em geral as biografias estão erradas. Todas descrevem certos livros centrais com nomes diferentes, demonstram uma confusão enorme sobre as datas de publicação das primeiras edições, etc. Na biobibliografia de Oliveira Vianna há uma série de erros e equívocos que ele nunca tentou desfazer. Acho que se comprazia com isso. Fui levado a trabalhar com Oliveira Vianna com a intenção de contestar tópicos impensados, automatismos negativos do chamado *pensamento social brasileiro*. Para tanto era imprescindível criar uma perspectiva, um "ponto de partida" para "uma leitura de Oliveira Vianna". Já na ocasião da conferência sobre *Populações meridionais do Brasil*, tivera a intenção clara de reordenar, pesquisar a produção dessas mudanças, reconstituir os silêncios sobre a obra de Oliveira Vianna. Nas prateleiras da minha biblioteca, tenho praticamente todas as primeiras edições dos livros. De início, era preciso observar as diversas edições; armar quadros, cruzar dados. Seguindo os bons princípios de uma leitura crítica, não considero só os livros, considero também os prefácios, sempre todos os prefácios. Alguns prefácios de Oliveira Vianna são perversos, como demonstramos na resenha sobre a "Retirada da Laguna", sobre a guerra do Paraguai, onde é curioso o uso simbólico que ele faz do "guia Lopes". Procedendo desta maneira, não só se compreende melhor os atos dos classificadores; também ficam mais claras as razões que me levavam a detestar as etiquetas fáceis, como a do "pensamento autoritário".

Oliveira Vianna nunca escreveu nada que equivalesse à autobiografia. Em geral, não falava dele, mas tinha duas irmãs e uma sobrinha que o adoravam e que falavam por ele. Especialmente logo depois de morto, como ciumentas guardiãs de sua memória, elas forneciam dados numa versão evidentemente fraterna, simpática, certamente fantasiada. Em Niterói, os "discípulos" criaram um solo fértil para a mitologia. Numa resenha biográfica, um dos autoproclamados discípulos (Almeida 1957), não sabemos como, conseguiu captar um solilóquio de um professor da escola primária de Saquarema, que teria dito: "esse menino vai longe...". As hagiografias foram profusas. Quase tanto quanto os anátemas.

A primeira biografia de Oliveira Vianna foi escrita por Nelson Werneck Sodré, em *Orientações do pensamento brasileiro*. Trata-se de título de 1942,

que antecipa a avaliação positiva da obra e consagra autores que na época eram centrais e estavam vivos: Azevedo Amaral,[17] Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo, Jorge Amado, Lúcio Cardoso, José Lins do Rego, Graciliano Ramos. É uma demonstração dos efeitos simbólicos que exerce a biografia para recriar um senso comum sobre a obra de um autor. Neste caso, faz parte de uma das mais nítidas contribuições ao mito do ruralismo. Na afirmação que na época ainda não tinham peso as universidades dignas desse nome, o livro tem intenções pedagógicas. Sóbrio, em certas passagens romanceado, distante daquele discurso seco, contestatário de livros posteriores de uma das cabeças do Iseb. Tentei obter diretamente de Werneck Sodré informação sobre os dados que obteve, mas ele não quis nem falar no assunto. Cremos que teve medo que voltássemos a criticar a sua pioneira biografia de Oliveira Vianna. Nelson Werneck Sodré tentava explicar "a obra de Oliveira Vianna" exatamente pelo fato de o autor ser descendente de um fazendeiro de Saquarema. O fato de ele ter vivido lá teria gerado essa sensibilidade para o real, para o autêntico. A seguir, considere-se o primeiro parágrafo do capítulo dedicado a Oliveira Vianna:

> nada define melhor Oliveira Vianna do que a designação de homem do campo. Sua formação rural transparece à primeira vista. E ele se sente intimamente orgulhoso e ufano disso. Homem que viveu no campo e passou quase toda sua existência na propriedade da família, que pode atingir a maturidade residindo na boca da cidade, mas em terras que pertenceram aos seus, Oliveira Vianna sente a influência intensa e profunda que o campo sempre exerceu sobre a sua apurada sensibilidade. Não o seduziu, em tempo algum, o ambiente urbano. Na cidade, como que a personalidade humana se divide e se dispersa. Nas zonas rurais, muito pelo contrário, ela se consolida e se apura. Ser vizinho, no campo, é uma ligação séria e nítida. Na cidade, ser vizinho é um acidente sem conseqüências. (Sodré 1942: 61).

Tal afirmação da biografia deu origem ao mito do "ruralismo", que teve um grande peso. As afirmações de Werneck Sodré, seu texto, não abarcam todos os pontos da produção do mito. Foi um dos elementos fundamentais, mas não o único.

O mito do ruralismo também explica a força da ligação que os classificadores estabelecem entre Oliveira Vianna e Alberto Torres. Em 1932, a partir de Minas Gerais, expandiu-se o poder da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, que visava influir no eleitorado e na Assembléia Constituinte de 1934. Esta associação tinha base ruralista e fomentou um coeso discurso sobre o

municipalismo e fez seu aporte na configuração de práticas políticas localistas, como tentei demonstrar em cursos através de uma leitura de *Coronel, enxada e voto*, de Vítor Nunes Leal.[18] O interessante em tudo isto não é propor uma nova exegese que devolva o sabor essencial do verdadeiro Oliveira Vianna, para além do dito sobre ele; é compreender como seu discurso foi fundador, está por toda parte em expressões teóricas corriqueiras, orais, escritas, de todo tipo. Classificamos inúmeros usos, mas basta o que transcrevemos como continuação dos efeitos políticos do discurso de Oliveira Vianna:

> Após uma série de 17 entrevistas com virtuais candidatos à sucessão presidencial, seis temas revelam as idéias e alguns projetos. Todos são unânimes na necessidade de reduzir a interferência do Estado na economia e na defesa da reforma agrária. Dos 17 ouvidos só um, Lula, declarou: "o latifúndio brasileiro ainda tem mentalidade feudal. A terra não pode servir para especulação" (...) (*O Globo*, 16 de abril de 1989).

Os ecos das proposições de Oliveira Vianna e dos utilizadores mais ou menos conscientes das mesmas, reverberam em toda a história do pensamento social e político brasileiro. Seria impossível traçar um encadeamento, mas podemos afirmar que perpassa autores-chaves como Celso Furtado e estão presentes na perseverança do problema da terra no Brasil.

A partir da leitura de *Populações meridionais*, quis demonstrar o uso de certas categorias postas em funcionamento por Oliveira Vianna, como a retórica da mestiçagem, por exemplo, que articulam discursos fundadores, naturalizados a ponto de serem patrimônios de um senso comum do qual ninguém interroga a origem. De um modo extremamente sério e documentado, Arthur Ramos em *Introdução à etnologia brasileira* (1947, vol. 2º, cap. XVIII) contesta os fundamentos das apreciações do discurso de Oliveira Vianna já disseminados pelo senso comum. Também houve antropólogos preocupados em demostrar que a expressão clã, por exemplo, não tem nenhum sentido, ou melhor, não tem o sentido dos antropólogos recentes. Mas os herdeiros da tradição bacharelesca continuam a ler sem postura reflexiva Fustel de Coullanges, que forjou o modelo do clã gaulês que utilizou Oliveira Vianna. A expressão "mandonismo local" também cristalizou seu uso com Oliveira Vianna e pode ser achada em textos acadêmicos, como em livro de Maria Isaura Pereira de Queirós ou em numerosas passagens de Celso Furtado, que já não precisam se referir à imposição do sentido engendrado por Oliveira Vianna. As marcas de seus escritos permanecem, embora já quase não apareçam nas bibliografias. A partir da forma

como Oliveira Vianna as pôs em funcionamento, categorias como feudalismo, latifúndio, autoridade, clã ganharam o *status* de categorias verbais, utilizadas da maneira mais livre possível, como se fossem dados da realidade acima de qualquer discussão. Apenas alguém cita. Minha intenção era demonstrar o sistema de categorias constituídas a partir de textos fundadores de Oliveira Vianna.

Ao insistir nas marcas de bacharel na trajetória e no discurso de Oliveira Vianna, buscamos demonstrar que quanto ele mais mudava, mais dizia a mesma coisa. O próprio autor costumava dizer: "bato sempre nas mesmas teclas". Embora ele mostrasse sempre uma preocupação muito grande em atualizar-se (nos últimos livros cita Franz Boas, Linton, vários antropólogos recentes à época), só tentava somar novas formas de conhecimento para reafirmar o já dito, o antigo;[19] não mudava a orientação de sentido. Essa idéia devia ser demonstrada sistematicamente como buscamos fazer aqui. Oliveira Vianna ficou marcado pelo cargo de professor de direito criminal de 1916: seus programas evidenciam a assimilação de todos os autores da chamada Escola Positiva em direito. Ali aparecem o sistema inquisitorial, o sistema acusatório, o sistema misto que sedimentaram o balanço entre categorias bipolares (ver Quadro 6). Do lado negativo: povo, massa, plebe; do lado positivo: elites esclarecidas, elites dirigentes. De um lado individualismo, insolidarismo; do outro grupalismo, solidarismo; de um lado cópia, transplante, macaqueação; do outro, realidade nacional, experiência, saber prático; descentralização-centralização, até chegar a todas as suas decisivas criações durante o Estado Moderno (Novo).[20] As oposições descentralização-centralização, desorganização-organização, vêm desde as primeiras revoluções dos anos 1920 e informam a ação pedagógica de preparação das elites.

Em síntese, a "evolução das idéias" de Oliveira Vianna não sai de um jogo de causalidades determinísticas (ver Quadro 7). Ele trabalha com três formas de causalidade: em primeiro lugar biológica, a questão da herança, do inatismo, etc; em segundo lugar o determinismo geográfico que remete ao ambientalismo, ao meio, ao clima; em terceiro lugar o determinismo social, que remete ao evolucionismo. Não falamos de um discurso homogêneo ou unívoco no autor, mas na constituição de unidades discursivas reconhecíveis até nos usos populares da língua, que remetem a Oliveira Vianna e a poderes simbólicos instaurados desde a Primeira República.

O lugar ocupado por Oliveira Vianna durante o Estado Novo possibilitou a catalisação de uma enorme força de imposição do seu discurso e interesses intelectuais. A partir de sua incorporação na burocracia do Estado, seus livros se deslocaram de preocupações gerais sobre a história e a cultura brasileira

para problemas jurídico-políticos mais ou menos pragmáticos, freqüentemente a serviço da construção do Estado. A centralidade no poder permitiu influir na criação de órgãos de difusão de suas idéias, como o Instituto de Ciência Política. Esse instituto editava um boletim mensal e tinha em Niterói uma seção bastante ativa. "Mas, o que é" – perguntava Oliveira Vianna (*Visão Brasileira*; ano III, nova fase, vol. I, fascículo III, outubro 1940) – "o Instituto de Ciência Política, instalado em pleno coração da metrópole? É fácil defini-lo agora. É o alto-falante por intermédio do qual se irradiam os conhecimentos que constituem a ciência política do Estado Nacional". No período do Estado Novo, quando atuou como consultor do Ministério do Trabalho, Oliveira Vianna publicou com uma freqüência pouco comum.

Como podem observar ao longo deste livro, sempre trabalhamos sobre um indicador muito preciso do lugar de um autor no campo intelectual: a edição. Quem publicou Oliveira Vianna? Ele sempre foi lançado (atentem bem para esta palavra!) pelas principais editoras existentes no Brasil em diferentes momentos de sua trajetória intelectual e política. Oliveira Vianna foi um autor fluminense revelado em São Paulo. Os primeiros capítulos publicados de *Populações meridionais* aparecem na *Revista do Brasil*. A ligação com o grupo do jornal *O Estado de São Paulo* e com Monteiro Lobato é clara até meados dos anos 1920. À época, Monteiro Lobato era um editor de vanguarda em oposição a outros editores tradicionais como Francisco Alves, selo que não enfrentava riscos, só editava livros de ensino ou de autores consagrados, quer dizer, com público assegurado. A "volta" ou o "deslocamento" para o Rio se dá com a nomeação para postos burocráticos intelectuais a partir do ingresso no IHGB em 1924. Sua obra permanece vivamente discutida até sua inscrição como um dos principais autores dos primeiros anos da Coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional. Sob a direção de Octalles Marcondes Ferreira, esta editora em certa medida refez o projeto de Monteiro Lobato, mas com base em uma rede de apoios intelectuais e institucionais muito mais sólidos e consistentes. Considere-se, em primeiro lugar, o espaço para a ação pedagógica de Fernando de Azevedo, em seguida o ajustamento às demandas de um sistema de ensino que começava a ser reformado e ampliou enormemente o público potencial das mensagens sobre o Brasil. Não é casual que ao consolidar sua posição burocrático-intelectual, em 1938, tenha começado a ser publicado pela Livraria José Olympio, editora que a partir da coleção Documentos Brasileiros não só competiu com sucesso na edição do "pensamento brasileiro", mas também passou a editar os romancistas sociais. Se prosseguirmos em nossa observação, veremos que a reedição recente de Oliveira Vianna se deu através da Record e de

todas as editoras de maior projeção. As marcas de suas publicações continuam a ser os melhores indicadores da posição que continua a ocupar no balizamento do campo intelectual brasileiro.

Notas

[1] Cf. José Maria Bello (1923, pp. 90-91): "Os homens que resistem à tendência para a literatura fácil, aventurando-se em trabalhos de longo fôlego, afiguram-se-me heróis autênticos. O Sr. Oliveira Vianna se inclui de pleno direito nesta falange augusta. O seu grosso volume sobre as *Populações Meridionais do Brasil* é uma obra pensada e séria, que ficará em nossa bibliografia entre os raros livros de documentação de nosso passado e de balanço das nossas forças morais presentes, isto é, *ao lado dos trabalhos de Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Lima* (grifos meus)." Por outro lado, na correspondência de Capistrano de Abreu (1977, vol. 1, pp. 322-323; vol. 2, pp. 355,407,428,476,498; vol. 3, pp. 78,79, 253) com, por exemplo, Afonso Taunay, João Lúcio de Azevedo, Paulo Prado e Rodolfo Garcia, entre 1921 e 1926 apreciam-se referências ocasionais, geralmente curtas, mas importantes, que revelam a curiosidade que despertaram as primeiras publicações de OliveiraViana (*Populações meridionais do Brasil* e *Evolução do povo brasileiro*) no seio do grupo mais seleto de historiadores da época. Ver também Duque Estrada (1922).

[2] A força deste livro como programa desaparece a partir da segunda edição, quando, à luz dos novos autores, títulos e coleções (ou seja, leitores), mudou até o título do livro de Oliveira Vianna. Como vimos ao contrastar as edições, o título original não era *Evolução do povo brasileiro*, o consagrado pela Brasiliana. A edição de 1922 era *O povo brazileiro e sua evolução*, uma publicação oficial, um anexo do Censo de 1920. Essa é só uma das confusões. Oliveira Vianna adorava essas coisas ambíguas.

[3] Cândido Motta Filho foi uma figura extremamente importante: aluno da Escola de Direito de São Paulo, onde depois foi professor, pertenceu a movimentos nacionalistas da década de 1920, foi integralista, dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda de São Paulo, foi membro da Academia Brasileira de Letras, ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro de Educação no momento da criação do Iseb, tem uma obra escrita volumosa.

[4] Alberto Torres nasceu no vale do Paraíba em 1865. Foi filho primogênito de uma família de alto capital social, cuja decadência acompanhou a mudança do eixo de gravitação das elites do café provocada pela expansão das plantações de café do oeste de São Paulo, o fim da escravatura e a expansão da imigração, processos simultâneos ao avanço da rede ferroviária. O declínio foi inversamente proporcional à precoce formação em direito (iniciou sua educação em Niterói quando seu pai era senador, prosseguiu na "academia" de direito de São Paulo e formou-se finalmente pela Escola de Direito de Recife), ao ingresso e ascenso no panorama político (de 1890 a 93 deputado estadual; de 94 a 96 deputado federal; do 97 a 1900 governador do Rio de Janeiro, de 1902 a 1909 membro do Supremo Tribunal Federal). Seus livros aparecem a partir do seu retiro da vida pública, entre 1907 e 1915, quando falece. Fechado no círculo das elites, sem necessidade de apelo para as rudimentares instâncias do mercado do livro, suas publicações eram editadas pela Imprensa Oficial e ele as distribuía pessoalmente com cartas onde solicitava apreciações dos ilustres leitores (*cf.* Garcia 1993, p.24-25).

[5] A colagem (e a descolagem) aparece (se verifica sempre) quando o nome de um autor é citado junto com o de outro, como se ambos estivessem unidos, como se um arrastasse necessariamente

o outro. Colar, colagem, significa unir ou reunir os dois autores sem nenhuma preocupação de caráter distintivo. É diferente pois de aproximar, de confrontar, de comparar, de fazer paralelismo.

[6] É por isso que nos meus cursos de história do pensamento social no Brasil e sociologia da produção intelectual, insisto na necessidade de estudar a obra de Alberto Torres (assim como os nacionalismos em geral; *cf.* Castro Faria, 1995) com a referência a um poliedro que exige o tratamento de uma face por vez para apreender a configuração polissêmica dos sentidos implícitos nas apropriações dos bens simbólicos. Para ver os diferentes tempos de apropriação do legado de Alberto Torres pela direita (integralismo) e pela esquerda brasileiras, ver Garcia 1993.

[7] É impossível esquecer o conjunto dos cinco livros publicados por Alberto Torres. Sua valorização como promotor de um antigalicismo violento chocar-se-ia com os dois primeiros títulos escritos diretamente em francês e pensados com intenções político-pragmáticas.

[8] Ao pensar os limites e as formas da reativação da obra de um autor, Foucault (1972: 66) novamente aporta a perspectiva que aqui persigo: "entre os discursos das épocas anteriores ou de culturas estrangeiras, quais os que são retidos, valorizados, importados, restituídos? E que se faz deles, que transformações se os faz sofrer (comentário, exegese, análise), que sistema de apreciação se aplica, que papel se os faz desempenhar?"

[9] Estas se realizavam primeiro em sua residência em Copacabana, depois em Laranjeiras. Somente falava Alberto Torres e, entre os intelectuais destacados, contava-se um grupo de apóstolos ou discípulos do mestre, dentre os quais Oliveira Vianna.

[10] A colagem destes autores não se sustenta pelos argumentos esgrimidos por cada um para basear suas sociodicéias do Brasil: embora as convergências existam (na consideração da função das elites, por exemplo) eles se contrapõem especialmente nas teses sobre a raça e a demografia, fatores centrais em Oliveira Vianna e marginais em Torres. Este não se apóia numa invocação do passado para interpretar os dilemas do seu presente, enquanto Oliveira Vianna abusa progressivamente de um passado que contribui a mitificar. Para uma avaliação de Alberto Torres escrita por Oliveira Vianna ver "O sentido nacionalista da obra de Alberto Torres", em *Problemas de política objetiva*, pp. 223-245.

[11] Já em suas memórias, Motta Filho reafirmava a constelação de referências obrigatórias, hierarquicamente ordenadas: "Relíamos tudo o que se referisse à formação brasileira e recolhíamos do campo de luta, entre mortos e feridos, o *Canaan* de Graça Aranha, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, *As cartas de um solitário* de Tavares Bastos, *Um estadista do Império* de Joaquim Nabuco e as obras de Alberto Torres. E eram nosso prediletos: Gilberto Amado, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna" (*Notas de um constante leitor*, São Paulo, Martins 1960: 152. De Cândido Motta Filho ver também *Contagem regressiva*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1972: 57-60).

[12] *Cf.* Athayde 1961.

[13] A representação *discípulo* pode ser tanto assumida pelos assim designados, como utilizada para denotar diversos graus de aproximação ao mestre. Em 1983, ano do centenário de Oliveira Vianna, uma série de palestras proferidas no Pen Club foram protagonizadas por "Homero Homem, Austregésilo de Athayde e Clovis Ramalhete, todos", segundo o jornal *O Globo*, "discípulos de Oliveira Vianna" (22 de junho).

[14] Por exemplo: "Anselmo Macieira, um dos mais dedicados e esclarecidos discípulos de Oliveira Vianna" (op.cit, p. 208).

[15] Em um curto segmento de anos saíram trabalhos universitários que ressaltaram as relações entre Oliveira Vianna e o pensamento autoritário: Bolivar Lamournier ("Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República", *História geral da civilização brasileira*, São Paulo,

Difel, 1977 pp. 343-374); Evaldo Amaro Vieira (*Oliveira Vianna e o Estado Corporativo. Um estudo sobre corporativismo e autoritarismo*. São Paulo, Grijalbo 1976); Vanilda Paiva ("Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo?" *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 3 set. 1978, pp. 127-156); José Nilo Tavares (*Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979); Jarbas Medeiros (*Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*, Rio de Janeiro, FGV, 1978, pp. 155-217). De fato a percepção do fim da ditadura militar incentivou este tipo de estudos do autoritarismo; embora na distância não possam ser ignorados os efeitos de reprodução de mal-entendidos que esses trabalhos talvez tenham provocado.

[16] É preciso insistir no fato que houve tempos da história intelectual brasileira de intensa violência simbólica. Especialmente durante a afirmação da *sociologia paulista*, o ataque a Oliveira Vianna incluiu Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, que chegou a contra-atacar dizendo que ali só consumiam o que vinha dos Estados Unidos. Depois disso nenhum autor paulista citava Guerreiro Ramos, o que é um absurdo! Nessa lógica de inclusões e exclusões funcionam os mitos que induzem as adesões aos grupos. Eu me divertia com essas coisas: Florestan e Octávio Ianni não gostavam muito de minha produção, mas Florestan Fernandes demonstrou uma grande preocupação por esse fato quando veio a se desculpar por não me ter citado. Em alguns centros impera o eu te cito, tu me citas, nós nos citamos, e o Florestan tinha uma preocupação sincera para se desculpar pelo fato que à época eu estava mais dedicado à antropologia biológica, razão da não inclusão de meu nome.

[17] Neste caso o valor documental da biografia de Azevedo Amaral contrasta nitidamente com a de Oliveira Vianna. Poucas vezes bem conhecido, este autor na época também ocupava um lugar de destaque como produtor ideológico do Estado Novo. Mas nunca achei referências de Oliveira Vianna a Azevedo Amaral. Por relação a Oliveira Vianna, Amaral parece um autor maldito.

[18] É um livro sobre municipalismo (não tem nada de sociológico, mas é importante), fundamental para compreender como no Brasil continuam a existir, como funcionam, sociedades ruralistas.

[19] Um aluno, aliás, me questionou: "Como o senhor pode, professor, na sua idade, estar atualizado, o que o senhor faz?" Eu disse: "Eu rasgo tudo!" É preciso ter coragem para jogar fora o que está errado, o que saiu de época. Não tem sentido ficar somando coisas que não podem ser somadas. Uma tira o lugar da outra porque o avanço científico é assim, muito simples; mas muito difícil é jogar fora algo porque perdeu o sentido. Aliás, há um livro ótimo, que aconselho: em *A filosofia do Não*, Gaston Bachelard mostra que a ciência só avançou em qualquer campo, no momento em que houve alguém que disse: esse troço está todo errado! É preciso ter coragem e isso não só em ciências humanas, mas em física, química, em tudo. Qualquer ciência só progrediu no momento em que surgiu alguém que teve coragem de dizer não. Em certo momento, para dizer que a geometria de Euclides era limitada, foi preciso ter coragem.

[20] Ele quase nunca se refere ao Estado Novo. Prefere a denominação Estado Moderno, porque esclarece a oposição com o Estado Liberal-democrático, sublinhando a relevância do corporativismo, do sindicalismo, do Estado centralizado, forte.

CONCLUSÃO

Ao término de nossas análises, cabe relembrar que demonstramos inicialmente que Oliveira Vianna se impôs como autor reconhecido pela crítica e por seus pares ainda na década de 1920, alargando o horizonte de questionamento do valor e do sentido das instituições políticas brasileiras para a consideração simultânea dos fatores geográficos, dos fatores biológicos e demográficos, dos padrões sociais de comportamento. Ao invés de nos depararmos com uma obra que se desenrola ao longo do tempo como um novelo de lã, verificamos a pertinência de propostas de Michel Foucault para quem a obra não pode ser tomada a priori nem como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea. Em 1930, há certamente uma inflexão no itinerário intelectual de Oliveira Vianna, quando passa a colaborar diretamente com a equipe de Getúlio Vargas em sua obra de reconstrução do Estado federal.

No capítulo II, além de esclarecermos a sequência de escritos e das publicações de livros e artigos de revistas e de jornais, ponto sobre o qual paira uma considerável confusão, a começar pelas pistas contraditórias deixadas pelo próprio escritor, examinamos com maior profundidade a dupla condição de Oliveira Vianna nos anos 30 como *autor* e *ator*. Por esta época, ele participa diretamente da construção do Estado brasileiro, que teria seus domínios de competência estendidos como nunca no passado o fora; como consultor jurídico, Oliveira Vianna contribui de forma decisiva para o perfil de determinadas instituições jurídicas, particularmente as de ordem trabalhista. A revolução de 1930 permitiu que Oliveira Vianna desse vazão à sua aspiração de figurar como um líder espiritual da nacionalidade, uma espécie de *guia Lopes* (cf. capítulo II) dos novos dirigentes da política brasileira.

Finalmente mostramos que seus textos contribuíram decisivamente para

renovar os temas, problemas e modos de tratá-los que "se impõem a todo poder pensador pelo tempo histórico em que vive" (cf. Pierre Bourdieu, 1974), dispondo de fato da capacidade de escritores a quem Michel Foucault atribui o poder de serem *formadores de discursividade*. A análise dos escritos e da trajetória social e intelectual de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) constitui assim uma das mediações necessárias para a compreensão das temáticas obrigatórias do que hoje denominamos de *pensamento social brasileiro.*

Ao contrário de tentar fixar uma essência característica das formas brasileiras de pensar, ou de cair na armadilha de propor uma nova "interpretação do Brasil" de aparência mais abrangente, nosso estudo visou contribuir para demonstrar o caráter contingente, socialmente construído e socialmente controverso, das tradições nacionais de conceber o universo social e o domínio da política. O ofício de antropólogo impõe o desafio de compreender cada configuração cultural singular e, simultaneamente, de captar os processos sociais e cognitivos mais universais que tornam possíveis as mais diversas culturas nacionais.

Espero que os leitores tenham neste livro matéria para debate e encontrem o estímulo, como meus ex-alunos, para realizarem o programa de pesquisas necessárias ao estudo do panteão dos autores nacionais, até agora muito frequentado por aqueles que deles fazem mais objetos de reverência, mais dignos de reconhecimento do que do conhecimento que propicia a simples leitura.

ESCRITOS SOBRE OLIVEIRA VIANNA

Relação parcial de fontes realmente compulsadas

ABREU, Capistrano de, 1977, *Correspondência*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira-INL, 3 vols.

ALMEIDA, Dayl de, 1951, "As palavras na obra de Oliveira Vianna". Niterói, *Letras Fluminenses* nº 6, p. 5.

_____, 1957, "Oliveira Vianna e a cultura fluminense". Niterói, *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia*, pp. 189-208.

ATHAYDE, Austregésilo de, 1961, *Discursos acadêmicos, 1948-1955*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. Elogio de F.J. Oliveira Vianna, pp. 227-252.

BELLO, José-Maria, 1923, *À margem dos livros.* Rio de Janeiro, Ed. do Anuário do Brasil. Crítica de *Populações meridionais do Brasil*, pp. 89-97.

CAMPOS, Humberto de, 1930, *Crítica, 2ª série*. Rio de Janeiro, Marisa Ed. Apreciação crítica de *Problemas de política objetiva*, pp. 193-205.

CASTRO FARIA, Luiz de, 1978, "Populações meriodionais do Brasil – Ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna". Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, nº 29.

_____, 1995, "Nacionalismos: dualidade e polimorfia. À guisa de depoimento e reflexão". *A invenção do patrimônio*, Rio de Janeiro, Iphan, pp. 27-40.

CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Silvia de Carvalho, 1978, *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo, Cedec-Paz e Terra. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", pp. 17-149.

COSTA, João Cruz, 1956, *Contribuição à história das idéias no Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio.

DUQUE-ESTRADA, Osório, 1924, *Crítica e polêmica (l908-1924)*. Rio de Janeiro. Resenhas de *Populações meridionais. do Brasil* e *Evolução do povo brasileiro*, p. 122.

FORJAZ, Maria Cecília Spina, 1988, *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30.* Rio de Janeiro, Forense Universitária. Cap. II: "A ideologia do tenentismo pós-30": 1. Fontes teóricas mais remotas: o positivismo; 2. Fontes teóricas menos remotas: Alberto Torres e Oliveira Vianna"; pp. 43-94.

GRIECO, Agrippino, 1933, *Evolução da prosa brasileira*. Rio de Janeiro, Ariel. "Sociologia e crítica", p. 313; Oliviera Viana, pp. 314-320.

_____, 1935, *Gente nova do Brasil. Veteranos – alguns mortos*. Rio de Janeiro, José Olympio. "Oliveira Vianna", 413-421. Artigo de 1926, crítica do livro *O ocaso do Império,* que acabara de ser lançado. Outras referências: pp. 22, 207, 216, 117, 218.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1950, "Resenha: Oliveira Vianna – Instituições políticas brasileiras". São Paulo, *Revista do Museu Paulista*, nova série, vol. IV. Crítica severa e muito bem fundamentada, pp. 459-464.

KELLY, Celso, 1957, "A ecologia na interpretação da cultura fluminense". Niterói, *Anuário da Faculdade Fluminense de Filosofia*, pp. 65-80.

LEAL, Vitor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*.

LEITE, Dante Moreira, 1976, *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. São Paulo, Liv. Pioneira. 3ª ed., revisada, refundida e aumentada. "Oliveira Vianna: os grandes proprietários, os arianos e a plebe"; pp. 220-231.

LIMA, Alceu Amoroso, 1933, *Estudos 5ª série (1930-1931).*Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Apresentação crítica de *Problemas de política objetiva*, recém-publicado.

_____, 1934, *Estudos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed. Apreciação critica de *O idealismo da Constituição* – 1927, pp. 194-196.

LIMA, Maria Regina Soares e CERQUEIRA, Eli Diniz, 1971, "O modelo político de Oliveira Vianna". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 30, pp. 85-109.

LINHARES, Temístocles, 1959, *Interrogações – 1ª série*. "A vida pública no Brasil", pp. 195-216. O texto é de 1949 e apresenta uma análise crítica da obra de O.V., que neste ano teve publicados os dois volumes do livro *Instituições políticas brasileiras*. Importante como documento de época.

MACIEIRA, Anselmo, 1943, "Apontamentos biobibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos – Ministro Francisco José Oliveira Vianna". *Boletim Geográfico*, ano 1, nº 24, julho, pp. 151-158.

_____, 1952, "Oliveira Vianna – historiador social a serviço do Brasil". São Paulo, *Sociologia*, XIV (3), pp. 223-243.

MADEIRA, Marcos Almir, 1951, "Oliveira Vianna e a Academia". Niterói, *Letras Fluminenses*, ano II, nº 6, p. 5.

MARTINS, Wilson, 1973, *O modernismo (1916-1945*). São Paulo, Cultrix, 4ª ed., pp. 230-234.

_____, 1978, *História da inteligência brasileira.* São Paulo, Cultrix, vol. VI (1915-1933), vol. VII (l933-1960).

MEDEIROS, Jarbas, 1978, *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro; Ed. Fundação Getúlio Vargas, pp. 155-217.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1930, *Polêmicas.* Coligidas e anotadas por Paulo de Medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro, Pongetti. Crítica do livro *Problemas de política objetiva.* Publicado originalmente em coluna do *Jornal do Comércio* de 23 de março de 1930. Muito irônico, provocou polêmica com Heitor Lira, mas a discórdia era em torno de Pedro II, monarquia e república.

MONTEIRO LOBATO, 1950 [1926], "Gânglios pensantes". *Mr. Slang e o Brasil – Problema vital*. Obras completas, 1ª série: Literatura Geral. São Paulo, Brasiliense, pp. 1.149-1.153.

MOTTA FILHO, Cândido, 1960, *Notas de um constante leitor.* São Paulo, Martins. Dados com o caráter de depoimento, extremamente importantes.

_____, 1972, *Contagem regressiva*. Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 57-60.

PAIVA, Vanilda, 1976, "Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo?" São Paulo, *Síntese* 6, Nova Fase, vol. III, Ed. Loyola, pp. 57-84.

PALMIER, Luiz, 1951, "Oliveira Vianna e Saquarema". Niterói, *Letras Fluminenses*, *op. cit.*, p.7.

PEREIRA, Astrojildo, 1944 [1929], "Sociologia ou apologética?" *Interpretações.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, pp. 161-178. Crítica de *Populações meridionais do Brasil*. Reproduzido em *Ensaios históricos e políticos*, 1979, Ed. Alfa Ômega, pp. 163-174.

QUEIROZ, Paulo Edmir de Souza, 1975, *A sociedade política de Oliveira Vianna.* São Paulo, Ed. Convívio.

RAMOS, Arthur, 1947, *Introdução à antropologia brasileira.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil. 2º volume: "As culturas européias e os contatos raciais e culturais". Ver o cap. XVIII: "A mestiçagem no Brasil: opiniões e estereotipias". Análise da *obra* de Oliveira Vianna, feita com competência profissional e serenidade.

RODRIGUES, F. Contreiras, 1933, *Novos rumos políticos e sociais.* Porto Alegre, Ed. Liv. do Globo. Ver capítulo II: "Três sociólogos: Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo, Tristão de Ataíde", pp. 79-110.

RODRIGUES, José Honório, 1988, *História da história do Brasil*. Vol. II, tomo 2: "A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Vianna". São Paulo. Cia. Ed. Nacional, Col. Brasiliana 24 (Grande Formato).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, 1967, "A imaginação político-socal brasileira". Dados 2/3: 182-193.

SODRÉ, Nelson Werneck, 1942, *Orientações do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Vecchi. Biografia e apreciação crítica da obra: pp. 59-75.

_____, 1984, *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro.* Petrópolis, Vozes, 3ª ed. Ver "Oliveira Vianna – o racismo colonialista", pp. 125-200.

SROUR, Robert, 1973, "Oliveira Vianna: uma antecipação teórica". Rio de Janeiro, *Revista de Administração de Empresas* 13 (4), pp. 95-114.

TAUNAY, Afonso, 1940, "Resposta do Sr... ao discurso de posse de Oliveira Vianna". *Discursos acadêmicos* (l938-1943). Rio de Janeiro, Publicações da ABL, 1944.

TORRES, João Camilo de Oliveira, 1973 [1969], *Interpretações da realidade brasileira (Interpretação à história das idéias políticas no Brasil)*. Rio de Janeiro, José Olympio-INL, 2ª ed. Ver na Seção II, "Retorno às fontes": I. "Oliveira Vianna descobre o povo" – Parág. l – "O Brasil se descobre em seu passado"; Parág. 2 – "Oliveira Vianna põe o povo como raça"; Parág. 3 – "O estranho paradoxo de Oliveira Vianna". Notas pp. 272-287.

TORRES, Vasconcelos, 1956, *Oliveira Vianna – sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia.* Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos.

VIEIRA, Evaldo Amaro, 1976, *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo (Um estudo sobre corporativismo e autoritarismo).* São Paulo, Ed. Grijalbo.

BIBLIOGRAFIA

Sumária de autores e textos de valor instrumental ara esta análise

BOURDIEU, Pierre, 1968, "Campo intelectual e projeto criador". *Problemas do estruturalismo.* Rio de Janeiro, Zahar, pp. 105-145.

_____, 1974, "Sistemas de ensino e sistemas e pensamento". *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva, pp. 203-229.

_____, 1974, "O mercado de bens simbólicos". *A economia das trocas simbólicas*, *op.cit.*, pp. 99-181.

_____, 1983, "O campo científico". *Pierre Bourdieu: sociologia.* Renato Ortiz (org.). São Paulo, Ática. Col. Grandes Cientistas Sociais, 39, pp. 122-155.

_____, 1983, *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

_____, 1988, *O poder simbólico.* Lisboa, Difel.

_____, 1989, *La Noblesse d'État. Grandes Écoles et esprit de corps*. Paris, Éditions de Minuit.

CANGUILHEM, Georges, 1977, *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida.* Lisboa, Edições 70.

FOUCAULT, Michel, 1971, "Sobre a arqueologia das ciências – Respostas ao Círculo Epistemológico". *Estrutura e teoria da linguagem.* Petrópolis, Vozes; pp. 9-55.

_____, 1972, "Resposta a uma questão (Proposta pela revista *Esprit*)". *Epistemologia,* 28. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; pp. 57-81.

_____, 1992, *O que é um autor?* Lisboa, Passagem.

GARCIA, Afrânio, 1993, "Les Intellectuels et la conscience nationale au Brésil". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 98, pp. 20-33.

RICOEUR, Paul. 1977. *Interpretação e ideologia.* Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Impresso pela gráfica Lidador.
Primeira quinzena de outubro de 2002.